



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

GRAZIELLA FERNANDA SANTOS QUEIROZ

A DIMENSÃO ATLÂNTICA DO CAZUMBÁ: práticas nominativas, identidades e africanismos em Pernambuco (c.1823-2018)

Recife

2020

GRAZIELLA FERNANDA SANTOS QUEIROZ

A DIMENSÃO ATLÂNTICA DO CAZUMBÁ: práticas nominativas, identidades e africanismos em Pernambuco (c.1823-2018)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Área de Concentração: Sociedades, Culturas e Poderes

Orientador: Professor Dr. José Bento Rosa da Silva

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

Q3d Queiroz, Graziella Fernanda Santos.

A dimensão atlântica do Cazumbá : práticas nominativas, identidades e africanismos em Pernambuco (c.1823-2018) / Graziella Fernanda Santos Queiroz. – 2020.

119 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.

1. Pernambuco - História. 2. Etnologia. 3. Identidade. 4. Memória. 5. Cazumbá – Nome. I. Silva, José Bento Rosa da (Orientador). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-197)

GRAZIELLA FERNANDA SANTOS QUEIROZ

A DIMENSÃO ATLÂNTICA DO CAZUMBÁ: práticas nominativas, identidades e africanismos em Pernambuco (c.1823-2018)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História.

Aprovada em: **17/02/2020**

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. José Bento Rosa da Silva (Orientador)

Departamento de História/UFPE

Professor Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (Membro Titular Interno)

Departamento de História/UFPE

Professora Dr.^a Jacimara Souza Santana (Membra Titular Externa)

Departamento de História/UNEB

Dedico este trabalho à tia Dada e ao mar.

AGRADECIMENTOS

Sou principalmente grata aos deuses, meus familiares e aos que antes vieram possibilitar que eu hoje seja.

À tia Dada, minha mãe e meu pai agradeço por todo suporte, empatia com o momento e oportunidades desde cedo para que eu faça o que gosto.

À Zahara, Mwali, Zuri, Bárbara, Jéssica e Rodolfo sou grata por nosso encontro familiar e pelo apreço que temos uns pelos outros apesar dos pesares. A Manoel agradeço por ser meu melhor amigo e companheiro de todos os momentos. Perdão e gratidão a vocês que amo.

Aos Cazumbás, por sobrenome ou descendentes dos apelidados Cazumbás, meus profundos agradecimentos. Pela cedência da fala e memória da família; pelo interesse constante sobre o andamento da pesquisa e por sua divulgação; pelo tratamento amistoso em diferentes encontros.

Ao meu orientador José Bento tenho muitas gratulações. Sem ele nada seria possível. Sou grata pela chance de pesquisar com uma pessoa como ele. Bento faz da sua epistemologia de mundo uma prática de vida e nos estimula a fazer o mesmo. Indica caminhos e deixa que sigamos o nosso. Ele prova que profissionalismo e amizade podem andar juntos. Minha admiração e agradecimento vai para o Bento professor e o ser humano que é.

Agradeço aos professores Rubens Cruz, Luiza Reis, Wellington Barbosa, Itacir Luz, Dayse Moura, Rômulo Xavier, Marcus Carvalho, Gustavo Accioli, Camilla Correa, Sônia Almeida, Cristiane Prates, Rudylene Rocha, Kleber Clementino, Grasiela Morais, Isabel Guillen, Adriana Paulo, Bartira Ferraz, Leila Machado. Cada um marcou minha experiência formativa de alguma maneira e me ajudou a compor este trabalho. Sou muito grata a vocês. Obrigada também à professora Jacimara e ao professor Cristiano Christillino. O segundo por aceitar o convite para compor a banca enquanto suplente e a primeira também por aceitar compor a banca e ter junto a Bento principiado a pesquisa sobre os Cazumbás na Bahia.

À Coordenação da Pós-graduação de História, em especial a Sandra Regina, sou grata pela atenção, disponibilidade e acolhimento.

Obrigada Rayra, Anderson, Cleusa, Rosely, Maxuel, Naylane, Thatiane Emília, Karla Leal, Karla Fagundes, Cybelle, Allan, Jefferson, Ronnei, Jonathas, Raphaela, Fred, Eduardo, Arthur, Mariana. Uns pela amizade permanente, e a maioria pelos risos, hipérboles, momentos de descontração e de estudos. Gratidão também pelas indicações bibliográficas e envios de textos em PDF.

Obrigada aos profissionais que me atenderam no Arquivo Público Jordão Emerenciano bem como no Memorial da Justiça de Pernambuco.

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado. Sem esta a pesquisa não se efetivaria em dois anos.

Como sabe qualquer historiador, o passado é uma grande treva cheia de ecos. Dele, às vezes nos chegam vozes; mas o que estas tem a nos dizer vem impregnado da escuridão da matriz original; e, por mais que tentemos, nem sempre conseguimos decifrá-las com precisão, à luz mais clara do nosso próprio tempo.
(ATWOOD; Margaret,1985).

Já tirou a identidade tirando da terra. E ainda quando chega quer tirar mais ainda que é o nome? Não! Eu tenho é que lutar mais e mais por ele.
(CAZUMBÁ; Fábio,2019).

RESUMO

A presente dissertação analisa a circularidade do termo *cazumbá* em nome de pessoas, no estado de Pernambuco a partir do século XIX. Este vocábulo quimbundo esteve presente em apelidos e sobrenomes de indivíduos de diferentes posições sociais. Escravizados, aquilombados, pessoas livres, traficante de escravo, militares tiveram em comum o termo nomeando-os. Anos passaram e o vocábulo *cazumbá* continua a *re(existir)* em sobrenomes. Não apenas em Pernambuco, é um dos poucos termos africanos em sobrenomes no país. Atualmente em regiões metropolitanas do Recife e na Zona da Mata Norte pernambucana, os *Cazumbás* anseiam por contar suas trajetórias e memórias relacionadas ao nome e descobrir as origens deste termo. Aqui seguimos desde práticas nominativas coloniais em escravizados, os diferentes sentidos e significados do termo em África e diáspora aliando a trajetórias e memórias de indivíduos ligados pelo fio do nome. A pesquisa demonstra como identidades africanas continuam sendo reconstituídas na diáspora a despeito da cultura hegemônica que outrora subalternizou o legado africano no Brasil.

Palavras-chave: *Cazumbá*. Práticas nominativas. Trajetórias

ABSTRACT

The dissertation analyses the Cazumbá term circularity in names, in Pernambuco state since XIX century. This kimbundu vocable was present as nicknames and surnames in different social locus people. Slaves, quilombolas, free people, militaries had in common the term naming them. Years were passed and the term cazumbá continues to resist in surnames. Not only in Pernambuco it is one of the few African surnamed terms in Brazil. Nowadays in Recife metropolitan areas and zona da mata of Pernambuco, the Cazumbás desire to tell their trajectories and memories associated to name and discover the term origins. Here we forebode since naming practices in slaves, the different term meanings and senses in Africa and diaspora combining with Pernambuco trajectories and memories linked by the name wire. The research demonstrates how African identities continue to be reconstituted in the Diaspora despite the hegemonic culture that here and there underestimated the African legacy in Brazil.

Keywords: Cazumbá. Naming practices. Trajectories

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ilustração que demonstra uma forma de prática nominativa em escravizado.....	29
Figura 2 – Regiões da costa africana de captura de escravizados.....	38
Figura 3 –Bantos e Sudaneses	39
Quadro 1 – Etnônimos africanos correntes na História sobre o tráfico de pessoas africanas...	46
Figura 4 – As principais rotas da África para o Brasil durante o comércio de gente.....	47
Figura 5 – Grupos étnicos de Angola	52
Figura 6 – Representação de explorador português Henrique Carvalho, em 1890.....	53
Figura 7 – Etnia chokwe em ritual de memória pelos ancestrais	54
Figura 8 – Caretas do Cazumbá no Maranhão	54
Figura 9 – Topônimos kazumba em África	55
Figura 10 – Mapa com países de África onde pessoas de etnia chokwe estão	56
Quadro 2 – A relação de Josés com o nome Cazumbá até início do século XX	63
Figura 11 – Amaro Cazumbá Lyra	82
Figura 12 – Esposa de José Cazumba de Chã Grande	83
Figura 13 – Nora de Pedro Cazumba e prole feminina	85
Figura 14 – Antônio Claudino Constante ou Antônio Cazumbá, filha e neta	85
Figura 15 – Antigo engenho Vicencinha	88
Figura 16 – Casamento de Ernesto Joaquim Cazumbá	89
Figura 17 –Bondes na praça da independência seguindo para Derby e Casa Amarela.....	90
Figura 18 – Francisco Joaquim Cazumbá, o homem dos bondes	90
Figura 19 - Filhos e sobrinhos de Ernesto Cazumbá	91
Figura 20 – Baobá em Engenho Poço Comprido, Vicência	96
Figura 21 – Pannel de fotografias familiares em encontro de Vicência	101
Figura 22 – Família Cazumbá reunida em Vicência.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEJE	ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO
CEAO	CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS
IAHGP	INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO, GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
FUNDAJ	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
NEAB	NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS
PE	PERNAMBUCO
TSTDB	THE TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE
UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNESCO	UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DA PRÁTICA DE NOMEAR ESCRAVIZADOS AOS POUCOS NOMES AFRICANOS CORRENTES NA CULTURA	28
2.1	OS HAVERES DAS PRÁTICAS NOMINATIVAS E DOS ETNÔNIMOS AFRICANOS.....	28
2.2	ETNÔNIMOS EM ESCRAVIZADOS NO BRASIL: TERMOS DE PROCEDÊNCIA, HETERO E AUTOIDENTIFICAÇÕES	31
2.3	ENTRE LOCALIZAÇÃO E MORFOLOGIA: DESDE UM TERMO CENTRO AFRICANO OU SOBRE CAZUMBÁ SER QUIMBUNDO	37
2.4	ETNÔNIMOS ESPECÍFICOS MAIS OCORRENTES NO BRASIL.....	44
3	DO NOME AO RUMO	48
3.1	TRAÇANDO SIGNIFICADOS PARA A PALAVRA CAZUMBÁ: DE ÁFRICA A PERNAMBUCO	48
3.2	ETNÔNIMO, APELIDO E SOBRENOME DE FAMÍLIA: CAZUMBÁS EM PERNAMBUCO A PARTIR DE PRINCÍPIOS DO XIX	56
3.2.1	Procura-se um Cazumbá	58
3.2.2	Capitão Cazumbá no tempo de Pernambuco Imperial	66
3.2.3	Da herança liberal e do nome: a prole do Cazumbá	70
4	CAZUMBÁS CONTEMPORÂNEOS: GENEALOGIAS, PARENTESCO E EXPERIÊNCIAS	76
4.1	CAZUMBÁS LYRA/LIRA/DE LIRA E O CASO DE CHÃ GRANDE.....	78
4.2	LAGOA DE APELIDADOS: CAZUMBÁS EM LAGOA DE ITAENGA.....	83
4.3	VICÊNCIA, “O BERÇO DOS CAZUMBÁS” DE PERNAMBUCO.....	85
4.4	IDENTIDADES CAZUMBÁ: “SOMOS TODOS PARENTES”	99
4.5	ENCONTROS EM VICÊNCIA	101
5	CONSIDERAÇÕES	105
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE A – FONTES DE PESQUISA	113
	APÊNDICE B – MUNICÍPIOS EM QUE FORAM MAJORITARIAMENTE IDENTIFICADOS CAZUMBÁS A PARTIR DO SÉCULO XIX.....	118
	APÊNDICE C – TENTATIVAS GENEALÓGICAS DE TRÊS GRUPOS FAMILIARES CAZUMBÁS ENTRE SÉCULO XIX E MEIOS DO SÉCULO XX.....	119

1 INTRODUÇÃO

“Nós não víamos a hora de desembarcar também, mas, disseram que antes teríamos que esperar um padre que viria nos batizar para que não pisássemos em terras no Brasil com a alma pagã. Eu não sabia o que era alma pagã, mas já tinha sido batizada em África, já tinha recebido um nome e não queria trocá-lo, como tinham feito com os homens. Em terras do Brasil, eles tanto deveriam usar os nomes novos, de brancos, como louvar os deuses dos brancos, o que eu me negava a aceitar, pois tinha ouvido os conselhos de minha avó (Dúrójaiyé). Ela tinha dito que seria através do meu nome que meus voduns iam me proteger [...] (GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. Rio de Janeiro: Record, 2007)”.

Quando um ser nasce ou mesmo antes, há entre os pais ou familiares uma tomada de decisão que marcará sua vida: a escolha pelo seu nome. Para cada cultura existe uma forma de nomear seus entes, mas em geral, percebemos que o afeto, memória, marcação hierárquica são aspectos levados em consideração em diferentes partes do globo há muitos anos.

Em África, uma sabedoria nos lembra que “nada que há na terra e mesmo no paraíso existe sem um nome¹.” Para essas sociedades², o ato de nomear pessoas pode ter muitos significados e muitas vezes imbrica aspectos terrenos, astrais, naturais, atentando a própria cosmogonia associativa que crer estarem as coisas do mundo em interligação, no propósito de dizer sobre algo, ensinar os humanos. O pensamento, a ação e a palavra tem uma relação poderosa. Assim, aquilo que se diz, a palavra que se usa, é repleta de vitalidade e memória ancestral³.

Um nome pode querer dizer sobre pertencimento, identidade, importância de um fenômeno bem como sobre alguma característica específica sobre o ser que o carrega, sua família ou até mesmo sobre algo corrente no momento do nascimento⁴.

¹ ZAWAWI, Sharifa M. African Muslim names: images and identities. Trenton, NJ: Africa World Press, 1998. xii.*apud.* FITZPATRICK, Liseli. African Names and Naming Practices: The Impact Slavery and European Domination had on the African Psyche, Identity and Protest. Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Master of Arts in the Graduate School of The Ohio State University. The Ohio State University **THESIS**.2012.

² Quando falamos “essas sociedades”, estamos nos referindo às sociedades africanas tradicionais: grupos em África sem ou pouca influência da colonização e colonialidade.

³ BÂ, Amadou Hampaté, A. Tradição Viva In. **História geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África/ editado por Joseph Ki -Zerbo. Brasília :UNESCO, 2010.

⁴ Interpretação a partir da leitura de Liseli A. Fitzpatrick, B.A. African Names and Naming Practices: The Impact Slavery and European Domination had on the African Psyche, Identity and Protest. Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Master of Arts in the Graduate School of The Ohio State University. The Ohio State University **THESIS**.2012.

O excerto que abre esta seção faz parte do romance “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves e demarca como uma questão histórica (e trágica) impactou decisivamente a ato de nomeação de diversas pessoas ao redor do mundo.

Por mais de três séculos se conviveu com o comércio e tráfico de pessoas advindas do continente africano para as Américas. Talvez pareça obtuso lembrar, mas escravidão é uma condição e não um dado. As pessoas tinham nome, família, formas de expressar espiritualidade e compreender o universo. Para torná-las fracas, sem poder, o modelo colonial criou ferramentas discursivas e práticas de aniquilação de referências passadas. Uma delas foi a anulação do nome de família⁵.

Quando escravizados, indivíduos eram reificados. Um dos primeiros passos para essa coisificação e apagamento ancestral ocorria no batismo, por vezes logo no lugar do embarque. Como era próprio daquela mentalidade afirmar que os africanos não tinham deus, lei e rei⁶, os colonizadores criaram um discurso de que havendo uma religião⁷ correta ela deveria ser seguida e cultuada por todos, pois a partir somente dela que se encontraria o caminho da liberdade e redenção (aos africanos condicionada pelo trabalho escravo).

No batismo era atribuído ao escravizado um nome cristão, para os casos de colonização portuguesa⁸. Junto a este nome poderiam estar alguns termos, que atualmente é chamado no campo da História da escravidão e diáspora africana de termos de procedência⁹. Os termos na maioria das vezes faziam referência a grupos étnicos, lugares de embarque, características físicas etc. Um exemplo disto consta nos seguintes nomes de escravizados retirados de um

⁵ Essa prática já aparecia desde meados de 1440, quando europeus, em foco aqui para os portugueses na região central do continente, estabeleceram contatos comerciais e religiosos com intenções de dominação e aproveitavam para rebatizar africanos com nomes europeus. John Thornton demarca 1491, pois foi quando o Rei do Congo, Nzinga a Nkuwu, “convertido” ao cristianismo, foi batizado de Dom João I. Apesar de usarmos a palavra conversão, não podemos afirmar que africanos quando com nomes europeus nesta época aceitavam a religião, nome e cultura europeia por completo. Muitos estudos nos explicam sobre a cosmovisão africana acumulativa e não maniqueísta. Ter um nome europeu poderia representar determinado prestígio social através da diferença, da agregação, do culto a um outro deus. Bem como tal fato também era estratégia de amizade e comércio com os que vinham para além dos mares. Já enquanto na situação de escravizados o contexto era outro. As pessoas não estavam em seus territórios naturais, eram obrigadas a terem nomes diferentes, numa tentativa de extinção do fundamento humano destas por parte dos colonizadores. Para discussões similares consultar: REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. SP: Alameda, 2011 e THORTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**, 1400-1800. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

⁶ DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais**: Uma introdução à História da África Atlântica. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

⁷ Cristã

⁸ HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. pp.78-85

⁹ Sobretudo por conta dos estudos de Mariza Soares. Cf: SOARES, Mariza Carvalho de. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 109. e SOARES, Mariza Carvalho de. Mina, Angola e Guiné: Nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista. IN: **Tempo**, Vol. 3 - n° 6, dezembro de 1998.

inventário de um homem rico no XIX em Pernambuco¹⁰: Manoel Congo, Joana Rebolo, Bernardo Angola. Bem como estes escravizados de um convento beneditino em Pernambuco: José crioulo, Maria das Candeias, José Vieira¹¹. Essas terminologias genéricas associadas ao primeiro nome sugerem desde o lugar de procedência africana dos indivíduos até características étnicas, físicas e mesmo o nome europeu da família do dono.

Judicialmente, não podemos afirmar que tais termos eram sobrenomes. Os escravizados não os tinham. Alguns destes vocábulos podiam até demarcar certa ancestralidade africana, mas cunhada por outros, com o objetivo de demarcar alguém que era visto como algo, no caso uma mercadoria. Entretanto isto não foi uma regra. Ao longo da História houve manipulação de tais termos, tanto por parte dos colonizadores quanto dos colonizados. Tal acontecimento imbricou aspectos de interesse, identidade, memória e arranjos experienciais. Este trabalho é sobre um desses termos e sua excepcionalidade.

Estamos nos referindo ao vocábulo *cazumbá*¹². Com ascendência da região central africana e pertencente ao tronco étnico-linguístico banto, desde o século XIX o termo *cazumbá* nomeia pessoas em apelidos e sobrenomes em Pernambuco, se tornando peculiar na medida da sua multiplicidade de significados e na sua manutenção até os dias atuais enquanto sobrenome de família.

Para além de Pernambuco, este termo é encontrado desde a Paraíba, Bahia, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo a Rondônia e Paraná. O que nos chama demasiada atenção é que se mais da metade da população brasileira é afrodescendente¹³ e seus sobrenomes pouco ou nada tem relação com a África devido ao monismo cultural¹⁴ presente em sociedades colonizadas, a trajetória de indivíduos que tem o termo *cazumbá* no nome é excepcional quando comparada com a da maioria dos brasileiros.

¹⁰ Estes nomes estão no trabalho de SILVA, Gian Carlo de Melo. *Escravidão e bens no Recife no limiar do século XIX*. In: *Escravidão e tráfico de escravos como experimentação histórica*. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 02, nº. 02, p. 108-120, mar.-set. 2014.

¹¹ Estes nomes estão no trabalho de COSTA, Robson Pedrosa. *Escravos Senhores de escravos*. Pernambuco, séculos XVIII E XIX. **História e Perspectivas**, Uberlândia (57): 149-176, jul./dez. 2017.

¹² Durante a presente dissertação, quando nos referimos ao termo *cazumbá* este virá escrito com letra minúscula. Somente quando o vocábulo for utilizado como nome, apelido ou sobrenome grifaremos o termo com letra maiúscula.

¹³ Ser afrodescendente ou negro no Brasil corresponde à somatória de pessoas que se autodeclararam pardas mais as que se autodeclararam pretas. Segundo o Censo do IBGE de 2010, 47,7% que se autodeclararam da cor branca, 43,1% parda e 7,6% preta, além de 1,1% amarela e 0,4% indígena. Disponível em: A cor e a raça nos censos demográficosnacionais. <http://www.geledes.org.br/cor-e-raca-nos-censos-demograficos-nacionais/#ixzz4Hv1ACEAz>. acessoem:20. agosto.2016.

¹⁴ Monismo cultural diz respeito a preponderância de uma cultura em detrimento de outras existentes nos mais diversos aspectos epistemológicos de uma sociedade. No Brasil, essa cultura majoritária de poder é a ocidental e eurocêntrica. Para uma discussão mais apropriada consultar SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: Diversidade, descolonização e redes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

No Brasil, além de terem sido desfeitos e não documentados os nomes ancestrais dos africanos desembarcados, muitos egressos da escravidão e/ou afrodescendentes adotaram sobrenomes dos senhores, de engenhos trabalhados, termos de origem cristã ou europeia. Por isso hoje é tão comum achar brasileiros afrodescendentes ou não com sobrenomes Pereira, Salles, Queiroz, Souza, Silva¹⁵ e sentir surpresa quando um grupo grande de pessoas tem nome ou sobrenome africano.

Como explicar então o fato de os Cazumbás serem Cazumbás? As possibilidades são abundantes e adiantamos que não temos uma resposta determinada. No século XIX cazumbá pode ter sido um termo que queria dizer sobre o lugar de procedência de escravizados; pode ter atravessado o atlântico já nomeando alguém que talvez nem escravizado fosse¹⁶; porventura pode ter sido usado como nome de engenho e escravizados ao alcançarem a liberdade optaram por carregar o nome¹⁷. De outro modo, como outras tantas palavras bantas, pode ter sido incorporada na cultura e carregado significados e representações específicas num dado tempo, o que teria possivelmente feito pessoas serem apelidadas pelo vocábulo ou mesmo o incorporarem ao seu próprio nome. Um fator não anula o outro, o que nos leva a refletir que o termo cazumbá não chegou ao nome de pessoas de uma única forma.

No século XIX pernambucano, cazumbá nomeou e apelidou diferentes pessoas de lócus social que não tinham obrigatoriamente relação de parentesco. Presentemente, porém, ele é encontrado no estado enquanto sobrenome de famílias extensas que habitam inicialmente municípios da Zona da Mata Norte pernambucana estendendo-se mais contemporaneamente em diferentes cidades e bairros da Região Metropolitana do Recife¹⁸, havendo ainda a alegação entre muitos membros de que todos os Cazumbás podem ser parentes.

¹⁵ Só de Silvas, foram contabilizados 3 milhões em 2014, conforme dados levantados na plataforma Forebears. Ver: <https://forebears.io/>.

¹⁶ Tem-se indícios que africanos não vieram para Pernambuco apenas em situação de escravidão. Elites africanas mantiveram relações de comércio presencialmente em território colonial, exemplo disto é uma pintura de Debret que representa uma reunião entre a elite do Congo e os Holandeses em Pernambuco.

¹⁷ Alguns estudos apontam que uma das estratégias utilizadas por escravizados foi a de ao conseguir a condição de livre retirar do sobrenome a característica que o ligava ao continente africano, inserindo por vezes o sobrenome do dono e/ou engenho vinculado. Tal prática tem ligação com a tentativa de passar-se despercebido, pois ser negro e ter ligação com África, passou a ser sinônimo de ser escravo, como ressalta Ilka Boaventura Leite. LEITE, Ilka Boaventura. Os Sentidos da Cor e as Impurezas do Nome: os termos atribuídos à população de origem africana. Florianópolis: UFSC, **Cadernos De Ciências Sociais**, Vol. 08, n. 2., 1988, pp.04 - 12.

¹⁸ Com exceção para a família do José Gomes do Rego ou Capitão Cazumbá que tem até o momento apresentando-se como ancestral mais remoto de sua prole geograficamente localizada no centro do Recife a partir de 1824. Apesar disso, não conseguimos ainda rastrear os entes dessa família até o presente século.

Essa pesquisa faz parte de desdobramento do estudo introduzido pelo professor doutor José Bento Rosa da Silva¹⁹, que é o orientador deste trabalho. O atento pesquisador percebeu em 2011 durante situação cotidiana quando esteve na Bahia um sobrenome diferenciado (por ser africano) e famoso pelas bandas do Recôncavo. Cazumbá ali, era conhecido como nome da família dos pretos distintos, que um dia tiveram muitas terras e posses. Desta feita, José Bento procedeu pesquisando o grupo familiar desde meados do fim do regime escravista até hodiernamente. Seguiu narrativas de memórias e trajetórias mais a inquirição de documentações variadas de pessoas que também tinham muito interesse perseguir a ancestralidade da família e do nome. Tal pesquisa rendeu além de uma bela amizade entre o professor e os membros da família, a publicação do livro “*Família Cazumbá: As peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição (Recôncavo da Bahia - c. 1879 - 2011)*” que contribui fortemente com a historiografia da diáspora africana no Brasil.

Foi durante a pesquisa, Bento percebeu que o grupo não estava limitado a Bahia. Em outros estados também Cazumbás coabitavam. A pesquisa ramificou-se.

Enquanto orientanda (desde o segundo período tive gosto pelas aulas, atividades extraclasse e do NEAB-UFPE incentivadas por Bento, logo eu já tinha em mente que o queria enquanto orientador) senti muito interesse profissional e pessoal pela pesquisa desenvolvida por Bento.

Minha paixão por História diz respeito a fazer constantes indagações de como hierarquias são constituídas através das narrativas de grupos que vencem. Desta forma, opto por analisar outros sujeitos e elucidar outras narrativas²⁰, que também estão imbuídas de hierarquias, mas que muitas vezes estiveram colocadas em lugar inferior nos estudos históricos. Assim, como a pesquisa sobre Cazumbás em Pernambuco no XIX estava em princípio e contatos com os Cazumbás contemporâneos do estado decorriam em andamento, Bento me deu o prazer de seguir junto na caminhada.

O objeto fundante desta dissertação é o termo *cazumbá*. O objetivo principal é investigar a circularidade do termo como apelido e sobrenome, com o foco em seus significados e utilizações em Pernambuco entre 1824 e 2018. Aliado a esta intenção, buscamos evidenciar (na medida da documentação disponível até o momento) trajetórias e memórias dos que carregaram e carregam o termo *cazumbá* no nome.

¹⁹ No processo de iniciativa da pesquisa, coleta de fontes e entrevistas orais participou igualmente a professora Jacimara Souza Santana, professora de História da África pela Universidade do Estado da Bahia.

²⁰ Ou ler as disponíveis com um olhar mais atento, talvez a contrapelo, como diria Walter Benjamin.

No Brasil, são poucas as pesquisas na área de História que trabalham especificamente com termos africanos no nome ou sobrenomes em longa duração, principalmente por não ser algo ocorrente em grande escala. Estudos clássicos de meados do XX se debruçaram em primeiramente mapear os grupos de africanos propriamente²¹ cunhados pelos termos, questionar o fundamento dos significados dos termos e sobretudo fazer relações entre grupos africanos e termos/espço geográfico africano/espço geográfico da diáspora de desembarque de africanos. Por exemplo: o que significava ser denominado angola, benguela, cassange, rebolo, mina, guiné entre o século XV e XIX? De que espaço geográfico africano cada grupo na diáspora era proveniente? Durante todo o período escravista e para todas as nações colonizadoras o termo angola queria dizer sobre um mesmo espaço na África Central? Quais as características ou marcas culturais de cada grupo de africanos e como estas se apresentam nas diásporas? Todo um arcabouço de pesquisas recentes que vão para este sentido encontra em autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos²² e Pierre Verger uma constituição bibliográfica encorpada sobre.

De outro modo, à medida que se abrangeu e plastificou o conceito de cultura, alguns consensos sobre os termos étnicos, os seres que o carregaram e as narrativas sobre a contribuição-humanidade de cada grupo igualmente foram e continuam sendo colocados em discussão.

Primeiro: enquanto alguns intelectuais consideraram os termos como “termos de nação”, como se cada grupo de pessoas cunhado por um determinado termo tivesse vindo de uma nação/etnia africana correspondente ao termo, outros estudiosos, sobretudo historiadores, tem refletido que a questão é muito mais complexa do que parece. Alguns afirmam que as etnias africanas (logo também os termos) foram projeto de uma invenção colonial para marcar a mercadoria escravizada; outros tem dito que ainda que o comércio e tráfico de pessoas tenha feito parte de um projeto colonial violento e que muitas vezes realmente não havia por parte dos europeus conhecimentos sobre pessoas e culturas mais distante das regiões da costa²³, houve por parte dos colonizadores alguma congruência nominativa com a realidade africana no sentido geográfico, étnico ou cultural, sendo necessário portanto ao analisar grupos étnicos e seus termos historicizar seus significados e representações no dado tempo.

²¹ Sendo os termos a eles relacionados inicialmente conhecidos por *termo de nações* africanas

²² Há outros autores de outras áreas do conhecimento bem como de outros países que também investigaram questões no que se refere às culturas africanas na diáspora. Nós optamos pela análise ou debate sobre o trabalho de autores que tocam no assunto que coaduna com aquilo que estudamos ao longo desta dissertação.

²³ Cf: HALL. Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017. p. 102-106

Neste trabalho, a análise vai mais para o último caminho citado, o do meio. Tendemos sobretudo a seguir a perspectiva de duas pensadoras para esta questão. Mariza de Carvalho Soares²⁴ e Yeda Pessoa de Castro²⁵. A primeira porque afirmou que dentre o emaranhado de possibilidades acerca de um termo étnico africano dado por colonizadores portugueses, ele queria dizer principalmente sobre sua procedência, ou seja, o *termo de procedência* do escravizado na maioria das vezes dizia sobre o lugar de seu embarque, mas também sobre outras características, como grupo étnico, reino e até mesmo cor da pele.

A segunda, por sua vez, faz referência a uma palavra que será muito repetida ao longo desta dissertação: *etnônimo*. Yeda estudou palavras e etnônimos africanos principalmente relacionados à cultura banto no Brasil. Um etnônimo é um termo étnico, sendo assim termos de procedência podem ser etnônimos e mais adiante veremos que antropônimos (nomes próprios) e topônimos (nomes de lugares) ou mesmo palavras africanas que não necessariamente passavam pelo cunho do colonizador, mas já corriam pelos grupos relacionados ao comércio de pessoas, também foram encontradas sendo etnônimos e da mesma forma, consideramos termos de procedência.

Lembramos: etnônimos e termos de procedência tem aqui uma relação quase sinonímia e podem aparecer como antropônimos, topônimos e palavras outras relacionadas ao termo nominativo de pessoa ou grupo de origem africana em situação de escravidão.

Para investigar o termo africano *cazumbá* foi preciso ter em mente a plasticidade das terminologias africanas na diáspora. Elas não significaram necessariamente as mesmas coisas ou foram utilizadas de uma só maneira. *Cazumbá* foi encontrado como etnônimo para escravizados provenientes de determinadas regiões centrais de África, mas também esteve em nome próprio de alguns indivíduos livres que até o momento não temos provas suficientes que tenham sido afrodescendentes.

É importante ressaltar que nosso objetivo não é realizar uma análise detalhada do *Cazumbá* como grupo étnico, ou seja, não pretendemos examinar minuciosamente a relação entre a África, a diáspora e os locais de embarque/desembarque de africanos e afrodescendentes. Em grande parte do trabalho o centro é o termo *cazumbá* e sua representação quando em trânsito no nome, mas também em aspectos da linguística, cultura, natureza e história. Nesse caminho, tocamos nesse debate acerca dos grupos étnicos africanos mais

²⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

²⁵ Cf: PESSOA DE CASTRO, Yeda. Etnônimos africanos e formas ocorrentes no Brasil. **Afro-Ásia**, n.6-7, Universidade Federal da Bahia. E PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Falares africanos na Bahia**. Um vocabulário afro-brasileiro, 2ªed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Topbooks Editora, 2005.

presentes no Brasil, mas muito mais com base em trabalhos que consideramos úteis e importantes, pois contém em si uma consistente análise dos estudos conhecidos como clássicos sobre grupos étnicos.

Neles, procuramos mais questões referentes aos termos proveniência geográfica em África, bem como algumas considerações sobre o histórico do tráfico de africanos para o Brasil. Os trabalhos são os das intelectuais Regiane Mattos²⁶ e Valéria Gomes Costa²⁷ nos quais além de analisarem as identidades étnicas africanas em Recife e em São Paulo ao longo do XIX, respectivamente, as autoras fazem um grande aparato de sobre etnias africanas e seus significados geográficos e semânticos.

Sendo o termo *cazumbá* uma palavra em quimbundo e de origem banto, buscamos também explorar o tratamento que a cultura banta recebeu no Brasil por estudiosos muitas vezes arraigados por perspectivas do passado e da contemporaneidade deles. Uma sociedade racializada e racista em que homens brancos²⁸, nesse caso envolvidos com medicina, etnografia, sociologia eram os donos da fala, dos estudos e acabaram por criar categorias e sentidos comuns a respeito dos grupos de africanos que vieram para o país. No caso, referimo-nos à dicotomia *nagô-banto* que é um adendo frequente de pesquisas da diáspora contemporânea que tem ponderado e historicizado narrativas que por algum tempo foram vigentes sobre os dois citados grandes grupos de africanos. Nesse sentido, nos ajudaram a refletir os professores Nei Lopes, Yeda Pessoa de Castro e Lucilene Reginaldo.

No que toca fundamentalmente à influência dos etnônimos concedidos aos africanos e as relações identitárias manipuladas a partir dos termos, há três pesquisadores que muito contribuíram para examinarmos o termo *cazumbá* quando foram escravizados ou afrodescendentes que o carregaram no século XIX.

Camilla Agostini²⁹ estudou estratégias e escolhas individuais pelo carregamento de etnônimos aliados ao nome (principalmente ao novo nome quando na libertação). Rodrigo Weimer analisou práticas de nomeação entre egressos do escravismo no XIX. Questões como

²⁶ MATTOS, Regiane Augusto de. De Cassange, mina, benguela a gentio da guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em História social. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, 2006.

²⁷ COSTA, Valéria Gomes. Trajetórias Negras: Os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890). **Tese de Doutorado**. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. 2013.

²⁸ Ressaltamos que apesar de a maioria dos teóricos racialistas brasileiros deste período serem brancos, existiram também os socialmente lidos ou declaradamente “pardos” que imbuídos de ideias de branqueamento e ascensão social ou categoria superior de humanidade através da progressiva eliminação de elementos fenotípicos negros propalaram discursos e construções racistas sobre a realidade brasileira, como foi o caso de Oliveira Vianna.

²⁹ AGOSTINI, Camilla. Africanos e a formação das identidades no além-mar: um estudo de etnicidade na experiência africano no Rio de Janeiro do século XIX. **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): 241-259, jul.dez.2008.

economia nominativa, escamoteamento social ou relação entre nome/apelido e cultura simbólica fizeram o trabalho os nomes da liberdade³⁰ ser uma importante referência para nós, tendo em vista que alguns cazumbás apelidados, foram sinalizados como gatunos, fulanos e seres de categoria considerada perigosa socialmente.

Por último e não menos importante, assinalamos a dimensão da pesquisa de Gwendolyn Midlo Hall³¹. A intelectual estudou etnias africanas nas Américas. Desde os pesquisadores, teorias, referências multidisciplinares para a reflexão sobre o tema, a autora nos ajudou a perceber a peculiaridade das etnias (e seus nomes) que transitaram pelo Brasil bem como nos indicou a existência de práticas africanas que ponderam pesquisas que disseram sobre uma invenção meramente colonial no que diz respeito às etnias africanas.

Destacamos também que alguns trabalhos tem refletido desde a importância do nome para sociedades africanas e a anulação deles quando atinentes às práticas nominativas direcionadas aos africanos escravizados na diáspora. Ademais, alguns trabalhos também apresentam o impacto identitário contemporâneo (principalmente a partir da metade do século XX) em afrodescendentes que de repente e por uma variável de motivos se questionaram dos seus próprios nomes demasiadamente eurocentrados e pouco afrocentrados.

A problematização das muitas injustiças sociais e históricas (gênero, raça, classe) provocaram por partes das pessoas negras no mundo interesse em revisitar, narrar e desfazer histórias do continente africano que não condiziam com a realidade e mais tinham a ver com interesses exploratórios e racismo.

A escolha por carregar um nome africano ou mesmo por questionar os porquês de sua não ocorrência frequente em sociedades colonizadas, ainda que por setores não obrigatoriamente acadêmicos, tem sido um fenômeno presente em diferentes partes do mundo. Para esse bojo de discussões, há dois que contribuíram vigorosamente com esta dissertação, foram: “African Names and Naming Practices: The Impact Slavery and European Domination had on the African Psyche, Identity and Protest”, de Liseli A. e “La blessure du nom: une anthropologie d’une séquelle de l’esclavage aux Antilles-Guyane Louvaine” por Philippe Chanson.

³⁰ WEIMER, Rodrigo. Os nomes da liberdade. Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em História. **Dissertação de Mestrado**. 2007.

³¹ HALL. Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

Esta pesquisa se insere no campo de estudos da diáspora africana³², que desde o seu alvorecer no fim do século XIX sofreu mudanças de abordagens principalmente pelo fato de que em dado momento se reconheceu o racismo e a subalternização conferida às populações africanas e afrodescendentes, se ampliou o conceito de cultura, História e por que não dizer também da própria categoria de humanidade. O campo que se abriu desde os Estados Unidos por estudiosos e militantes negros atravessou as Américas sobretudo nas áreas da Antropologia e mais recentemente entrelaça História, Antropologia e estudos multidisciplinares.

Em dada altura do tempo, quem estudava academicamente as culturas africanas no Brasil eram aqueles homens brancos de uma classe dominante ligados à área de medicina e etnologia, sociologia, os quais já foram citados mais acima. Para eles e naquele início do século XX, circulavam ideias de cultura superior, cultura inferior, assimilação cultural e afins. Convencidos de que haveria um tempo em que não existiria resquício das culturas africanas no Brasil, eles teriam que o quanto antes organizar, classificar, analisar o que de África “ainda” tinha no Brasil. Nesse sentido, nomes que nos vem são o de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Roger Bastide. Eles tem estudos importantes que analisam línguas, etnias, manifestações culturais e histórias de descendentes de escravizados.

Apesar destes estudos serem referências, os autores conservam ideias que ponderamos e mesmo discordamos. A primeira delas é que eles criam que para alguma manifestação ser autenticamente africana, deveria se apresentar igualmente dos dois lados do Atlântico. A segunda, é que dentro da cultura africana presente no Brasil havendo dois maiores grupos étnicos e linguísticos aqui presentes, bantos e iorubás, um era superior (iorubás) pois não se deixou impactar culturalmente pelo colonizador enquanto o outro, os bantos, seriam inferiores, pois se entrelaçaram com a cultura ocidental de tal forma que perderam sua “essência” africana, apresentando assim uma tendência servil, bajuladora. A terceira conseqüentemente é o viés do racismo, que supõe que há seres humanos melhores, mais dignos e humanos do que outros e por isso uma cultura naturalmente se sobressai em relação à outra.

Tendemos a estudar a diáspora africana em seu sentido mais contemporâneo, que considera primordialmente que a África é um continente de seres humanos com História e que a despeito do longo e violento processo de colonização houve trocas culturais mútuas, resistências, jogos contínuos entre identidades e poderes e que há no Brasil muito mais de África (como também existe em África muito do Brasil) do que um dia nos disseram equivocadamente

³² Sobre diáspora africana no Brasil recorremos a duas referências: HEYWOOD, Linda. (org.) **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 193-217. E MACEDO, José Rivair (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 240 p.

nos espaços hegemônicos (escolas, igrejas, televisão, universidades). Há uma citação emblemática de um dos considerados maiores africanistas do país que concordamos e reflete o modo que tentamos conduzir nossas reflexões:

O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica se podem facilmente reconhecer os brasileirismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia-a-dia africano³³.

No que concerne aos aspectos metodológicos, utilizamos a micro-história para averiguar com mais profundidade quesitos chave desta pesquisa. Primeiro: a problemática do termo *cazumbá*. O vocábulo não vinculado à apelido ou sobrenome é extremamente polissêmico. Apresenta significados simbólicos e geográficos tanto em África quanto na diáspora. Segundo: ao transportar o termo para nomes em Pernambuco do século XIX os seus usos e significados se alteram e também se inter-relacionam com África.

Conduzidos pela sugestão de Ginzburg³⁴, abordamos esse fenômeno examinando-o em diferentes contextos e escalas de análise, utilizando uma ampla gama de recursos teóricos. Buscamos referências nas áreas de História, Antropologia, Linguística, Onomástica, Artes e Literatura, com o objetivo de entender mais sobre o termo em questão. Em seguida, aplicamos o paradigma indiciário para rastrear os sujeitos em diversas fontes. Ao pesquisar um nome que se destaca em relação à maioria dos brasileiros, percebemos que ele poderia servir como nosso fio condutor, adotando assim o método onomástico³⁵

Se fôssemos analisar o termo através de um viés macro-histórico diríamos apenas que a partir de análises diaspóricas da tradição africana o termo *cazumbá* se refere a divindades que coabitam o mundo dos vivos e mortos e gostam de traquinar nas noites. Diríamos também que na diáspora o termo é usado para nomear personagens de manifestações culturais que utilizam máscaras para representar tais divindades africanas ou um termo de ascendência africana para denominar escravizados. A maioria das fontes bibliográficas inicialmente nos indicam essa

³³ SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 8 n° 21, 1994, p.39-40. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/03.pdf>. Acesso em: 15.05.2019.

³⁴ GINZBURG, Carlo e PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

³⁵ De acordo com Ginzburg o método onomástico, ou seja, a partir da inquirição pelo nome, é possível rastrear o sujeito entre os documentos e explorar os sentidos sociais, políticos e culturais em que ele esteve inserido. Cf: GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169- 178.

conclusão. Sem considerar o contexto, a mudança e a cultura poderíamos além de transpor o significado observado em África para o Brasil, limitar as possibilidades que o termo apresenta.

Apreciamos duas operações conduzidas por intelectuais em se tratando da micro-história, principalmente no momento em que associamos nome às experiências dos Cazumbás encontrados nas fontes e que nem sempre damos conta de perseguir tão permanentemente na História como gostaríamos.

Ao analisar um grande grupo familiar desde África a diferentes pontos das Américas bem como ao perseguir a curiosa caminhada de um inteligente ex-escravizado Rebecca Scott com Jean Hébrard e João José Reis com Marcus Carvalho e Flávio Gomes, respectivamente, sugeriram “micro-histórias em movimentos³⁶” e “micro-histórias sociais³⁷”. Em cada caso, havia os protagonistas, aquele ou aqueles que se buscavam narrar sobre suas experiências, lutas e anseios. Por vezes, entretanto, quando o documento não dava conta ou se tornava insuficiente, os autores além de contextualizar socialmente o âmbito que os indivíduos estavam, também usavam das possibilidades históricas para a vida deles no dado tempo. Adiantamos aos leitores que termos como “possivelmente” e “pode ter sido” são utilizados frequentemente ao longo do texto. Por mais que queiramos ter sabido como o passado foi e se os Cazumbás são todos parentes, acreditamos que pesquisas do futuro e com ajuda da genética podem contribuir para questões relacionadas a esta interrogação.

As fontes relacionadas ao termo/nome Cazumbá podem ser divididas em quatro partes. A primeira é o levantamento bibliográfico por diferentes pesquisadores com relação às origens e significados do termo. A segunda, diz respeito às fontes buscadas nos seguintes arquivos: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira; Arquivo Público Jordão Emereciano (APEJE); Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); Anais Pernambucanos. Também estão inclusos a Revista Trimensal do Instituto do Ceará do 3º e 4ª trimestres de 1900 e a transcrição dos documentos da missão de José Maria Rebello³⁸ (1824-1826), bem como os escritos pessoais de Frei Caneca sobre a Confederação do Equador, transcritos por Evaldo Cabral de Melo em seu livro³⁹. O terceiro tipo de fontes tange às entrevistas orais realizadas com Cazumbás contemporâneos. Por fim, contamos com databases disponibilizadas online principalmente para averiguar noções quantitativas de embarque de escravizados centro africanos para Pernambuco

³⁶ Cf: HÉBRARD, Jean M. e SCOTT, Rebecca J. **Provas de liberdade**: uma odisséia atlântica na era da emancipação. Campinas [SP]: Ed. Unicamp, 2014.

³⁷ REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim. **O Alufá Rufino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

³⁸ Embaixador do Brasil nos Estados Unidos entre os anos de 1824 até 1829.

³⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. (org.) **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Editora 34. 2001.

no XIX, genealogias de Cazumbás pernambucanos, quantitativos de nomes cazumbás no mundo e topônimos com o termo cazumbá. Tais foram: The Trans-Atlantic Slave Trade Database, Forebears, Geonames Web Service Documentation e Family Search.

Na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a qual disponibiliza uma diversidade de jornais online, pesquisamos o termo cazumbá e começamos os rastreamentos dos sujeitos. Lá encontramos fugas de Cazumbás escravizados, Cazumbás donos de escravos, Cazumbá enquanto militar na Confederação do Equador bem como seu filho, anos depois na Revolta Praieira.

No APEJE, analisamos Atas do Conselho do Governo do Estado que tinha um Cazumbá, já conhecido nosso pelos jornais, enquanto integrante de comissão enviada pelas forças armadas⁴⁰. Nos Anais Pernambucanos entrevistamos a popularidade deste Cazumbá participante da Confederação do Equador e na FUNDAJ topamos com registros de Cazumbás aquilombados nas Matas dos Catucás caçados pela Expedição do Tenente Comandante Francisco José Martins⁴¹.

Destacamos a importância da História Oral como técnica complementar, especialmente no estudo das trajetórias dos Cazumbás contemporâneos. Essa abordagem narrativa enriquece nossa capacidade de acessar lugares profundos da experiência, memória e identidade do grupo Cazumbá. Além disso, é fundamental ressaltar que as fontes orais abordadas aqui não se limitam apenas a entrevistas formais, mas também abrangem todo um rico conjunto de trocas orais que surgiram naturalmente no contexto da convivência com os membros do grupo, como nos lembra Meihy.⁴²

Identificamos na atualidade dois grupos familiares Cazumbá. Um tem o passado ligado à Paraíba e depois Vicência em Pernambuco; outro está relacionado à Vitória- PE e Chã Grande – PE. Além disso, há uma descendência de pessoas em Lagoa de Itaenga - PE que contam sobre seus parentes apelidados Cazumbá e como isto influenciou a identificação social e histórica daquela família com o termo. Os três grupos tem familiares em torno da região metropolitana do Recife.

Ao longo da pesquisa, tivemos encontros presenciais e contatos orais com os grupos supraditos. Em encontro anual da Família Cazumbá de Vicência em que estivemos presentes

⁴⁰ Encontramos este mesmo homem, que integrou o exército liberal durante a Confederação do Equador, na Revista Trimensal do Instituto do Ceará do 3º e 4º trimestres de 1900 e na transcrição dos documentos da missão de José Maria Rebello), também um processo contra chefe da polícia tendo um Cazumbá, igualmente nosso conhecido dos jornais e filho do supracitado, enquanto testemunha.

⁴¹ Anais Pernambucanos, 1824.v.9.p.95. E DANTAS, Leonardo. Documentos dos Quilombos de Goiana- Catucás. In: **Alguns Documentos Para a História da Escravidão**. Recife, Massangana, 1988.

⁴² MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002. 246p.

houve o registro de uma série documental. O tipo de História oral que empregamos foi o de História de vida. Procuramos identificar entre os membros os indícios de como um termo que séculos atrás não unia necessariamente as pessoas parentalmente se converteu presentemente na alegação de serem os Cazumbás de todo o Brasil pertencentes de uma única linhagem.

As perguntas realizadas nas entrevistas⁴³ tinham o intuito de revisitar as memórias da família e investigar a possibilidade ou não de todos os Cazumbás de Pernambuco na contemporaneidade pertencerem a mesma genealogia. Além disso, também tínhamos interesses em conhecer sobre percursos geográficos dos entes ao longo do tempo, a relação entre ofícios e espacialidades bem como sobre a experiência de carregar um sobrenome considerado “diferente”.

Dissemelhantemente da pesquisa de José Bento, este trabalho não conta a História de uma família Cazumbá. Ela procura as pistas a partir do termo que indicam circunstâncias pelas quais pessoas carregaram e carregam o vocábulo no apelido e/ou nome de família desde o século XIX e que não necessariamente apresentam relações estreitas entre si. Das origens conceituais de um termo africano às trajetórias de pessoas que em diáspora ou não carregaram ou carregam um nome de África, nos questionamos dos possíveis significados dos usos do termo africano no nome mesmo com esta sociedade fortemente eurocentrada na sua onomástica.

Será que o uso de um termo no nome pôde ter sido utilizado como estratégia identitária em tempos de revoluções pernambucanas? Será que pessoas que carregavam este nome tinham em sua genealogia familiar alguma ligação com África? Como este termo plastificou-se sendo usado por indivíduos que viveram a escravidão e sujeitos que não tiveram esta experiência? O que significa hoje para um grupo familiar carregar um sobrenome africano? O que a repudia ou o afeto pelo sobrenome pode ter a ver com o contexto político e educacional do país?

Ser peculiar o exame de um termo africano que acompanha nomes de pessoas ao longo dos séculos diz muito sobre um país que historicamente subalternou referências não eurocentradas. Em contraponto, observamos por parte dos afrodescendentes brasileiros, um reconhecimento crescente da injustiça histórica que sofrem bem como a luta por direitos e igualdade social. Se apropriar da História parece uma forma de através do poder narrativo fomentar para que este embate que ainda não cessou seja munido de consciência e identidade.

Para além da introdução, esta dissertação conta com mais três seções fundamentais. Em “DA PRÁTICA DE NOMEAR ESCRAVIZADOS AOS POUÇOS NOMES AFRICANOS

⁴³ Escolhemos no corpo do trabalho não expor nomes dos entrevistados. Os nomes completos e lugares das entrevistas constam na seção fonte.

CORRENTES NA CULTURA” refletimos práticas nominativas destinadas a africanos em condição de escravizados no Brasil e como estas estão estritamente ligadas a etnônimos de procedência e africanismos circundantes na diáspora.

Já em “DO NOME AO RUMO” averiguamos as origens do termo Cazumbá com o auxílio de bibliografias diversificadas sobretudo no campo das ciências humanas. Também utilizamos relatos orais de estudiosos em África (africanos ou não) sobre o que sabem acerca do termo. Nesta seção tentamos apontar as possibilidades de rotas da inserção do termo em contexto brasileiro. Também aí começamos a unir o termo ao nome. Analisamos breve trajetos de sujeitos que no XIX pernambucano tiveram o Cazumbá grifado no sobrenome ou apelido.

Enquanto a parte que se refere aos “CAZUMBÁS CONTEMPORÂNEOS: GENEALOGIAS, PARENTESCO E EXPERIÊNCIAS”, revisitamos a memória da família Cazumbá pernambucana, mais especificamente do grupo familiar de Vicência, Chã Grande e Lagoa de Itaenga com o intuito de traçar aspectos de genealogia familiar, identidades afrodescendentes e sentidos históricos e afetivos em relação ao sobrenome.

2 DA PRÁTICA DE NOMEAR ESCRAVIZADOS AOS POUCOS NOMES AFRICANOS CORRENTES NA CULTURA

*“Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados num carro de boi.”
(Jorge Ben Jor – Zumbi.)*

2.1 OS HAVERES DAS PRÁTICAS NOMINATIVAS E DOS ETNÔNIMOS AFRICANOS

Conforme antropólogos⁴⁴, o nome tem entre suas funções a de classificar, individualizar e identificar. Interessante, pois, numa ótica colonial e escravista, na qual para determinadas pessoas o nome ancestral foi negado, nos parece que ele serviu mais para classificar e identificar do que necessariamente individualizar. Afirmar para um outro a condição de indivíduo passou longe àqueles que estavam mais preocupados com um ser para servir sistematicamente. O nome completo de Dom Pedro I era “Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon⁴⁵”. Enquanto o nome de um escravizado poderia ser: “Pedro”, “Preto Pedro”, “Pedro Angola”, “um fulano de nome Pedro”. Ao passo que no nome de Dom Pedro I há um pedaço de sua História familiar e a marca nominativa de que ele não está sozinho (veio de um berço); quem será o Preto Pedro? De onde ele vem? Como saber onde ele nasceu?

O estudo nominativo em sociedades colonizadas e para determinados grupos se torna um pouco complicado, inclusive o uso do método onomástico⁴⁶. Primeiro porque a maioria dos nomes entre pessoas mais despossuídas (quando assim elas podiam escolher por si) se

⁴⁴ Cf: GEERTZ, Clifford, 1993 [1973]. **The Interpretation of Cultures**. Londres, Fontana Press, 1993. M. Carrithers, (et.al.). **The Category of Person: Anthropology, Philosophy, History**. Cambridge University Press, 1938.

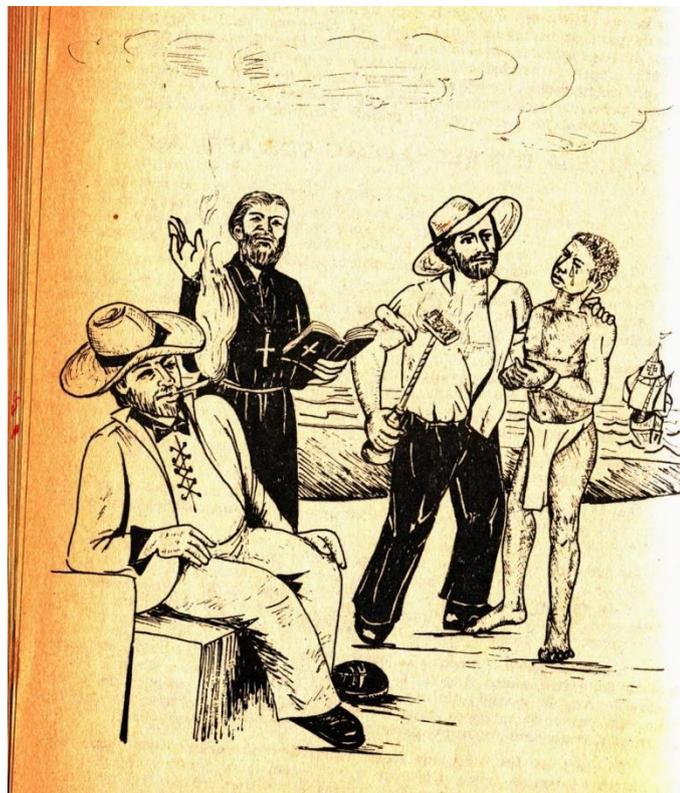
⁴⁵ Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/dom-pedro.htm> acesso em 28/10/2021.

⁴⁶ Como já dito, o método onomástico funciona para os Cazumbás pela sua excepcionalidade, pois mesmo com a maioria da população brasileira sendo afrodescendente é pequeno o número de pessoas que possuem nomes ou sobrenomes africanos.

encontraram parecidos e com tendências ocidentais e segundo pois nos parece que quanto mais nomes as pessoas tinham num dado passado, mais perto estavam do poder ou do grupo que o representava. Em contraponto, quanto menos nomes mais perto da servidão ou do trabalho forçado.

Voltando ao fato do impacto da escravização nos nomes ancestrais, retomamos em ilustração um exemplo de como a partir do batismo, sujeitos eram reificados e obrigados a carregarem outras características patrimoniais que não as suas de origem.

Figura 1 – Ilustração que demonstra uma das formas de prática nominativa em escravizado



Fonte: autor desconhecido⁴⁷.

Para as colônias portuguesas, a prática era realizar um batismo (momento da concessão do nome cristão) antes mesmo da saída em de África somado a outro no momento do desembarque⁴⁸. No decorrer do processo escravista também havia por parte de compradores o

⁴⁷ Disponível em: <http://newtonthaumaturgo.blogspot.com/2014/02/escravos-ferrados-como-animais.html> acesso em: 10.01.2019.

⁴⁸ HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

hábito de marcar a ferro quente escravizados para marcar sua “propriedade⁴⁹”. Interessante é que se retomamos ao fator identificação sugerido pela antropologia, percebemos também que esta é feita no escravizado pelo corpo marcado como objeto de trabalho de outrem e pelo nome a partir do seu silêncio ou das partículas nominativas que lhe faltam.

O batismo era uma atividade atribuída de tanta importância que mesmo em períodos de ilegalidade do tráfico de pessoas, em que documentações eram propositalmente evitadas ela continuava decorrendo, como em caso verificado em Pernambuco, em processo judicial de 1884 protagonizado por escravizada congo, batizada de Maria e desembarcada clandestinamente em Porto de Galinhas há supostamente “quarenta e tantos anos atrás”, ou seja, posterior a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibia a importação de escravizados no Brasil⁵⁰.

Sobre nomes para escravizados a partir dos batismos, o seguinte parecer de 1863 indica a ausência de nomes ancestrais ou sobrenomes familiares. Também sugere que nos títulos de vendas os termos de procedência circulavam, mas de forma bem abrangente (a partir da assertiva se africano ou crioulo).

O escravo não tem estado civil. *Quase que sempre tem um nome, o de batismo.* Não tem apelidos⁵¹ de família. [...] No assento de batismo, quando o fazem, apenas se lhe menciona um nome e o do senhor e, quando muito, o de sua mãe. Nos títulos de venda apenas se lhe menciona o nome de batismo, o do vendedor e comprador e se declara, genericamente, que é da nação (se é africano) sem declarar qual seja, ou crioulo, se é nascido no Brasil, seja onde for[...]⁵².

Apesar deste fato ser observado cada vez mais ao longo do XIX, é importante considerar que mesmos os termos de procedência ou etnônimos foram evidenciados tendo relações nominativas com escravizados e nem sempre tão generalizantemente a partir da demarcação por “africano” ou “crioulo”.

⁴⁹ Os escravos da Bahia marcados no corpo com ferro quente. Disponível em: <https://blogs.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2017/09/22/os-escravos-da-bahia-marcados-no-corpo-com-ferro-quente/> acesso em: 28/10/2021.

⁵⁰ Cf.: SILVA, José Bento Rosa da. As Tessituras da Liberdade no Pernambuco Oitocentista (Recife: 1883 e 1884). **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano XI, nºXXI, setembro/2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/150527/147360>. Acesso em: 08.04.2019.

⁵¹ Sobrenome.

⁵² Parecer de 22 de junho de 1863”. O Conselho de Estado e a Política Externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1863-1867. Brasília: Funag, 2007. p.41-42. Apud SANTOS, Cristiane Batista da Silva. A África Central e os lugares de memória do tráfico atlântico na costa de Marau: etnônimos, etnicidade e diáspora. **SANKOFA (SÃO PAULO)**, v. 02,2013, p.67.

No ponto seguinte, discutiremos variáveis destas questões que podem envolver termos étnicos, de procedência, identidades africanas nas Américas, escolhas por carregamento de nomes próprios que fazem referência a uma territorialidade africana. Também trataremos alguns dos motivos que fazem determinados termos permanecerem circundantes na cultura e se modificarem ao longo do tempo. Indicamos sobretudo autores que contribuíram para observarmos melhor tais problemáticas, são eles: Yeda Pessoa de Castro, Gwendolyn Midlo Hall, Regiane Augusto de Mattos, Valéria Gomes Costa, Camilla Agostini, Nei Lopes e Lucilene Reginaldo. Refletir com eles é também passar pelos autores e autoras aos quais fizeram referência, sendo alguns considerados clássicos no que diz respeito às problemáticas em tela.

2.2 ETNÔNIMOS EM ESCRAVIZADOS NO BRASIL: TERMOS DE PROCEDÊNCIA, HETERO E AUTOIDENTIFICAÇÕES

Percebemos que termos étnicos, etnônimos, termos de procedência não estavam obrigatoriamente relacionados aos nomes de escravizados ao longo do século XIX no Brasil. Muitas vezes os termos corriam na cultura, nos anúncios de venda para sinalizar a escravaria que se pretendia vender. Um africano com o etnônimo congo tinha uma “fama” diferente de africano com etnônimo “mina”. Uma crioula “mulata” era requisitada para determinados afazeres enquanto uma crioula “preta” para outros. A partir do contexto, da representação e da utilização que o possível comprador buscava, optava ele por obter ou não aquela mercadoria-pessoa.

Queremos aqui sugerir que ainda que termos muitos genéricos (africano, crioulo, mulato, preto) estivessem a circular fortemente existiram outras formas de nomear etnônimos e que por escolha individual ou externa agrupou-se ao nome de batismo e aparece em outras documentações que não somente a de venda, como nos recorda Camilla Agostini.

Seguimos confirmando que os etnônimos mais rememorados na nossa cultura brasileira dizem respeito ao lugar de onde os escravizados procediam⁵³, como o porto de embarque, a ilha, a etnia da qual africanos pertenciam ou que colonizadores julgavam que eles faziam parte; alguns nomes habituais para um determinado grupo (alguma alcunha precedente ou suposta pelos colonizadores).

⁵³ HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.p.85

O etnônimo quando concedido por exonomeação, mas também por automeação. A exonomeação decorria, conforme Hall, quando pessoas ou grupos partícipes da ótica colonial escolhiam palavras para grupos de africanos sabendo ou supondo sobre lugares de sua proveniência.

Yeda Pessoa afirma que os termos escolhidos podiam ter uma amplitude de modificações, levando em conta suas influências. Entre as principais, estavam a língua e escrita de quem nomeou; como esta pessoa ouviu a tonicidade das palavras de origem africanas e como elas realmente eram; a modificação do termo quando “traduzido” para outro idioma ou a ressignificação do vocábulo a partir das influências culturais que se dão nos processos de contato entre colonizadores e sociedades colonizadas ou exploradas⁵⁴.

Tal situação implicou em algumas divergências entre escrita e os significados de termos quando comparados entre diferentes línguas colonizadoras os seus possíveis literais significados em solo africano. Vamos observar alguns etnônimos e suas variantes postos em análise na obra de Midlo Hall⁵⁵: yorubá, ioruba, yorouba. Ardra, alladá, radá, aradá. Kru, krou, cravi, krawi, krao. Ouidah, uidá, whydah, hweda. Para nós, o termo deste trabalho exemplifica esta feita. Ele foi encontrado como kazumba, casumba, cazumba e cazumbá.

Hall ainda discute que existem etnônimos em francês, espanhol, inglês, português que são iguais ou parecem e que querem dizer sobre a procedência do escravizado. Entretanto, nem sempre os termos correspondem ao mesmo espaço geográfico do outro. Como por exemplo quando para traficantes da Grã-Bretanha, Inglaterra e Portugal, em dado momento Angola era toda a região da África central atlântica. Em contrapartida, em documentos espanhóis e franceses, os africanos desta região apareciam denominados como Congo.

Assim ser denominado mina, congo, angola ou outro etnônimo teve significados variados a depender de quem nomeou, da época e contexto. Apesar disto, Yeda Pessoa de Castro evidenciou que um dos fatores de permanência e recorrência de termos étnicos esteve ligado ao fato de determinados grupos já serem chamados assim em África. Conforme a intelectual, para os iorubás que são chamados igualmente de nagôs, há uma narrativa que diz haver no termo um

⁵⁴ Conforme Yeda, apesar da existência dos que se detinham a estudar línguas africanas, a identificação da especificidade etmológica de línguas africanas não é tão simples. Palavras iguais com tonicidades e significados diferentes, acentos não recorrentes no ocidente, sistemas de prefixos e sufixos requeriam atenção aos que se detivessem ao estudo. Cf: PESSOA DE CASTRO, Yeda. Etnônimos africanos e formas ocorrentes no Brasil. **Afro-Ásia**, n.6-7, Universidade Federal da Bahia.

⁵⁵ HALL. Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

tom pejorativo tendo em vista que dado pelos Fon(vizinhos dos iorubás) tinha entre um dos significados o de “piolhentos”⁵⁶.

Alguns estudiosos, como Maria Inês Cortês, problematizaram a importância concedida aos estudos sobre tais termos. Para eles, a prática de sinalizar os africanos escravizados desta forma era mais com o objetivo de homogeneizar um número grande de pessoas sem considerar suas múltiplas maneiras de ser, estar e agir antes, durante e a posteriori à colonização. O termo de nação (que aqui chamamos de etnônimo bem como termo de procedência) era mais sobre as estratégias coloniais de manipulação da escravidão⁵⁷.

É fato, que, como nos mostram Regiane Mattos e Midlo Hall, não se pode afirmar que todos os etnônimos diziam sempre sobre etnias preexistentes, nem que os africanos tinham relação cultural estreita com os etnônimos destinados a eles no processo de embarque, desembarque ou cultura da diáspora. Apesar disto, também não há como negar por completo que houve uma relação entre etnônimos escolhidos e os grupos embarcados bem como por parte dos cultura colonial algum esforço intelectual para classificar nominalmente com alguma coerência histórica, geográfica, cultural, simbólica os escravizados⁵⁸.

Regiane Mattos ressalta em sua dissertação que Mariza de Carvalho Soares, ao escolher usar a terminologia “grupos de procedência” para se referir aos termos nominativos para africanos escravizados estava a levar em consideração tanto as bagagens culturais africanas como as reelaborações decorridas pelos africanos na diáspora. Assim, ainda que dentre a análise dos etnônimos exista uma complexidade de fatores, em geral eles queriam dizer da procedência de sujeitos em África⁵⁹.

Além disso, um aspecto se faz muito importante aqui: o fato de que os africanos também em favor de si manipulavam identidades nominativas e étnicas em África e na diáspora na condição de escravizados e mesmo antes do fato da escravidão. Pode isto ser chamado de autoidentificação, autonegação.

⁵⁶ PESSOA DE CASTRO, Yeda. Etnônimos africanos e formas ocorrentes no Brasil. *Afro-Ásia*, n.6-7, Universidade Federal da Bahia.p.5.

⁵⁷ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto: seu mundo e os outros (1790-1890)**. São Paulo: Corrupio, 1988 *apud* MATTOS, Regiane Augusto de. De Cassange, mina, benguela a gentio da guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em História social. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, 2006.

⁵⁸ Cf: ATOMA, Atoma. African Ethnonyms and Toponyms: An Annotated Bibliography. **Electronic Journal of Africana Bibliography**, Iowa Research Online: vol.10, 2006.

⁵⁹ MATTOS, Regiane Augusto de. De Cassange, mina, benguela a gentio da guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em História social. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, 2006.

Esta evidência encontramos em Hall, baseada no estudo de Boubacar Barry sobre ter havido na Grande Senegâmbia processos de mutação entre etnias com identidades antigas na África antes da existência do comércio atlântico.

As pessoas mudavam de grupos étnicos e línguas. Havia turês, originalmente mandês, que tornaram-se tucolores ou jalofos; jalons, originalmente fulas tornaram-se khaasonkes; mouros tornaram-se naari caior; manés e sanés, originalmente sobrenome diolas, foram tomados pela realeza mandê de Gabu. Para resumir, havia uma mistura constante de povos na Senegâmbia, destinados a compartilhar um espaço comum por séculos. A Senegâmbia, em alguns aspectos, funcionava como uma vasta reserva na qual populações do Sudão e do Sael habitualmente despejavam membros excedentes. Em Seu novo lar, os imigrantes criaram uma civilização de fluxo contínuo [...]. Os jalofos, mandês, fulas, tucolores, sereres, diolas ou outro grupo étnico sentiam-se como estranhos⁶⁰.

Na diáspora, também se tem evidências de práticas similares. Se no exemplo acima as pessoas trocavam de etnias e se autoneameavam como de outras, na diáspora, uma vez que os etnônimos podiam de algumas formas estarem agregados a nomes próprios, sujeitos poderiam atribuir os termos para si como pertencentes a um grupo ou mesmo trazer esses termos arraigados aos seus nomes. Aí é quando retornamos a questão das outras possibilidades para os nomes de afrodescendentes ampliando um pouco o parecer que demonstrava que entre os escravizados havia apenas o primeiro nome, sem sobrenomes. Judicialmente sim, mas socialmente não necessariamente.

Seguindo Camilla Agostini em “*Africanos e a formação de identidades no além-mar: um estudo de etnicidade na experiência africana no Rio de Janeiro do século XIX*”⁶¹, a pesquisadora indicia narrativas em busca de sinais de memória e aspectos de identidade étnica de escravizados provenientes da África central a partir de documentação judicial e eclesiástica. É possível analisar como os sujeitos ressignificavam e jogavam com identidades étnicas através dos mecanismos da autoneameação. Nota-se um entrelaçamento de experiências e memórias africanas e brasileiras, bem como a incorporação ou manipulação de termos de procedência e etnônimos em África e Brasil.

A autora denota que mesmo no século XIX quando era mais comum a circulação de termos genéricos, como “africano”, “crioulo”, “da costa”, “de nação” ou características físicas,

⁶⁰ BARRY, Boubacar. La Sénégambie du xvième au xixième siècle: traîte négrière, Islam et Conquête coloniale Paris, 1988. *apud* HALL, Gwendolyn Midlo. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. **TOPOI**, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 29-70.

⁶¹ AGOSTINI, Camilla. Africanos e a formação de identidades no além-mar: um estudo de etnicidade na experiência africana no Rio de Janeiro do século XIX. **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): 241-259, jul.dez.2008.

escravizados referiam a si e suas filiações tanto com termos de procedência genéricos, quanto com etnônimos mais específicos. Como a resposta de escravizados sobre as origens panga, quincuso, quango e mombaca associados aos etnônimos rebolo, monjolo, congo e angola⁶². Outro exemplo que a autora traz é de um senhor escravizado que sabe genericamente de onde veio (Costa da Mina), não lembra o nome dos pais (pois não os conheceu), tampouco quantos anos tem. Entretanto, quando se pergunta qual seu nome ele responde ser Gil, de nação mina.

Ainda a supradita autora nos indica que uma das questões mais pertinentes deste debate, além do sinal da autonegação e autoidentificação é a associação, pelos africanos e afrodescendentes, de etnônimos enquanto identidades de África na diáspora. Neste exemplo, não podemos afirmar que o Gil era chamado de Gil Mina e o Mina funcionava como um sobrenome, mas o fato de os próprios africanos demonstrarem conhecimento das táticas coloniais de demarcação nominativa e manipularem tais identificações demonstra a relação entre a escolha de termos e possíveis realidades históricas.

A identificação com determinado etnônimo e sua representação individual ou social possivelmente influenciou a decisão de escravizados permanecerem com etnônimos em sobrenomes. Exemplos são José Cabinda que afirmou ser natural de Luanda⁶³; Francisco da Costa, ex-escravizado reescravizado em Pernambuco do XIX que incorporou o etnônimo para colocar em sua carta de alforria⁶⁴ como sobrenome; João Mulungu, escravizado e famoso líder quilombola no Sergipe, em 1860, que parece também ter agregado o etnônimo específico a seu sobrenome. Além, certamente de alguns Cazumbás, como veremos no próximo capítulo.

Temos percebido que em Pernambuco foi ocorrente, por alguns, escrever nomes de escravizados somados aos termos de procedência, sobretudo se procurados, aquilombados ou famosos por algum motivo. O termo de procedência às vezes aparecia como apelido e outras aparentava sobrenome.

Nos documentos da expedição de Francisco José Martins na caça pelos aquilombados do Catucá, em 1829⁶⁵, para alguns escravizados só foi citado o nome e a quem pertencia. Para

⁶² Agostini chama atenção para o fato de não necessariamente a “nação” e o etnônimo específico apresentarem uma lógica geográfica. Como por exemplo o caso de Lino que disse ser de “nação” Moçambique e natural de Luanda. Uma possibilidade é que ele pode ter sido embarcado em Moçambique ou por alguma motivação pessoal ou coletiva específica se reconhecia enquanto Moçambique não como de “nação” Angola.

⁶³ AGOSTINI. Op.cit, p.248.

⁶⁴ Ver CARVALHO, Marcus J. M. De cativo a famoso artilheiro da Confederação do Equador: O caso do africano Francisco, 1824-1828. **VARIA HISTÓRIA**, nº 27.2002. Neste mesmo texto, Marcus afirma que apesar de “da Costa” ser um termo amplo e poder fazer referência a um africano de qualquer procedência o fato de a maior parte da escravaria provir da região Congo-Angola (só não a Bahia), faz com que tal etnônimo aponte para a região do Golfo da Guiné.

⁶⁵ DANTAS, Leonardo. Documentos dos Quilombos de Goiana- Catucás. In: **Alguns Documentos Para a História da Escravidão**. Recife, Massangana, 1988.

outros, havia o nome e um termo que podia ser o da procedência. José Canatu, José Angico, José Mobunga, João Pataca, Leandro Cazumbá.

Hall nos mostra que também em colônias inglesas havia a escolha pelo uso de etnônimo enquanto nome ou parte dele, como no caso da Louisiana:

[...] Alguns escravos crioulos adotavam uma designação étnica africana como seu nome, ou parte do seu nome, como um modo de identificação com a etnia. Existe o caso de um escravo crioulo, Joseph Mina, que adotou o nome étnico dos escravos minas que o criaram. Alguns outros nomes incluíam designações étnicas africanas: por exemplo, Édouard *dit* Kanga, Felipe *alias* Bambara, Louis Kiamba, Senegal e Maniga. O caso mais surpreendente é o de François *dit* Congo, um escravo filho de pai branco e mãe mestiça de quatro anos que foi vendido em 1817 com a sua mãe mulata sob a condição de que ambos fossem libertados imediatamente, ainda que fosse ilegal libertar qualquer pessoa menor de 30 anos naquela época. ***Temos aqui um crioulo de segunda geração que era três quartos branco com uma designação étnica africana como parte do seu nome (grifo nosso)***. Mas esses casos são raros o suficiente para poderem ser ignorados no cálculo⁶⁶.

Os Cazumbás então são caso mais raro ainda. Mais de 130 anos após a abolição da escravatura vive um termo que de origem africana foi etnônimo em escravizados e tem circulado no Brasil nomeando pessoas de diferentes lugares sociais desde o século XIX como apelido e enquanto sobrenome. É igualmente sobrenome de pessoas em África.

A delonga deste termo em nomes demonstra a possibilidade de determinado etnônimo incorporar-se à cultura da diáspora, alcançar significados variados que às vezes aludem a uma origem africana ou são reconfigurados com outras experiências simbólicas e culturais.

A partir das reflexões sugeridas por Yeda Pessoa de Castro, tendemos a pensar que etnônimos africanos ao unir percursos de europeus, africanos e afrodescendentes se tornaram africanismos e pedem inquirição das variadas conjunturas que o fizeram tão popular na cultura das diásporas. Como primeira sugestão, percebemos que pelo menos no Brasil o fato de a maioria dos etnônimos terem sido genéricos e não específicos, eles circularam entre pessoas, mas também entre a cultura significando uma variedade de coisas.

Samba, mandinga, rebolo, banguela, cafundó, bamba, mané, timbu foram etnônimos que emaranhados na sociedade e cultura mutuaram significados e podem ser classificados enquanto africanismos. Samba é o ritmo mais popular do Brasil. Rebolo é um instrumento percussivo utilizado também no Samba. Banguela é uma pessoa sem dentes. Cafundó é um

⁶⁶ HALL. Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017, p.109.

lugar longe. Bamba é alguém com autoestima um tanto elevada. Mané é alguém considerado bestial. Timbu, é um gambá (também etnônimo africano) onívoro da família do Canguru. Para mandinga, atribuem seu significado a feitiço de matriz africana. Alguns desses termos continuam sendo etnônimo, topônimo ou antropônimo no continente africano⁶⁷. Estes são só alguns exemplos de como etnônimos africanos foram incorporados no senso comum. Para muitos não se sabe a relação significativa entre o termo que um dia nomeou grupo de escravizados e sua acepção consagrada na contemporaneidade.

2.3 ENTRE LOCALIZAÇÃO E MORFOLOGIA: DESDE UM TERMO CENTRO AFRICANO OU SOBRE CAZUMBÁ SER QUIMBUNDO

Entre os historiadores da escravidão, é quase unânime nos dias atuais que houve para o Brasil um perfil específico de africanos que aqui desembarcaram durante o fato da escravidão. Felipe Alencastro, por exemplo, declara que o solo brasileiro desde a colonização foi constituído pela pilhagem de pessoas jovens da região centro-africana enquanto mão-de-obra escrava. Sobretudo Angola, depois Congo e Moçambique⁶⁸.

Há alguns fatores com frequência ressaltados que verificam os porquês deste ocorrido: a boa localização geográfica entre esta região de África e Brasil e ventos favoráveis para as navegações coloniais; conhecimentos agrícolas de grupos destas regiões que favoreciam os interesses de mercado português. Ademais, ainda somam os a assertiva de que ao longo do tempo classes dominantes da conhecida América portuguesa encontraram formas de comercializar diretamente com a África sem passar pelo cunho da Coroa. Entretanto, ao fim do século de XVII e XVIII, também historiadores nos ensinam que houve uma mudança nas relações de comércio devido à presença holandesa na África central e frequentes conflitos territoriais na região ocidental africana, entre iorubás e fon promovendo um comércio de escravizados entre Golfo do Benin e Bahia.

Este breve e resumido histórico se torna importante tendo em vista que queremos introduzir uma questão que estamos falando desde o início: o fato de o etnônimo cazumbá ser banto e banto ter a ver com esse grande contingente de seres humanos provenientes da região

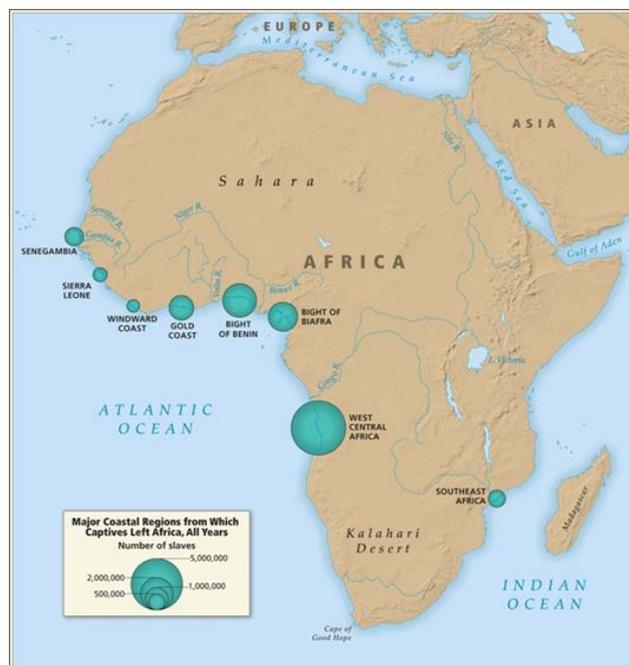
⁶⁷ Esses etnônimos podem ser encontrados na obra de HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas: restaurando os elos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

⁶⁸ Para esta 1 página e meia dois textos foram referências: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. E COSTA, Valéria Gomes. **Trajetórias Negras: Os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)**. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. 2013.

central de África, enquanto no que se refere ao quantitativo mais tardio para o comércio e tráfico de pessoas os iorubás, nagôs ou malês.

Esses dois grupos ainda que múltiplos e diferentes tinham algumas características geográficas, linguísticas e/ou culturais similares entre si. Estudiosos em culturas africanas ao analisar a presença deles na diáspora ao longo do tempo optaram por assim classificarem e seguir com suas análises sobre eles no que concerne a presença, contribuição cultural e representação social tanto no tempo escravista quando a posteriori enquanto legado para o Brasil.

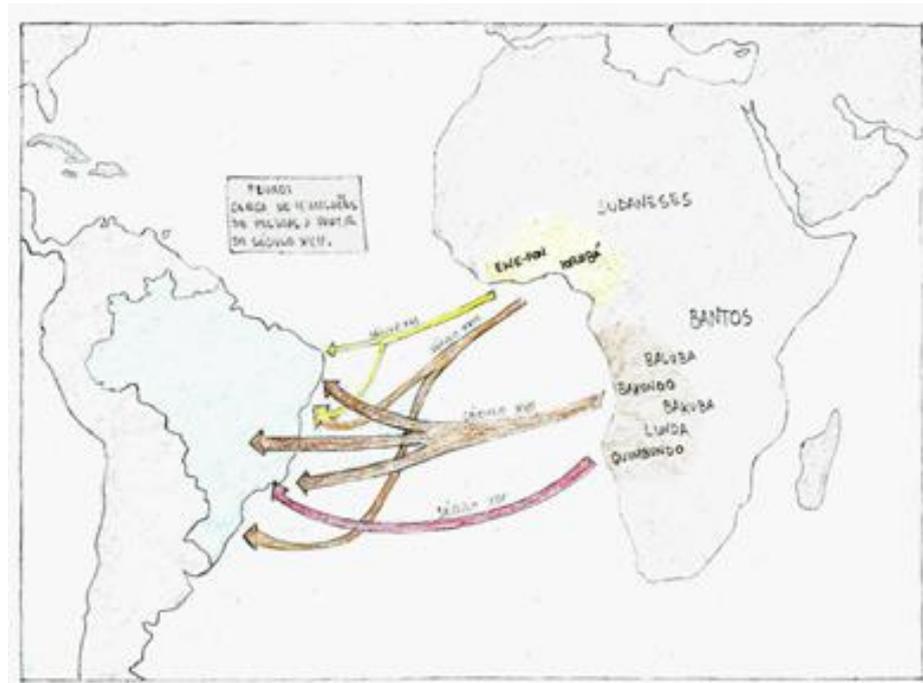
Figura 2- Regiões da costa africana de captura de escravizados



Fonte: TSDB

Foi principalmente a partir do século XX que os estudos que relacionavam procedência africana, grandes blocos étnico-linguísticos e análises culturais sobre esses grupos despontou. Separaram-se dois blocos étnico-linguísticos de muita influência na cultura do Brasil e assim os classificaram de um lado os bantos e do outro os nagôs (igualmente iorubás, sudaneses). Ou também: estudos sobre a primeira e mais ocorrente leva de africanos para o Brasil que teria sido a dos bantos e a última, que teria sido a dos nagôs.

Figura 3 – Bantos e Sudaneses (nagôs, iorubás)



Fonte: “Áfrika do lado de cá”. Diáspora Negra⁶⁹.

Nei Lopes em “*Bantos, Malês e Identidade Negra*” nos ensina sobre os grupos bantos desde sua localização geográfica, história da nomenclatura bem como o que levou grupos africanos de ampla variedade linguística serem sinalizados por um único termo.

O autor nos mostra que os diferentes grupos que hoje estão geograficamente localizados entre a região centro, leste e sul de África como Angola, Congo, Moçambique, África do Sul detém características de vida e linguagens comuns desde a época ausente da presença europeia. A criação do termo *banto* é atribuída ao filólogo Willelm H. Bleek que percebeu, no século XIX, entre a maioria das línguas das regiões citadas haver a existência da palavra *mntu* com significado para pessoa. Assim, para a classificação, o “ba” correspondia ao plural, enquanto “ntu” apresentava significação para povo.

Nei ainda segue o raciocínio nos lembrando que outrora o termo *banto*, que hoje significa povo, significou povos inferiores ou primitivos⁷⁰. Interessante essa consideração pois a assertiva de que os bantos eram inferiores foi sustentada por muito tempo e por diferentes pessoas: de traficantes de escravizados, a considerados intelectuais e pesquisadores brasileiros e brasilianistas. O que parece é que o discurso sustentado pela Igreja em concomitância com projetos coloniais e por intelectuais europeus conhecidos como iluministas criou

⁶⁹ Disponível em: <https://africadoladodeka.wordpress.com/2014/06/03/diaspora-negra/> acesso em: 12.01.2019.

⁷⁰ Cf. LOPES. Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Autêntica, Belo Horizonte, 2011, p.96.

narrativamente um lugar do mundo sem esperança, sem História, cultura e dominado por seres não humanos e passíveis da escravização para purificação terrena ou condução a um paraíso.

Os bantos foram incessantemente referidos como preguiçosos, coniventes com a escravidão, de pouco intelecto ou que se “assimilaram” demasiadamente com a cultura hegemônica eurocentrada cristã. Os já citados neste trabalho, Nina Rodrigues⁷¹, Arthur Ramos e também Roger Bastide agregavam muito destes lugares comuns precedentes e pareciam concordar com um modelo hierárquico entre os bantos e os malês ou sudaneses⁷²

Se tem percebido através de diferentes evidências históricas, e aqui usamos muitos dos aprendizados colhidos de trabalhos escritos por Lucilene Reginaldo⁷³ bem como das falas e entrevistas de João José Reis, erros cometidos por intelectuais de meados do XX ao declararem determinadas teses sem considerar cosmogonias e perspectivas próprias cada grupo africano bem como esquecer que a relação tempo/leva banto x tempo/leva iorubá reverbera em aspectos específicos na cultura da diáspora.

Por exemplos: ainda que Nina Rodrigues tivesse realizado estudos sobre línguas e etnias africanas da região central, este considerava que as línguas africanas de maior impacto cultural para o Brasil eram as nagôs, pois estavam presentes nos candomblés desta procedência enquanto na religiosidade de matriz Congo-Angola isso não era tão forte, segundo ele. Ademais, o autor referenciava os iorubás como mais corajosos e altivos, sobretudo por conta da Revolta dos Malês bem como pelo fato de alguns sudaneses islamizados serem letrados. Em contrapartida, Nina Rodrigues cria que os bantos por transitarem entre aspectos culturais cristãos tinham um caráter subserviente e dócil, conseqüentemente não deixando tantas marcas culturais fortes quanto os nagôs. Seguindo os passos de Nina, estiveram Arthur Ramos e Roger Bastide. O primeiro⁷⁴ até ponderou o seu “orientador” ao afirmar que o contingente banto foi

⁷¹ Pensamento de Nina Rodrigues em “Os Africanos no Brasil”. RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo/Brasília, Editora Nacional/ Editora da Universidade de Brasília, 1933. Apud REGINALDO, Lucilene. “Uns três congos e alguns angolas” ou os outros africanos da Bahia. **História Unisinos** 14(3):257-265, setembro/dezembro 2010.

⁷² Guarda -chuva para diversos grupos e etnias provenientes da região ocidental da África e como nos ensina o supracitado intelectual, correspondem aos povos situados em territórios que se estendem da Etiópia ao Chade e do sul do Egito passando pela Uganda e norte da Tanzânia. Este grupo também é comumente chamado de iorubá e nagô pelo fato de ser desta região a proveniência de tais etnônimos.

⁷³ Lucilene indica que a despeito dos lugares comuns destinados ao grupo banto por alguns dos estudiosos citados, pesquisas historiográficas fomentaram-se cada vez mais entre os anos 90 afirmando presença e importância cultural banta no Brasil. Através de documentação judiciária, testamentos, inventários e de teorias conscientes dos agenciamentos e complexidades próprias do que é ser humano foram evidenciadas algumas experiências que contrariavam o que outrora era dito acerca dos bantos.

⁷⁴ RAMOS, Arthur. O negro brasileiro. Rio de Janeiro: Graphia, 2001. Apud REGINALDO, Lucilene. “Uns três congos e alguns angolas” ou os outros africanos da Bahia. **História Unisinos** 14(3):257-265, setembro/dezembro 2010.

muito superior no Brasil e teve um enorme impacto cultural em irmandades negras, Bastide⁷⁵ por sua vez evidenciou manifestações culturais bantas no Brasil, como as congadas e religiões, entretanto que se acha de muito comum entre os três é a assertiva que sim, os bantos foram inferiores aos nagôs no sentido intelectual, cultural e mesmo humano.

Atualmente, porém é sabido que essa tese está errada e aqui resumiremos alguns aspectos e porquês. Primeiro devemos considerar que esses autores escreveram a partir de uma visão de mundo racista e classificadora. Estamos a repetir, pois o fato faz toda diferença quando pensamos que quanto mais um mundo ou uma forma de vê-lo se parecia com aquilo considerado padrão na época (Europa, brancura, conhecimento escrito, racionalidade científica) mais aquilo era considerado digno, belo, inteligível, poderoso.

Arthur Ramos se baseou em relatos de viajantes e escravagistas do século anterior ao seu e eles também colocavam bantos e malês em lados opostos e também a própria África havendo uma mais superior, a mais ao norte e perto da Europa e a inferior, a conhecida como África negra a posteriori que “coincidentemente” é de onde vem a maioria dos grupos bantos.

Outro ponto: quando se tem uma ideia pronta do que é uma cultura superior, qualquer coisa que distancie do “padrão” é subalternizado, como foi o caso do saber oral banto em detrimento do saber escrito sudanês. Não havia a preocupação em se questionar como funcionava a relação História/cultura e oralidade até porque a própria África negra já estava dita por Hegel como um lugar sem História ou contribuição para a humanidade. Nesse sentido, era mais apropriado afirmar que havia pelo menos uma parte da África mais perto do que poderia ser humana: aquela que tinha a cultura da escrita e que estava geograficamente mais perto da Europa.

Outra questão se mostra importante é sobre a leva de africanos bantos e iorubás no Brasil. A leva dos iorubás no Brasil é bem mais recente que a dos bantos e se deu maiormente na Bahia ao longo do XIX enquanto a leva dos bantos foi quase que durante todo o ciclo comércio-tráfico África-Portugal-Brasil. Portanto, sendo a cultura iorubá mais recente no tempo, menos ela haveria de ter hibridizado com a da diáspora no tempo de Nina e seus seguidores.

Já a cultura banta, por sua vez, além de ter uma cosmogonia associativa própria que não precisa negar uma cultura para aderir a outra⁷⁶, já estava circulando no Brasil há séculos quando

⁷⁵ Cf. BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição para uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações*. Vols. I & II, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985. Carneiro, Edison. *Negros bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. Apud REGINALDO, Lucilene. Id.

⁷⁶ A cosmovisão associativa é presente em aspectos culturais brasileiros, a título de exemplo, quando uma pessoa que se diz católica e ao enfrentar algum problema de saúde consulta uma casa de religião de matriz africana. Ou

Nina foi se preocupar em estudá-la. Ademais, autores desde Edison Carneiro⁷⁷, Lucilene Reginaldo, José Bento Rosa, Yeda Pessoa e o próprio Nei Lopes nos mostram que mesmo dentro de situações marcadamente ocidentais, como igrejas, nas irmandades⁷⁸, os negros bantos resistiram através de jogos identitários, relações ambivalentes, construções de grupos de poder. Sem falar na constituição dos quilombos como *espaços aculturativos*⁷⁹.

Yeda Pessoa de Castro nos diz que as culturas bantas são tão sinônimas do que nos faz brasileiros que pessoas tem dificuldade de associa-las com o continente africano, tendo em vista os processos ideológicos de negação desta identidade. Yeda Pessoa nos lembra⁸⁰ que os legados bantos estão desde danças e músicas como samba, coco, ciranda, maracatu, lundu, congada, jongo; nos modos de cura com ervas e até mesmo nos gestos e práticas de cuidado com os outros, presentes no ato de reproduzir um muxoxo ou fazer cafuné em alguém, por exemplo.

Outras palavras e contextos também foram evidenciados pela autora, que foi estudar onde hoje é a República Democrática do Congo, desde palavras para quais nos referimos ao corpo, e igualmente para doenças, comidas, roupas. Algumas como anca, bunda, caxumba, moqueca, munguzá, miçanga, calundu são frequentes nas diferentes regiões do Brasil, às vezes com uma alteração ou outra entre letras ou significados, mas continuam vivas e querem dizer da África banto que nós somos.

Enquanto Yeda falou em *africanismos*, Lélia Gonzalez usou o termo *pretuguês* para demonstrar o modo de falar africano presente no nosso vocabulário e afirmar que “a cultura brasileira é eminentemente negra”⁸¹. A combativa intelectual nos mostra o papel importante da mulher negra sobretudo aquela que esteve nos ambientes mais restritos à maioria dos negros no tempo da escravidão (dentro das casas dos senhores). Ela que cuidou, amamentou e muitas vezes iniciou as crianças, que nem seus rebentos eram, no mundo das palavras, das cantigas e

mesmo uma pessoa mais velha que se afirma totalmente cristã, mas realiza uma “benza” de ervas em uma criança crendo que aquela ação irá livrá-la de um possível mau-olhado.

⁷⁷ CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. SP: Ed. Nacional, 1988.

⁷⁸ Sobre irmandades negras com atuação banto destacam-se alguns trabalhos tais como: QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e Pernambuco (Século XVIII), São Paulo: Anablume: Fapesp, 2002. REGINALDO, L. Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista. Campinas, SP. **Tese de Doutorado em História**. Unicamp, 2005. REIS, J.J. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, 1997.

⁷⁹ Edison ao estudar o quilombo dos palmares o referenciou como lugar de resistência negra contra aculturativo diante da sociedade colonial, patriarcal e escravista.

⁸⁰ PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Falares africanos na Bahia**. Um vocabulário afro-brasileiro, 2ªed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Topbooks Editora, 2005.

⁸¹ GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020. pp55.

dos contos. Em cada palavra, gestos, histórias, estava a memória e vida da narradora: estava o lugar de onde ela ou seus ancestrais teriam vindo.

Tanto a cultura iorubá quanto a banta são importantes na nossa formação social. A interpretação contextual da cultura é necessária para que não se repitam categorias racialistas que fomentaram hierarquias e distanciaram o reconhecimento e aceitação por parte de muitos indivíduos afrodescendentes ou não das Áfricas que em nós habitam.

2.4 ETNÔNIMOS ESPECÍFICOS MAIS OCORRENTES NO BRASIL

As nações ou grupos étnicos embarcados para o Brasil foram variados e igualmente seus etnônimos ou termos de procedência. A opção por descrever inicialmente os grupos bantos e sudaneses foi necessária sobretudo porque o etnônimo central desta pesquisa é banto. Banto ou sudanês não foi categoria nominativa para escravizado. Esta classificação tornou-se comum pelos estudiosos que se debruçam sobre o período. É como se banto ou sudanês fosse um guarda-chuva⁸². Embaixo do guarda-chuva banto estão os grupos da região da África centro-ocidental e embaixo do guarda-chuva sudanês estão os da região ocidental.

Em documentos é comum encontrar denominações referentes a escravizados como de nação angola, nação mina, congo, cabinda, benguela, rebolo, quiloa, monjolo. Tais etnônimos foram os mais frequentes no Brasil⁸³. Eles são os mais conhecidos tenho em vista que além de relativa continuidade durante o período escravista englobavam per si etnônimos ainda mais específicos.

Aqui, evidenciamos duas possibilidades analíticas entre as utilizadas nos trabalhos historiográficos recentes para o que se refere aos grupos africanos e seu lugar de origem. Nos importa sobretudo analisarmos os etnônimos (termos étnicos) arrolados e as grandes áreas africanas as quais eles se remetem. Entre os vários, não nos deteremos em focar nas áreas geográficas específicas que cada um remete ou o que cada um significou dentro do contexto do tráfico de africanos. Tal atividade já foi muito bem feita e é consagrada em vários trabalhos, ressaltamos aqui a dissertação de mestrado de Regiane Mattos (2006)⁸⁴ que nos serviu de

⁸² Esse termo tem sido utilizado por historiadores para tratar de questões que dizem respeito a etnias e identidades africanas na diáspora.

⁸³ HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas: restaurando os elos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

⁸⁴ MATTOS, Regiane Augusto de. De Cassange, mina, benguela a gentio da guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em História social. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, 2006.

referência, tendo em vista que a autora perpassou pelas análises de Athur Ramos, Roger Bastide, Pierre Verger, Mary Karash, entre outros considerados clássicos no que tange à esta discussão.

No quadro 1, têm-se os termos étnicos e sua relação geográfica com o continente africano a partir de autores que realizaram tais associações em diferentes pesquisas ao longo de décadas, principalmente antropólogos e posteriormente historiadores que estudam comércio e tráfico Atlântico de pessoas entre África e Américas a partir do XVI.

Para o item 1 do quadro, destacamos, ainda conforme Mattos, a pesquisa de Mary Karash⁸⁵, que ao realizar um estudo sobre identidades africanas no XIX do Rio de Janeiro chegou à conclusão que a maioria dos escravizados de lá foram provenientes da região central do continente, o que igualmente decorreu em Pernambuco (213.899 desembarques desta região) para o mesmo século e pode ser consultado no TSTD e igualmente em pesquisas como a da historiadora pernambucana Valéria Costa⁸⁶. Sendo o continente dividido em centro-ocidental, ocidental⁸⁷ e oriental cada grande região desta provém alguns etnônimos. Um que nos chama atenção é o *cabundá*. Lembra um pouco o nosso termo protagonista (cazumbá), mas segundo Mattos, Mary Karash afirmou ser o termo referente aos crioulos de Luanda, falantes de quimbundo de Luanda e do interior que eram chamados bundos⁸⁸.

No item 2, algo mais nos toma atentos: conforme James Sweet em “Recriar a África⁸⁹” aponta alguns grupos em seus respectivos etnônimos os quais foram os mais evidenciados nos documentos brasileiros no que se refere à História do tráfico de africanos. Ao dividir o continente entre Alta Guiné, Baixa Guiné e África Central, o autor aponta *casumba* (sem mais explicações) como procedente da região centro africana. Sinal que os indícios nos estão levando ao ponto concomitante com o autor.

A figura 4 representa bem, ainda que de um modo geral, as principais linhas de tráfico África-Brasil bem como nos indica os maiores entrepostos brasileiros para desembarque de

⁸⁵ A obra referente é KARASH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850**. São Paulo: cia das Letras. 2000.

⁸⁶ COSTA, Valéria Gomes. Trajetórias Negras: Os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890). **Tese de Doutorado**. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. 2013. p.52

⁸⁷ Conforme Mattos, em análise da obra de Mary Karash, a região ocidental diz respeito à área da Costa da mina perpassando pela Costa do ouro, onde atualmente é Gana. Indo do litoral da Costa do Ouro até o leste da Nigéria abarcando a área da baía do Benin. Oriental, por sua vez é referente à região que corresponde ao sul da Tanzânia atual, norte de Moçambique, Malawi e Nordeste da Zâmbia. (MATTOS,2006, p.26)

⁸⁸ MATTOS, Regiane Augusto de. De Cassange, mina, benguela a gentio da guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em História social. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, 2006.p.59

⁸⁹ SWEET, James H. **Recriar a África**: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Edições 70, LDA. 2007. p.37.

escravizados. A Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco foram lugares que durante o período receberam o maior contingente de africanos. Ademais, o mapa também indica a grande região banto e a grande região nagô (ou sudaneses, conforme o mapa).

Quadro 1- Etnônimos africanos correntes na História sobre o tráfico de pessoas africanas

1. HISTORIOGRAFIA ACERCA DO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS

Centro ocidental

- Congo norte: cabinda, nsundis, tekes ou tios, monjolos, angicos, gabões, congos, mochicongos,
- Angola: caçange, **cabundá**, quissama, rebolo, ambaca ou baca, moange, moxicongo, songo, massangana
- Benguela: ganguelas ou nganguelas ou benguelas

Oriental

Moçambiques, macuas, iaôs, quelimanes, senas ou mecenass, nambanna

Ocidental

Iorubá, nagô, jejes ou gêges, calabar, haussá, mina, minaguça

2. JAMES SWEET

Alta Guiné - Guiné

Uolofe, fula, mandingo, biafara (biafada), banhum, Cacheu, Cabo-verde

Baixa Guiné

Mina, uidá (uidah), arda (alada), nagô, calabar (carabari), jeje, lecumi, benim, courana, são tomé, cobú

África Central – Angola

Benguela, cabinda (quibinda), loango, congo, luanda, massangano, bamba, ambuíla, (amboela), mbaca, dongo, dembo, monjolo, anzíquo(angico), Ganguela, mabanga, malemba, mocanga, mbata, zenza, quibaqua, **casumba**, libolo, (rebolo,robolo) bondo, muxicongo,manicongo, motemo.

Figura 4 - As principais rotas de África para o Brasil durante o comércio de gente



Fonte: BASTOS, Ana Paula Pinto⁹⁰

Temos sugerido que o fato de um grande contingente de africanos provindos da região centro-africana para Pernambuco influenciou a descendência, costumes, práticas e vocábulos que circundaram os mais variados aspectos da cultura. O termo *cazumbá* é uma prova disto. A estabilidade do termo *cazumbá* é que etimologicamente ele veio da África central, é banto e foi etnônimo para escravizados podendo ser referente a um espaço geográfico pré-existente naquele continente. Seus significados semânticos, simbólicos, diaspóricos e relações geográficas é o que analisaremos a seguir.

⁹⁰ BASTOS, Ana Paula Pinto. A diáspora africana numa trajetória geográfica territorial e libertadora: da África ao Brasil. *Cadernos de Geografia*. Coimbra, FLUC, n.34 - p. 65-72, 2015.

3 DO NOME AO RUMO

*"O filho perguntou pro pai:
 "Onde é que tá o meu avô
 O meu avô, onde é que tá?"
 O pai perguntou pro avô:
 "Onde é que tá meu bisavô
 Meu bisavô, onde é que tá?"
 Avô perguntou bisavô:
 "Onde é que tá tataravô
 Tataravô, onde é que tá?"*"
 (Gilberto Gil – Babá Alapalá)

3.1 TRAÇANDO SIGNIFICADOS PARA A PALAVRA CAZUMBÁ: DE ÁFRICA A PERNAMBUCO

Como vimos até agora, muitos foram os etnônimos que nomearam escravizados no Brasil. Para os mais recorrentes são sabidas as procedências geográficas e linguísticas, alguns sentidos do termo em África e onde e quando na diáspora estiveram presentes. Ressaltamos também que a incorporação de etnônimos por escravizados contou com uma série de fatores e identidades diaspóricas permearam a maioria deles. Falamos igualmente da possibilidade de determinados etnônimos ingressados no país enquanto termos de procedência converterem-se em africanismos e remontarem seus significados de África e/ou representações constituídas na diáspora.

Alguns etnônimos foram apresentados sob a ressalva de serem mais específicos ao contrário dos mais ocorrentes durante o período escravista. Cazumbá, por exemplo, termo protagonista desta dissertação pode ser considerado um mais específico. O vocábulo enquanto etnônimo foi grifado de diferentes maneiras devido aos processos de encontro entre as principais línguas que o atravessou durante o tempo: quimbundo⁹¹ e português. De kazumba⁹², casumba, cazumba a cazumbá a referência ancestral, geográfica e semântica diz respeito a

⁹¹ Ou kimbundu.

⁹² Salientamos que usamos preferencialmente o grifo *kazumba*, em quimbundo, quando estivermos nos referindo ao vocábulo no continente africano. Para o termo na diáspora usamos com o "C", como está posto nas documentações. A questão do acento agudo no "a" depende de como o documento se apresenta. Em suma, *cazumbá* e *cazumba* estão diretamente relacionados ao termo *kazumba*.

mesma palavra. As pequenas mudanças nos grifos tem a ver com a interpretação, cultura escrita e contato entre diferentes indivíduos no tempo.

Cazumbá provém da língua quimbundo (kimbundu⁹³) amplamente falada em Angola e principalmente na região noroeste e suas fronteiras com República Democrática do Congo⁹⁴. Esta língua pertence ao tronco étnico-linguístico banto e pode ser dividida ou transpassada por outras línguas, tendo em vista as similaridades linguísticas entre povos diferentes (urbanos ou mais interioranos), mas com muitas características comuns, tais como língua e cultura. O quimbundo está entre as línguas mais faladas no país, atrás do português colonial e do Umbundo. Em Angola são faladas mais de 20 línguas e muitas estão estritamente conectadas⁹⁵.

As línguas do tronco banto são aglutinadoras e funcionam em sistemas de prefixos, sufixos e infixos [prefixo + radical (+ sufixo)], como nos ensinam Nei Lopes e Yeda Pessoa. Os vocábulos terminam por vogal e exprimem noções de gênero, número, pessoa e tempo. As sílabas são abertas e como na língua portuguesa o sujeito é alocado antes do verbo e este antes do objeto direto com complemento após o substantivo⁹⁶.

O termo cazumbá, originalmente *kazumba*, apresenta o prefixo “ka”, que indica diminutivo⁹⁷ em sua língua original. Em português é modificado para “ca” e não necessariamente assinala diminutivo. De acordo com Raul Lody⁹⁸, Cazumba ou Cazumbá provém do grupo etimológico Nzumbi, Cazumbi, Zumbi, originário do Kimbundu Nzumbi, macrogrupo etnolinguístico Bantu. Alude-se como uma criatura espiritual que compartilha o mundo também com os vivos. “Uma fusão dos espíritos dos homens e dos animais”.⁹⁹ Arthur

⁹³ Outros grupos étnico-linguísticos relacionados a este são o dongo, kindongo, loanda, mbundu, loande, luanda, lunda, mbundu, n'bundo, nbundu, ndongo ou mbundu do norte. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Kimbundu> Acesso em: 15.12.2019.

⁹⁴ A região que hoje é conhecida como Angola e que tem mais de três milhões de falantes do quimbundo tem uma história muito ligada a atual República Democrática do Congo. A presença colonial e agressiva de portugueses, holandeses e belgas acirrou disputas de grupos étnicos e reinos tradicionais, incentivou mutações territoriais, mas ainda sim até o presente existem muitas características populacionais, linguísticas e similares presentes nestes territórios. É importante salientar que a organização das sociedades africanas é diferente da ocidental e possivelmente a tentativa de implantar o modo de pensar Estado e política na África através de um paradigma sobretudo europeu enfraqueceu ainda mais as sociedades pautadas por anos e anos em identidades familiares ou de grupos étnicos.

⁹⁵ Informação lida em A Tarde é nossa Tv Zimbo. Disponível em: <https://m.facebook.com/atardeenossaoficial/photos/a.239276043196512/1169132760210831/?type=3>

⁹⁶ LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Autêntica, Belo Horizonte, 2011, p.96.

⁹⁷ CHATELAIN, Heli. **Grammatica elementar do kimbundu ou língua de Angola**. Genebra, typ.de Charles Schuchardt. 1888-1889.

⁹⁸ LODY, Raul. **Dicionário de Arte Sacra e Técnicas Afro-brasileiras**. Pallas Editora, Rio de Janeiro, 2003, p. 228

⁹⁹ Outro significado para *kazumba* foi “pequena casa”, na língua shamba, associada à língua Swahili falada no sul da África, também de tronco banto. BRYAN, M.A.; TUCKER, A.N. **Linguistic Survey of the Northern Bantu Borderland**. Suva: Government Press, 1956.

Ramos¹⁰⁰, faz referência ao grupo etmológico ao qual pertence o termo Cazumba, como sendo geralmente usado para nomear espíritos e entidades traquinas, que gostam de fazer estripulias com os humanos principalmente pela noite, visto que é o momento em que eles vagam pelos lares.

Vários dos vocábulos pertencentes a este mesmo grupo são correntes na nossa cultura. E o interessante é notar como diante do tempo este grupo de palavras incorporou-se de tal maneira no país que circula nos mais diferentes âmbitos: desde religiosos em casa de culto a entidades ancestrais a lugares mais amplos da usualidade contemporânea. De nomes de restaurantes, tipo dança, nome de banda, grupos de teatro, arte e lazer, a personagem em manifestação cultural, nome de rio, reserva extrativista ou vila, a nomes próprios e apelidos percebe-se o quanto o quimbundo influenciou e léxico gramatical e cultural do país¹⁰¹ como também o termo Cazumbá tem circulado na cultura ao longo dos tempos.

Até o momento, em África encontramos o vocábulo *kazumba* para nomear divindades, pessoas e lugares. A mais remota evidência como nome próprio apareceu no antigo reino de Tumbuka¹⁰². Um dos líderes, Chasweka Fwasani Musolomoka Botawota Chamanyavyose, nomeou em meados de 1780 um dos seus filhos com o nome Kazumba. Este reino compreendeu à região que hoje é o atual Malawi.

Algo parece elucidativo: ainda no século XVII e XVIII há dois registros relevantes. Correspondem a dois personagens de diferentes obras e autorias, mas que levam o mesmo nome: Cazumbá. Gregório de Matos cita um “pae Cazumbá¹⁰³” em poema. Associa-o a comportamentos indecorosos bem como a outras pessoas pretas. Mais adiante, em meados de 1794, em Portugal, uma ópera denominada “A vingança da Cigana”, de parceria luso-brasileira e encenada anos mais tarde em Minas Gerais apresenta oito personagens diferentes socialmente, em que, entre os pobres, um deles é chamado Cazumba¹⁰⁴. Este é associado a um

¹⁰⁰ RAMOS, Arthur. As culturas não europeias. In: **Introdução à antropologia brasileira**- vol. 1º. RJ: Coleção Estudos Brasileiros da CEB. Ed. Da Casa do Estudante, 1943, p. 452-453.

¹⁰¹ A palavra cazumba no Recôncavo baiano também passou a ser designação para animais em putrefação nos campos fazendo com que pessoas negassem ter relação nominal com este vocábulo, como evidenciado em depoimentos colhidos na pesquisa de José Bento. Cf: SILVA, José Bento Rosa da. **Família Cazumbá**: as peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição [Recôncavo da Bahia – c.1879 – 2015] – Itajaí, SC: Casa Aberta; Recife: ED. UFPE, 2018.

¹⁰² Para saber mais sobre a História do reino de Tumbuka, consultar: BOTA, Frackson F., CHONDOKA Yizenge. **A History of the Tumbuka from 1400 to 1900**. Xlibris Corporation, 2015, 324 p.

¹⁰³ E é para sentir o quanto/ Se dá Deus por offendido/ Não só por este pecado/ Mas pelos seus conjunctivos/ Como são cantigas torpes/Bailes e toques lascivos/Venturas e fervedouros/Pau de força e pucarinhos/Quero entregar ao silencio/Outros excessos maldictos/Como do pae Cazumbá/Ambrosio e outros pretinhos/ Com os quaes estas formosas/Vão fazer infames brincos/ Governados por aquelles/Que as trazem num cabrestilho. REBELLO, Pereira Manuel. Obras Poéticas De Gregório de Mattos Guerra. Precedida da vida do poeta. Tomo I. RJ: Typographia Nacional, 1882, p.94.

¹⁰⁴ CALDAS, Barbosa; MOREIRA, Antonio Leal Moreira. A vingança da cigana : drama joco serio de hum só acto, para ser representar no Real Theatro de São Carlos pela Companhia Italiana, oferecido ao público por

afrodescendente em condição livre. Entre os aspectos que chamam atenção sobre o Cazumba é modo de falar, bem como o comportamento associado a pessoas negras no período. A ópera mescla entre barroco, clássico e ainda conta com aspectos musicais do lundu (dança e canto de origem banto).

Daí para frente, as pistas da existência do termo na diáspora, seja enquanto etnônimo ou nome próprio ampliam. Em Pernambuco, até o momento a primeira aparição de um Cazumbá foi em 1824. Enquanto etnônimo, os escravizados são provenientes da África central. Como sobrenome e apelido, o termo aparece em indivíduos que não necessariamente nasceram em África e podem ou não ter alguma ascendência familiar e/ou cultural com o continente.

O antropólogo Fernando Sabonete afirma¹⁰⁵ que pessoas com nome kazumba podem ser encontradas nas etnias chokwe, ganguela e nhemba. Grupos ganguela estão entre leste e sudeste do planalto central angolano e a nhemba, como outras etnias, tem relação com esta. Chokwe é uma das maiores etnias de Angola. Ocupa do nordeste ao sul. Também está no extremo sudoeste da República Democrática do Congo e no noroeste da Zâmbia¹⁰⁶.

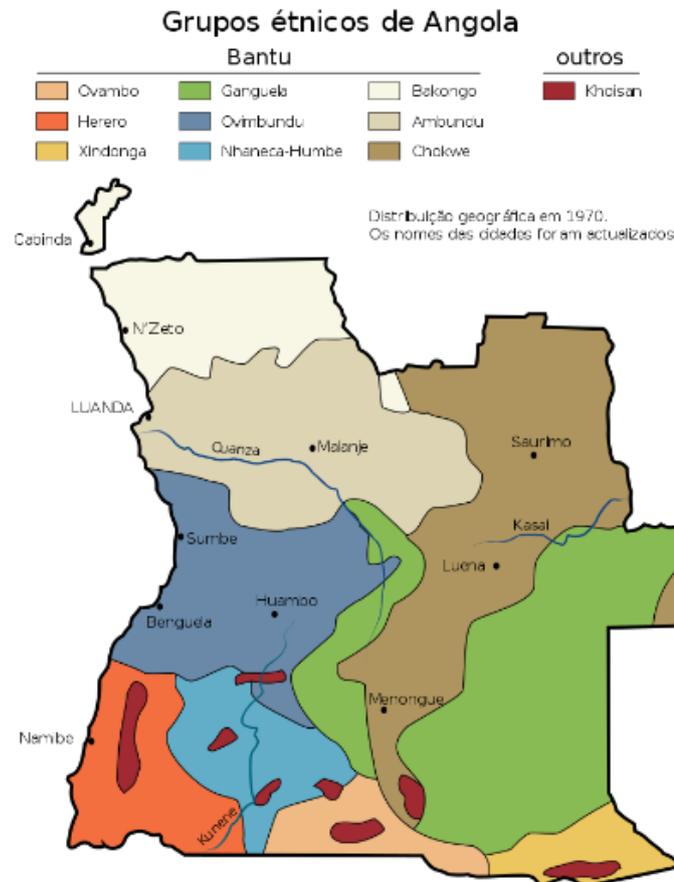
Na imagem abaixo, temos o mapa de Angola e seus principais grupos étnicos, entre eles os citados pelo antropólogo Fernando.

Domingos Caporalini no dia do seu benefício – Anno de 1794. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4346> Acesso em: 05.09.2021.

¹⁰⁵ O antropólogo angolano residente em Recife concedeu uma breve entrevista ao professor José Bento Rosa da Silva, primeiro pesquisador sobre pessoas com nome cazumbá no Brasil. Na íntegra, quando perguntado sobre a existência de pessoas com nome cazumbá em África, Sabonete respondeu: “Kazumbá, Kazumba ou ainda Zumba; existem nomes em Angola, no sul temos muitas pessoas com esse nome [...], a sua pergunta seria se é nome próprio ou sobrenome[...]? Em primeiro lugar os nomes e sobrenomes se confundem muito em Angola, eu tenho certeza que Zumba pode ser nome próprio ou sobrenome de alguém, o que difere em Angola por vezes (é o) grau, por exemplo: em todas línguas bantas, a palavra que leva o prefixo (kA)Ka-zumba igual o grau diminutivo. O pai no caso tem o nome de Zumba grau superlativo, e essa é primeira confusão, e a segunda é de não termos regra de nomes e sobrenomes em Angola. E agora o a letra (k) foi substituída por portugueses (c) e naturalmente foi evoluída para acento. Normalmente esse nome é comum na etnia Chokwe, Ganguela e Nhemba, e os chokwes são famosos nos rituais e máscaras, Zumba também está relacionado à divindade”. In: SILVA, José Bento Rosa da. Família Cazumbá: as peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição [Recôncavo da Bahia – c.1879 – 2015] – Itajaí, SC: Casa Aberta; Recife: ED. UFPE, 2018.

¹⁰⁶ [https://es.wikipedia.org/wiki/Chokwe_\(etnia\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Chokwe_(etnia)) Acesso em: 18.11.2021

Figura 5 - Grupos étnicos de Angola



Fonte: Ganguelas¹⁰⁷.

Pesquisando sobre os chokwes, algo nos chamou atenção. A cosmologia deles é repleta de ritos: seja para os ancestrais, para a natureza ou para memorar um rito de passagem, como o de circuncisão¹⁰⁸, por exemplo. Em estudo esmiuçado, Isabel Penoni¹⁰⁹ nos mostra visualmente algumas das manifestações. Muitas cores e/ou adereços bem como movimento e danças. Em uma das celebrações, há alguns personagens que com máscaras ao rosto e corpo colorido de indumentárias representam um misto de pessoa e animal, um deles é o denominado akishi e outro mwana pwo (em referência a ancestrais femininos). Conforme a autora citada, representá-los é uma forma de acessar melhor o mundo místico ou mesmo passar por diferentes ritos da vida de forma auspiciosa.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ganguelas>. Acessado em 08.12.1019.

¹⁰⁸ Mukanda é um rito de circuncisão entre o grupo Luvale presente em Angola, Congo e Zâmbia.

¹⁰⁹ PENONI, Isabel. Cilende: o baile das máscaras no festival da cultura luvale (Angola). **São Paulo**, v. 3, n.1, p.218-258, julho (2018).

Conforme o Rand African Art¹¹⁰, a figura 6 abaixo trata de uma ilustração da personagem Pwo publicada pelo explorador português Henrique Carvalho. A máscara se assemelha com outras presentes em grupos Lwena (Luvale) e Luchaz, em Angola bem como em áreas do oeste e noroeste da Zâmbia. A figura 7, por sua vez, representa uma cerimônia contemporânea entre os chokwes, em Moxico, Angola, na qual os ancestrais estavam sendo rememorados.

No que tange a este aspecto, o que nos chama atenção é a relação entre ritos ancestrais, usos de máscaras e o termo cazumbá nos entremeios disto quando olhamos para o Brasil. No bumba-meu-boi do Maranhão há um personagem chamado “cazumbá” ou “caretas de cazumbá”. Ele é uma fusão entre humano divinizado e animal. Brinca, assusta e dança. Usa máscara de diferentes materiais e sua fantasia pode ser bem paramentada, colorida com indumentárias acima da cabeça e nas vestes, como é possível visualizar na figura 8.

Figura 6 - Representação de explorador português Henrique Carvalho, em 1890



Fonte: Rand African Art¹¹¹.

¹¹⁰Rand African Art. Revisiting the pwo: chokwe masks by Manuel Jordan. Disponível em: https://www.randafricanart.com/Chokwe_Pwo_masks. Acesso:09.02.2019.

¹¹¹ Rand African Art. Revisiting the pwo: chokwe masks by Manuel Jordan. Disponível em: http://www.randafricanart.com/Chokwe_Pwo_masks.html acesso em: 09.02.2019.

Figura 7 – Etnia chokwe em ritual de memória pelos ancestrais



Fonte: Agência Angola Press¹¹².

Figura 8 –Caretas do Cazumbá no Maranhão



Fonte: Rede Mirante Maranhão, G1¹¹³.

Em África, ainda não encontramos kazumbas como máscaras assim como no Brasil, mas o termo kazumba está presente em outros aspectos da cultura africana centro-oriental e em outros lugares. Enquanto antropônimo o lugar em África que mais conta com este vocábulo nomeando sujeitos é a República Democrática do Congo. Em 2014, 5671 indivíduos foram verificados com este sobrenome¹¹⁴. Na diáspora é o Brasil que lidera o ranking. Entre Cazumbas e Cazumbás estão registrados 558 indivíduos neste país.

¹¹² Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2016/1/7/Moxico-Mascaras-regiao-leste-contexto-preservacao-cultura,217241c0-f314-4979-8b24-9d280dbdef9f.html. Acesso em: 09.02.2019.

¹¹³ Boi de Santa Fé comemora 25 anos de fundação em São Luís. G1, Rede Mirante Maranhão. 04.5.2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/05/boi-de-santa-fe-comemora-25-anos-de-fundacao-em-sao-luis.html> acesso em: 09.02.2019.

¹¹⁴ Ao total, ao redor do planeta são 10.808 indivíduos com sobrenome Kazumba, principalmente em República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Namíbia, Angola e Malawi). Sobrenomes similares como kaziumba, kacumba, kazumbi, kazomba, kazumbe, kajumba, kasumba, kaciumba e kasummba também estão presentes principalmente em Uganda, Congo e Zâmbia. Cf: <https://forebears.io/surnames/kazumba>.

Ao passo que na averiguação dos topônimos, há mais uma similitude. Além de existir uma relação entre lugares que culturalmente tem celebrações com uso e significados para máscaras, há os lugares que até presentemente tem nome kazumba e estão localizados entre Angola, Congo, Zâmbia e no Malawi. Neste espaço esteve o antigo reino de Tumbuka, estão sujeitos da etnia chokwe e estão práticas culturais com o uso de máscaras.

A partir deste levantamento podemos agora estar mais certos que a origem do vocábulo kazumbá aponta para a região de África que mais transportou escravizados para Pernambuco. Desta feita, uma das possibilidades para o termo enquanto etnônimo em escravizados é que a escolha colonizadora do vocábulo no registro batismal disse respeito à esta procedência dos escravizados em África.

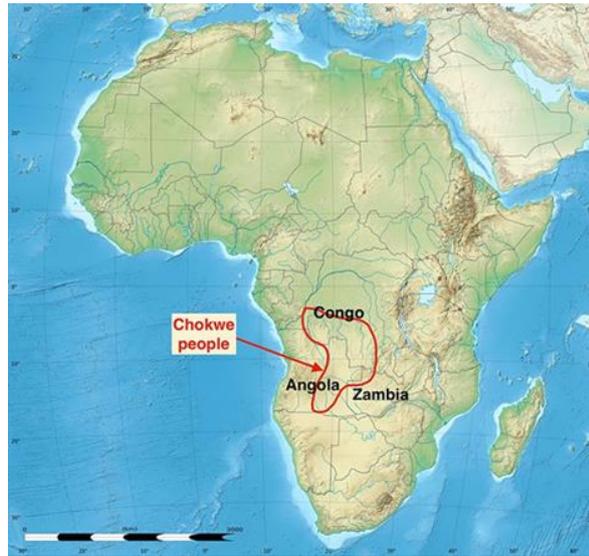
Figura 9 - Topônimos kazumba em África

	Name	Country	Feature class	Latitude	Longitude
1	Kazumba Kasumba, Kazumba	Democratic Republic of the Congo , Kasai-Central	populated place	S 6° 25' 0"	E 22° 2' 6"
2	Kazumba-Lulu Kazumba-Luilu, Kazumba-Lulu	Democratic Republic of the Congo , Haut-Lomami	populated place	S 7° 48' 0"	E 25° 24' 0"
3	Kazumba Kazomba, Kazumba	Zambia , North-Western	populated place	S 13° 44' 0"	E 23° 10' 0"
4	Kazumba	Democratic Republic of the Congo , Tanganyika	populated place	S 7° 36' 0"	E 29° 52' 0"
5	Kazumba	Democratic Republic of the Congo , Tanganyika	populated place	S 5° 55' 0"	E 28° 27' 0"
6	Kazumba	Democratic Republic of the Congo , Kasai-Occidental CD.03.28 > Kazumba	third-order administrative division	S 6° 25' 0"	E 22° 2' 0"
7	Kazumba	Zambia , North-Western	populated place	S 13° 42' 0"	E 22° 6' 0"
8	Kazumba	Zambia , North-Western	populated place	S 13° 34' 0"	E 22° 9' 0"
9	Kazumba	Malawi , Central Region Lilongwe	populated place	S 13° 34' 53"	E 33° 23' 58"
10	Kazumba	Zambia , Northern	populated place	S 9° 1' 19"	E 31° 38' 32"
11	Kazumba	Zambia , Northern	populated place	S 8° 57' 0"	E 31° 31' 0"
12	Kazumba	Zambia , Northern	hills	S 9° 25' 0"	E 31° 13' 0"
13	Kazumba	Democratic Republic of the Congo , Kasai-Central	populated place	S 6° 18' 4"	E 22° 33' 33"
14	Kazumba	Democratic Republic of the Congo , Kwilu	populated place	S 6° 8' 22"	E 19° 30' 59"
15	Kazumba	Democratic Republic of the Congo , Kasai-Central	stream	S 6° 11' 35"	E 22° 21' 11"
16	Kazumba	Democratic Republic of the Congo , Kasai-Central	triangulation station	S 6° 24' 40"	E 22° 1' 53"

Fonte: tabela reproduzida da plataforma online Geo Names Search (2019).

Outro passo desta pesquisa no futuro é averiguar com mais afinco aspectos históricos, familiares e culturais de pessoas africanas que carregam kazumba no nome principalmente no grande grupo étnico-linguístico Chokwe. Nos interessa também pensar sobre a possível existência de uma etnia do passado ou presente cunhada com este termo.

Figura 10 – Mapa com países de África onde pessoas de etnia chokwe estão.



Fonte: Wikipédia.¹¹⁵

3.2 ETNÔNIMO, APELIDO E SOBRENOME DE FAMÍLIA: CAZUMBÁS EM PERNAMBUCO A PARTIR DE PRINCÍPIOS DO XIX

Nesta etapa do trabalho aportamos em Pernambuco e voltaremos nossa narrativa para as pessoas que carregavam consigo o tão perseguido – por nós – termo cazumbá. Na capitania em que muitos tinham relações ancestrais com a África, mas que não necessariamente eram africanos, a sociedade ainda convivia com o escravismo e caminhava pouco a pouco para urbanização. Corpos negros (escravizados, livres, libertos) eram responsáveis pela construção dos sobrados, braços navegantes conduziam os grupos dominantes entre recifes cheios de água; no escravismo de ganho atuavam as doceiras, artesãos, quitandeiras, barbeiros, cargueiros. Nesta época também, percebemos nos jornais um apelo muito bem racializado contra o que se chamavam de vadios, ébrios, vagabundos bem como contra aqueles que ainda em proibição da liberdade optavam por fugir para as conhecidas mata dos catucás.

A sociedade passaria por mestiçagens exponenciais, apesar de tal fato por si, não eliminar a diferenciação social de quem tinha a marca de África no trabalho, pele ou qualquer outro aspecto. Um dos sinais é a arquitetura das cidades e divisão das principais freguesias de Pernambuco, como nos mostra Valéria Costa. O bairro de São José fundado em 1844 a partir de desanexação com o de Santo Antônio, era bastante populoso e pobre. 2.157 pessoas pretas

¹¹⁵ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B4kwe_\(etnia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B4kwe_(etnia)). Acesso em: 10.05.2018

lá viviam, 70% eram livres de cor preta e 245 indivíduos eram africanos. De acordo com Marcus Carvalho apud Costa (2013)¹¹⁶, ali estavam maiormente gentes negras de pouco recurso material, mas com teias de práticas religiosas e culturais que mesclavam África e diáspora. Enquanto o bairro de Santo Antônio era o centro comercial e de lazer circundado por indivíduos ricos.

Ademais, também tinham aqueles que encontravam um modo de vida nos cargos públicos, no ramo militar e nas relações com pessoas abastadas socialmente para quem sabe obter benefícios ou alternativas de ascensão social. Entre algumas maneiras possíveis de negros, livres e forros galgarem ascensão social havia duas principais possibilidades ressaltadas por Kalina Silva¹¹⁷: a participação nas irmandades bem como a presença nas milícias de homens pretos e pardos. Desde a modalidade de guarda pessoal a tropas constituídas por pardos e pretos. Ademais, há ainda o fato de ser o a adesão a esses grupos uma tentativa de aceitação social principalmente quando se somava à aderência a valores da cristandade ou mesmo a posse de escravizados, característica de poder e distinção naquela época.

O quilombo do Catucá foi eminente na história pernambucana durante o período. Segundo Marcus Carvalho, sua formação remete a 1817, apesar da área há muito ser reduto de escravizados fugidos. O quilombo foi cada vez mais notado pelas fontes com a força dos conflitos entre elites imperiais. Enquanto aristocratas açucareiros brigavam entre si, fugas para o quilombo, que se estendia da zona da mata até norte do Recife, manifestavam-se com maior vigor, nos diz o professor. Os que para lá debandavam ficaram conhecidos como malunguinhos¹¹⁸. O termo virou um tipo de alcunha para integrantes e chefias negras que por ali habitavam e formavam sociedades dialogáveis com sujeitos livre, libertos e até brancos. Saques nos engenhos próximos e residências limítrofes com a floresta foram eventualidades que fizeram tropas do exército ficarem no encalço dos insurretos.

A floresta do Catucá serpenteava a área mais populosa da província, a zona da mata seca, ao norte do Recife. Cortada por muitas estradas e picadas, ela começava nos limites de Beberibe, antigo subúrbio do Recife, passava pelo

¹¹⁶ COSTA, Valéria Gomes. Trajetórias Negras: Os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890). **Tese de Doutorado**. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. 2013.

¹¹⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. Os Henriques nas Vilas Açucareiras do Estado do Brasil: Tropas de Homens Negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII, **Estudos de História**, v. 9, n.2, 2002.

¹¹⁸ Malungo é uma palavra de origem quicongo que na diáspora significa companheiro de embarcação ou irmão concedido durante este agressivo processo. É provável, segundo Marcus Carvalho, que o quilombo tenha tido origem de uma grande fuga de escravos de navio negreiro. O autor indica que existiu um famoso Malunguinho que teve sua cabeça a prêmio, em 1827, entretanto não há maiores fontes sobre sua procedência. Possivelmente fora africano. O autor também considera que com o aumento da aculturação a alcunha malunguinho foi diminuindo gradualmente.

sítio dos Macacos e por São Lourenço, mais a oeste da capital, lançando-se entre os engenhos costeiros e a serra a oeste do Recife em direção ao norte. Passava pelos mangues e rios da região, chegando não muito longe da costa em Paratibe e daí a Pasmado, perto da ilha de Itamaracá, até o povoado de Tejucupapo, próximo à vila de Goiana, já quase na fronteira com a província da Paraíba. O centro do quilombo estava num pedaço dessa floresta, situada entre as matas dos engenhos Timbó e Monjope, entre as freguesias de Paratibe, Paulista e Recife, um local de terreno acidentado cortado por riachos e brejos, conhecido como cova da onça¹¹⁹.

Em muitas das situações citadas acima, encontramos Cazumbás. Desde a freguesia de São José e Santo Antônio, ao quilombo do Catucá, passando pelo exército ou no tráfico de gente lá estavam eles. Com a ajuda de historiadores que analisaram o contexto ou com fontes que mostram as pistas individuais e coletivas, verificaremos possibilidades de como os Cazumbás lidavam com problemáticas da vida bem como de que maneira o termo se associou a nome destas pessoas.

3.2.1 Procura-se um Cazumbá

Era 1829 nas proximidades de Goiana. Negros do Catucá, majormente africanos, vinham inquietando autoridades. Marcus Carvalho verificou que neste período eram correntes saques em fazendas, queimas de engenhos e muitas fugas. Como uma parte de grupos militares estava a par desses movimentos, grupos semi-sedentários¹²⁰ da floresta tiveram que optar pela retirada para outras bandas.

À caça dos insurretos estava uma expedição comandada pelo tenente comandante Francisco José Martins¹²¹. Entre os marcados para morrer achava-se um “Cazumbá”. Junto estavam Carumbá, Corumbá e Cabundá. Em matas desconhecidas foi um tanto difícil para conduzir as tropas. Entretanto, com apoio de informantes e o número grande de soldados tornou-se executável capturar e prender alguns líderes quilombolas. Entre eles, Leandro, apelidado de Cazumbá, tinha um mandado de prisão.

Essas matas ou quilombo do Catucá também eram conhecidas como quilombo do malunguinho. Muitos dos integrantes eram também assim chamados (malunguinhos) e este

¹¹⁹ Cf. CARVALHO, Marcus Joaquim M. O quilombo do catucá em Pernambuco. **Caderno CRH**, n. 15, p. 5-28, jul./dez., 1991.

¹²⁰ Conforme Marcus Carvalho, havia evidência nas fontes de formação de famílias, mocambos e plantações além da mandioca.

¹²¹ DANTAS, Leonardo. Documentos dos Quilombos de Goiana- Catucás. In: **Alguns Documentos Para a História da Escravidão**. Recife, Massangana, 1988.

termo, além de significar “companheiro de embarcação”, em quimbundo, vinha repleto de simbolismo. Dizem as fontes que havia uma forte ligação entre escravizados que eram malungos. A identidade estabelecida durante o momento difícil fomentou entre eles a alternativa em meio ao caos: a formação de um quilombo. Aqui, nos questionamos como este termo se fixou e passou a referenciar um espaço geográfico e também pessoas pertencentes a ele.

Assim, somamos uma possibilidade: talvez escravizados se cumprimentassem usando o termo, como fazem pessoas angolanas: “esse é meu malungo”, “essa é minha cota¹²²”, esse é meu ndengue¹²³”. De repente, a palavra amplamente repetida no cotidiano por vários aquilombados presos, oferecidos à cabeça foram lembrados nas ruas, jornais e meios de comunicação e repressão como eles próprios se chamavam entre si. Isto é um exemplo de como pessoa e grupo ligados pela identidade podem se transformar em algo grande. Hodiernamente, malunguinho é entidade na jurema sagrada e adjetivo para afrodescendentes aguerridos, que tem sempre força para lutar.

Quanto a palavra cazumbá o caso parece que foi análogo. Tem se notado que vocábulos pertencentes ao grupo etimológico zumbi além de suporem relação com características dos africanos que um dia os carregaram, associavam-se aos significados literais de África e viraram termos ordinários para afrodescendentes tanto pelos colonizadores quanto pelos próprios afrodescendentes. Zumbi, ainda que na cultura popular ou midiática e cinematográfica tenha havido um apelo para seu sinônimo como um ser ruim, fantasmagórico, morto-vivo, sem a ambivalência presente no pensamento africano de que as coisas não são completamente ruins ou boas, o ruim e bom se misturam, como o Zumbi que ao mesmo tempo que amedronta também faz graça; para os movimentos negros Zumbi virou sinônimo de guerreiro, combatente, ativo.

O nome Zumba de Ganga Zumba, chefe do quilombo dos Palmares antes de Zumbi também apresentou uma grande plasticidade cultural, servindo inclusive de apelido para pessoas de nome José. O filólogo nascido no XIX, Mário Marroquim¹²⁴, nos diz que zumba, “*um contágio da língua africana*”, fora apelido comum no nordeste do Brasil e um entre os hipocorísticos¹²⁵ para o nome José, tais como Zé, Zezinho e Zequinha. Interessante é que temos

¹²² Pessoa mais velha.

¹²³ Pessoas mais nova.

¹²⁴ MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**. Curitiba: HD Livros, 2005.p.159 Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/103/1/25%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> acessadoem:17.09.2021.

¹²⁵ Diz-se de qualquer palavra criada ou prenome modificado (ou qualquer vocábulo us. antroponimicamente) com intenção de carinho, para uso no trato familiar ou amoroso (papai, mano, benzinho, Marcão [por Marcos], Fafá

percebido que assim como o termo zumba, o vocábulo cazumbá também serviu de apelido para Josés. Como não encontramos uma assertiva de algum filólogo ou pensador do ramo confirmando nossa suspeita, mostramos alguns dos percursos que nos levam a crer ter sido cazumba(á) também ser usado para apelidar Josés.

De antemão, sabendo que já se tinha conhecimento do termo cazumba a contar do XVII¹²⁶, supomos ser possível que enquanto africanismo ele significasse desde algum tipo de estereótipo associado aos africanos (tal como modo de falar, ser, agir), a atribuições significativas das palavras ligadas ao grupo etimológico zumbi em seu sentido popular (numa época marcada por discurso subalternizador da humanidade africana e afrodescendente por grupos de poder). As ideias estavam entre misticismo, combatividade e vulgarização. Zumba, Zumbi, Cazumbá¹²⁷ podem em alguma medida terem virado sinônimos e logo apelido para gentes com algum traço cultural ou experiencial em comum. Ademais, pelo nome José ser tão corriqueiro e nomear muitas pessoas de classes mais baixas (um dos nomes muito usado para nomear escravizado), o termo zumba e/ou cazumba se aliou ao primeiro por querer falar quase sobre a mesma coisa: alguém vulgar no sentido de ser comum, popular, do mesmo modo de que algumas palavras do grupo etnolinguístico zumbi.

Dentre Cazumbás do XIX e mesmo XX foram muitos os Josés com o termo cazumbá enquanto apelido e sobrenome. Para averiguar tal acontecimento a fonte principal foram jornais pernambucanos¹²⁸ entre 1820 a 1985 (período disponível até o momento na Hemeroteca digital). É possível que o número tenha sido maior tendo em vista que várias são as pessoas não arroladas em determinadas fontes históricas, sobretudo se forem pobres. Dos 46 indivíduos citados ao longo dos anos, 18 deles tinham nome José e o termo cazumbá como sobrenome ou apelido. À medida que o termo de apelido passa a ser “*vulgo*” para alguns sujeitos observamos uma diminuição de fontes que constam sua existência enquanto apelido¹²⁹.

[por Fátima], Mariinha [por Maria], Tião [por Sebastião] etc.). Disponível em: <https://www.dictionary.com/browse/google>

¹²⁶ Tempo que coincide com a vida de Zumbi dos Palmares e aparição de personagem “pae cazumba”, de Gregório de Matos.

¹²⁷ Ainda não evidenciamos um cazumbá, que como Zumbi e Zumba teve o termo no nome durante o século XVII ou antes na colônia para que possamos pensar numa relação entre trajetória, experiência e representação social no período. Entretanto, o caso do “pae cazumbá” como o mais remoto até o momento é bastante elucidativo para pensarmos esta questão.

¹²⁸ A saber: A Província: órgão do partido liberal – 1872-1919; Almanack do Estado de Pernambuco (PE) – 1894; Diário da Junta do Governo – 1823; Diário de Pernambuco (PE) 1860 – 1979; Diário do Rio de Janeiro – novembro de 1841; Jornal do Recife (PE) 1838-1858; Jornal Gazeta Pernambucana – 1823; O Diário Novo – 1842- 1848; O Liberal Pernambucano – 1852-1858; Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros (PE) – fevereiro de 1900.

¹²⁹ Fomos novamente encontrar Cazumbá por apelido já em meados de 2012, quando um aluno de graduação conversou com o professor José Bento que conhecia uma família Cazumbá de Lagoa de Itaenga. Chagando lá,

Optamos por averiguar essas ocorrências entre sobrenomes e apelidos em jornais pois é nessa fonte que maior se evidencia o fato. Em outra importante fonte, a plataforma Family Search a nossa questão não foi identificar as relações entre o termo cazumbá e o nome José, mas sim perscrutar as possibilidades de elos genealógicos entre os Cazumbás listados nos jornais e os grupos familiares do presente.

Na Family Search, a maior parte da documentação sobre Cazumbás se refere ao século XX e XXI, entretanto há também em menor número e informações do fim do século XIX sobre os indivíduos listados. Os dados da plataforma são muito eficientes. Para alguns indivíduos temos certidões de nascimento e/ou óbito. Nomes de cônjuges e filhos. Lugar do nascimento e/ou morte. Às vezes tem como saber até o ofício e cor. Apesar disto, para alguns não se tem dados sobre em que estado brasileiro nasceram. Só consta o nome completo e data de nascimento. Assim, para essa etapa trabalharemos com os que temos provas de que nasceram e/ou morreram em Pernambuco.

Afirmamos que os nomes que demonstraremos aqui estão limitados pelas fontes e que continuaremos com auxílio de outras a seguir os Cazumbás do XIX. Apesar disto, algo está posto. O nome José apresenta ligação com o vocábulo cazumbá em Pernambuco no período de (1824-1906). Algumas vezes não temos certeza se cazumbá foi um apelido integrado ao sobrenome. Mas uma coisa foi evidenciada: somente duas pessoas apelidadas de Cazumbá não eram Josés. O aquilombado Leandro que em 1829 tinha alcunha/etnônimo Cazumbá; e “Idalino de tal¹³⁰” conhecido por Cazumbá e procurado em 1900 por suposto assassinato.

Uma pré hipótese para o apelido era de que havia algum traço experiencial característico entre quem assim denominasse. Percebemos que sim, mas também não necessariamente. Os alcunhados estiveram ligados pelo termo quando sendo um possível termo de procedência ou quando tinham o nome de José independente da condição e lugar social. Quando grifados enquanto vulgo, ainda que alguns não tivessem sido Josés, os indivíduos estavam ligados por coisas de estigma social, tais como brigas e envolvimento em apelações crimes. Aos vulgos Cazumbás que não podemos afirmar seu lugar social, imaginamos que tiveram experiência cativa no mínimo entre seus antepassados mais próximos. A forma de apontamento sobre eles na documentação, bem como a ausência de outros nomes próprios sugere que este termo cazumbá por vulgo pode também ter sido uma atribuição como apelido pejorativo

notou-se que o termo não era sobrenome e sim o apelido de uma grande família que ficou assim conhecida por conta de um antepassado assim alcunhado.

¹³⁰ Diário de Pernambuco. 18/05/1900

representando sujeito associado ao continente africano em algum traço fenotípico, genealógico ou de personalidade.

Quadro 2 – A relação de Josés com o nome Cazumbá até início do século XX

<i>Nome</i>		<i>Condição</i>	<i>Ano</i>	<i>Resumo do acontecimento</i>	<i>Alguma observação</i>
José Gomes do Rego ¹³¹	Apelido do capitão Cazumbá	Livre	1823- 1824 -1831	Líder das tropas ou corpo Cazumbá, na Confederação do Equador	
José ¹³²	cazumbá nação caçange	Escravizado	1841	Fugido ou roubado	
Luiz José de Faria Cazumbá ¹³³			1846	Apelação crime	
José Cazumbá da Costa Agra ¹³⁴		Possível escravizado	1848	À procura de escravizada desaparecida	Possível apelido ou etnônimo incorporado ao sobrenome
José Francisco Accioli Lins ¹³⁵	Alcunha cazumbá	Livre/traficante de escravizados	1856	Preso por tráfico ilegal	
José Lopes Ferreira de Mello Cazumbá ¹³⁶ ou José Lopes Ferreira de Carvalho	Apelido ou sobrenome Apelido Cazumbá		1875 – 1877	Avisos dos correios acerca de correspondência sem destino encontrado	
José Antônio Adrião Cazumbá ¹³⁷			1876	Saindo para o sul no vapor <i>Dantas</i>	
José Alves Miranda Cazumbá ¹³⁸			1876	Inspetor de povoação de Bonito	

¹³¹ PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834) Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Ano XIV. 3º e 4º trimestres de 1900.

Anais Pernambucanos, 1824.v.9.p.95. Brasil – Estados Unidos, 1824-1829. / Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

¹³² Diário de Pernambuco (PE), 28/02/1841 Diário do Rio de Janeiro (Recife), 11/11/1841. Jornal do Recife (PE), 04/07/1877.

¹³³ O Diário Novo (PE), 26/10/1848.

¹³⁴ Diário de Pernambuco (PE) 05/01/1848.

¹³⁵ O Grito Nacional (Rio de Janeiro), 28/06/1856.

¹³⁶ A nomeação aparece em novembro de 1884 agradecendo cura da filha ao sr. Antônio Pereira da Cunha pela indicação da cajurubeba contra a d' Asthma. No fim ele diz ser um negociante e proprietário conhecido. Parece um pseudônimo. Diário de Pernambuco (PE), várias demandas dos correios entre os anos de 1875-1884.

¹³⁷ A Província, Órgão Do Partido Liberal (PE), 06/12/1876.

¹³⁸ A Província, Órgão Do Partido Liberal (PE), 15/07/1876.

Nome desconhecido	Alcunha Zumba ou José Miguel ¹³⁹	Escravidado	1876	Capitão de barca envolvido em confusão	
Manoel José de Sant' Anna Cazumbá ¹⁴⁰			1877	Apelação crime	
José Cazumbá ¹⁴¹			1877	Pai de filho assassinado no distrito de S. Pedro, do termo da Ingazeira	
José Pedro da Silva Cazumbá ¹⁴²			1885/1889	Família conhecida na Paraíba e residente na cidade Recife e Areias/ Reclamação da família do defunto pelo fato de ter vendido casas e deixado bens para usos e frutos de mulata Idalina.	
José Bernardino de Lima Cazumbá ¹⁴³			1893/1895/1901/1903/1909	Artista de Santo Antônio em chamada para casório com Maria Joaquina San't Anna. Depois eleitor nas Graças. Questura policial no ano seguinte/ soldado do 2º batalhão processado.	
José Bernardino da Silva Cazumbá ¹⁴⁴			1907	Questura policial/ Ferido por Arthur de Barros no bairro da Tamarineira	

¹³⁹ Colocamos este exemplo para demonstrar que Zumba era também alcunha para José. Jornal do Recife (PE) 05/1876.

¹⁴⁰ Diário de Pernambuco (PE), 01/1877.

¹⁴¹ Diário de Pernambuco (PE), 12/09/1877.

¹⁴² Jornal do Recife (PE), 03/07/1885 e 23/06/1889.

¹⁴³ Jornal Do Recife (PE), 29/12/ 1893 e 25/09/1895. Diário de Pernambuco (PE), 02/06/1903, 02/1909, 03/1909. A Província (PE) 30/01/1901.

¹⁴⁴ Jornal do Recife (PE), 08/05/1907.

José de Senna do Nascimento ¹⁴⁵	<i>Vulgo</i> Cazumbá		1898	Questura policial. “Gatuno”	
José Cazumbá Paes de Lyra¹⁴⁶ ou José Paz de Lyra	Conhecido por Cazumbá		1904 1906	Nomeação como coronel da Guarda Nacional do município de Olinda e São José do Egito Fazendeiro residente em Afogados da Ingazeira. Indicado como delegado e outra vez como chefe de polícia do primeiro distrito da capital	
José Bento de Senna ¹⁴⁷	<i>Vulgo</i> Cazumbá		1902	Preso por conta de luta corporal	

Fonte: QUEIROZ, Graziella (2019).

Entre os Josés da tabela, seguimos a destacar a diversidade experiencial de alguns. O escravizado Jose, “preto de nação caçange” e alcunhado Cazumbá. Ele desapareceu do Recife em fevereiro de 1841 dado por roubado ou fugido¹⁴⁸ e ainda em novembro estava sendo procurado nos jornais do Rio de Janeiro. O etnônimo caçange diz respeito a regiões do antigo reino de Jaga (1620-1910). Está no norte da atual Angola. Nesta região apontamos a presença de topônimos e antropônimos *kazumba*.

Uma questão que evidenciamos na tabela são nomes muito próximos e que talvez façam referência aos mesmos sujeitos. José Bernardino de Lima Cazumbá e José Bernardino da Silva Cazumbá podem ser o mesmo, bem como José de Senna do Nascimento e José Bento de Senna. O primeiro casou com Joaquina Sant’Anna. Na mesma tabela há um Manoel José de Sant’Anna Cazumbá. A evidência sugere algum elo parental ou experiencial entre eles e o noivo José. Enquanto ao José vulgo Cazumbá parece (José Bento de Senna/ José de Senna do Nascimento) mais ainda ter sido a mesma pessoa. O envolvimento dele com furto de peças de roupas de

¹⁴⁵ Diário De Pernambuco (PE), 27/11/1898.

¹⁴⁶ É possível que os jornais estivessem falando da mesma pessoa e grifaram diferentemente. Jornal do Recife (PE), 03/05/1906, 20 e 30/11/1906.

¹⁴⁷ A Província (PE), 14/06/1902.

¹⁴⁸ Diário de Pernambuco (PE), 28/02/1841 Diário do Rio de Janeiro (Recife), 11/11/1841. Jornal do Recife (PE), 04/07/1877.

casimira preta¹⁴⁹ e luta corporal nas redondezas de São José está registrado nas duas ocasiões em que aparece com a pequena alteração do nome. Outras vezes ele desponta nos jornais sem o vulgo Cazumbá mas ainda atuando nas redondezas de Santo Antônio¹⁵⁰. Chamado de catraieiro, desordeiro, larapio e por vez recolhido à casa de detenção junto a comparsa, é possível que este Cazumbá tenha sido egresso do escravismo e alternava seu nome por questões estratégicas¹⁵¹. A camisa formal roubada instila que José não fazia parte da classe social que trajava tal vestimenta.

Havia a prática de trocas nominativas entre egressos do escravismo. Supomos que os indivíduos listados no parágrafo acima tiveram no mínimo ancestrais que experienciaram a escravidão. Há por exemplo escravizados que no registro de casamento davam um nome, na certidão de batismo tinham outro e no recenseamento populacional alternavam partículas deste, como estudou Rogério da Palma¹⁵². Alguns, de outro modo, aceitavam a ausência de partículas nominativas formais pois facilitava, por exemplo, a tentativa do trânsito despercebido em instrumentos de repressão, assim como nos mostrou Rodrigo Weimer¹⁵³ em sua pesquisa. Por táticas sociais ou novas identificações jogar com o nome foi uma das alternativas para lidar as dificuldades numa sociedade em que para muitos o ato de poder permanecer vivo e *livre* era um desafio.

Em contrapartida, havia Cazumbás que fugiram à regra da dificuldade financeira. Um deles foi o José Francisco Accioli Lins, abastado da elite pernambucana e apelidado de Cazumba. Ele esteve envolvido em negócios políticos e do Direito. Em julho de 1856 foi acusado de tráfico de escravizados boçais angolanos nas bandas de Serinhaém¹⁵⁴.

O José Cazumbá da Costa Agra aparece em outubro de 1848 à procura de uma escravizada de apenas 12 anos¹⁵⁵. Na notícia é indicado que quem a achasse levasse “*para o dito Cazumbá*” no lugar do Roçadinho ou nos Afogados, a casa de Manoel Zeferino de Castro Pimentel, no sítio São Miguel. Parece que esse José era escravizado e agregou o apelido comuns

¹⁴⁹ A província: Órgão do Partido Liberal (PE). 14 de junho de 1902.

¹⁵⁰ Diário de Pernambuco (PE). 23 de setembro 1906.

¹⁵¹ Diário de Pernambuco (PE). 29 de junho de 1896/ 27 de novembro de 1898/ 7 de junho de 1902.

¹⁵² Cf. PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Renomear para recomçar: lógicas onomásticas no pós-abolição **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 61, no 2, 2018, pp.324.

¹⁵³ Rodrigo Weimer denotou que no XIX sul rio grandense alguns egressos do escravismo procurados pela polícia e intimados para julgamento eram muitas vezes não encontrados e conseqüentemente não presos. É bem possível que para muitos a escolha pela economia nominativa ou a aceitação de vulgos, alcunhas e apelidos tenha sido uma tática de autoproteção e escamoteamento. Cf: WEIMER, Rodrigo. Os nomes da liberdade. Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em História. **Dissertação de Mestrado**. 2007.

¹⁵⁴ O Grito Nacional (Rio de Janeiro), 28/06/1856.

¹⁵⁵ Diário de Pernambuco (Recife), 05/01/1848.

aos Josés em seu nome. A servidão a alguém é suposta pelo fato dele pedir para que levassem a escravizada na casa de outra pessoa e não na dele mesmo. O roçadinho a qual ele se refere poderia ser o lugar que ele fazia seu ganho¹⁵⁶.

O fato de tanto o presumível José escravizado, referenciado acima, mais dois escravizados aquilombados serem apelidados de Cazumbás (Leandro, cazumbá por alcunha e o “Cazumbá”, entre os marcados para morrer) insinua a presença do termo como etnônimo específico para escravizados.

Para o termo zumba também notamos o evento. Além de igualmente ao termo cazumbá, ter sido apelido para josés, ele se apresentou como etnônimo. Em maio de 1876¹⁵⁷ na freguesia do Recife um escravizado capitão de barca, de nome não identificado, esteve envolvido em uma confusão. O interessante é que o chamavam de Zumba porque o nome do seu dono era José. Assim, invocavam-no de Zumba ou José. Em um anúncio de venda de 1829¹⁵⁸, encontramos uma “*preta boçal de nação zumba*” de onze para doze anos. Do mesmo modo um escravizado em julho de 1866, de nome Luiz Zumba que estava em Maceió fora indicado a voltar para Pernambucano¹⁵⁹. O zumba em seu nome pode ter sido o etnônimo de procedência unido ao nome próprio (por escolha de outros ou mesmo por escolha própria). O último trata de zumba como primeiro nome próprio. Uma escravizada de 24 anos de idade e nome Zumbá estava a bordo de um navio¹⁶⁰ negreiro saído de Porto de Galinhas quando foi interceptado no caminho e levado para Havana, Cuba.

Interessante em relação aos nomes próprios, é que até o momento enquanto o termo zumba apareceu como primeiro nome, Cazumbá, entretanto, só apareceu como sobrenome, apelido e alcunha. Entretanto os dois (Zumba e Cazumbá) circulam enquanto sobrenome de família no Brasil na contemporaneidade.

Depois de circundarmos entre apelidos e etnônimos cazumbá, veremos seguidamente a história do José: cazumbá por alcunha, que passou seu apelido para descendência como também o gosto pelo ofício militar e funcionalismo público.

¹⁵⁶ Outro possível escravizado ou liberto Cazumbá, que tinha um escravizado chamado João, fora o sinalizado “fulano Cazumbá”, apontado no Diário de Pernambuco em 1872. Supomos que este “fulano” pode ter tido a experiência escrava na vida tendo em vista que não especificam se o Cazumbá fora nome ou apelido. Além disto, ainda que o uso do termo fulano não estivesse restrito a escravizados, a atitude de chamar alguém de fulano tinha intenção de estigma e marca de inferioridade.

¹⁵⁷ Jornal do Recife (Recife). 26/05/1876.

¹⁵⁸ Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), 19/01/1829.

¹⁵⁹ Arquivo Público de Alagoas. Secretaria de Polícia de Alagoas. Livro de Registro de Passaportes, Maceió, 1866-1870. Caixa xxxx, 98 fls.

¹⁶⁰ African Origins: Portal to Africans Liberated from Transatlantic Slave Trade Database. Emory University. Disponível em: <http://african-origins.org/african-data/detail/72132> Acesso em 17.02.2019.

3.2.2 Capitão Cazumbá no tempo de Pernambuco Imperial

No tempo em que achamos o primeiro rastro do Capitão Cazumbá, a sociedade pernambucana estava um tanto movimentada. Como já adiantamos, foi um momento propício para fugas e revoltas das camadas mais populares. O debate que decorria na Corte entre federalistas e monarquistas se fazia presente nas diferentes províncias e tomava uma boa energia das conhecidas na historiografia como elites políticas. Cada um que expusesse seu projeto ou proposta em torno da Constituição que iria entrar em vigor, que para indignação dos liberalistas não atendeu muito seus interesses.

Para os mais pobres do período (desde escravizados, livres ou libertos) e que precisavam de ocupação, um ramo atraente foi o militar. O professor Flávio Gomes afirma que ainda que muitos homens tenham sido forçados para fazer parte de milícias e defender um grupo de pessoas que nem lhe representavam, havia também ali a oportunidade quem sabe de melhorar de vida ou mesmo experienciar outros âmbitos sociais, estabelecer relações vistas como importantes com pessoas de algum prestígio¹⁶¹. Outrossim é que, como ressaltou Luiz Silva¹⁶², muitas vezes as tropas de homens pretos, pardos e pobres podiam servir de estratégia na lide com povo, que, segundo as autoridades, eram mais receptivos a sujeitos de lugar social similar.

Em 28 de agosto de 1823, um mandado de prisão foi destinado ao capitão Cazumbá bem como ao Tenente Jozé Carlos. O conselho governamental exigiu a prisão de ambos e só depois de corrigidos eles estariam aptos para o retorno dos seus postos¹⁶³. Estariam eles envolvidos em algum tipo de manifestação? Será que alguns meses antes teriam participado da sublevação da Pedrosada que contou, como afirmam os estudiosos do evento¹⁶⁴, com pobres, negros, mulatos, mestiços, escravizados, dois batalhões de caçadores e o esquadrão de cavalaria.

Sabemos que o Cazumbá foi denominado de republicano¹⁶⁵. Também verificamos em achado recente que ele ocupava o cargo o posto de capitão dos caçadores durante a

¹⁶¹ Cf. GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹⁶² SILVA, Luiz Geraldo da. Gênese das Milícias de Pardos e Pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII E XVIII. **Revista de História São Paulo**, n.169, p 111-144, julho/dezembro 2013

¹⁶³ PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834).

¹⁶⁴ Refiro-me aqui a principalmente a Marcus Carvalho e também pesquisadores recentes como Wanderson França e Clécia Maria da Silva.

¹⁶⁵ Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Ano XIV. 3º e 4ª trimestres de 1900.

Confederação do Equador¹⁶⁶. Essa informação nos aproxima daquele que é um dos personagens principais da História que propusemos contar.

Durante a revolução de 1817, de acordo com Wanderson França¹⁶⁷, houve um fomento das tropas revolucionárias implementadas pelo Governo Provisório. Foi criado um batalhão de caçadores pardos e um batalhão de caçadores negros. Ainda segundo o autor, o governo aumentou inclusive o soldo da gente do exército. A situação foi modificada quando da tomada de poder por Luiz do Rego Barreto mais o silenciamento da revolução de 17. Entretanto, apesar das oscilações a depender de quem ocupasse o poder provincial, o batalhão de caçadores foi majoritariamente ocupado por pessoas de pouco recurso financeiro.

Em 15 de setembro de 1823, dia de uma movimentação castrense, prelúdio das ações dos Confederados, o capitão Cazumbá aparece na documentação.¹⁶⁸ Estava sendo convocado enquanto integrante de comissão enviada pelas forças armadas para averiguar uma reunião do conselho governamental de Pernambuco. Participavam o presidente Maranhão Marinho Padilha, Senhor Mello e Secretário. A conversa dizia respeito a tal confusão generalizada e da necessidade do congelamento do soldo dos soldados. A capital estava em barulho. Neste dia, Conforme Evaldo Cabral de Melo Neto¹⁶⁹, o governador das armas então indicado pelo imperador foi preso e a presidência da Junta dos matutos foi forçada à renúncia, restando três, dos quatro ocupantes. Francisco Paes Barreto, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Manuel Inácio Bezerra de Melo.

A comissão intimou em nome da força armada a deposição do Presidente do governo e do secretário. O último concordou com a ordem. O presidente exigiu um assinado dos oficiais da força armada em que o depunham. Horas mais tarde outra comissão levou um ofício da câmara do Recife, acompanhado por uma ata de sessão dela. Estava oficializada a renúncia. A Confederação do Equador estava mais que iniciada.

O sujeito de alcunha banto parece que assentia com as tropas revolucionárias prol república. O *tão salientado*¹⁷⁰, capitão Cazumbá, esteve entre os homens de confiança de

¹⁶⁶ Brasil – Estados Unidos, 1824-1829. / Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

¹⁶⁷ FRANÇA, Wanderson Édipo. O Serviço das Armas, as gentes do povo e os escravizados: Pernambuco na época da Independência (1817 – 1824). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. 2014.

¹⁶⁸ PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834).

¹⁶⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

¹⁷⁰ Adjetivação da fonte.

Manuel de Carvalho¹⁷¹. O dito capitão foi memorado pelos que com ele cruzaram. E quem dirá Frei Caneca. Em seus escritos, reunidos por Evaldo Cabral¹⁷², o frei narra seu percurso com a tropa em 16 de setembro de 1824.

A intenção era levar a revolução até a província do Ceará Grande. De acordo com o frei, houve um desentendimento entre grupo quando em Iguarassu ocasionando uma separação entre Goiana e Poço Comprido.¹⁷³ Segundo o Frei, desde Utinga o grupo foi dividido e a condução do bando que Caneca estava passou para mãos de outro capitão¹⁷⁴. Apesar disto, sabemos que tal intuito revolucionário desde Pernambuco ao Ceará Grande deu aquelas tropas o nome de *Tropas de Cazumbá*, apontada assim pelas populações dos interiores pelos quais o grupo passava.

A Confederação foi silenciada pela Corte. Pouco a pouco as lideranças foram emudecidas ou mortas. Alguns conseguiram fugir, como foi o caso do nosso capitão. O Cazumbá mesmo condenado ao encarceramento e morte por qualquer um que livremente o encontrasse¹⁷⁵ foi identificado em 1825 numa relação de militares fugidos para o Estados Unidos devido a participação em conflitos políticos.¹⁷⁶

Soubemos que ainda em 1824 o francês João Luiz Victor Lieuthier abrigou a tropa Cazumbá em sua casa, nos Coelhos. De lá o capitão, José da Natividade Saldanha e Francisco Vaz de Pinho Coropeba conseguiram uma segura fuga para o estrangeiro. De início, o plano era seguir em uma galera francesa com destino a Europa. O plano não deu certo. Quando do embarque na jangada para chegar até a galera, a primeira já tinha dado partida. Depois do infortuno abrigaram na choupana do mesmo homem que tinha providenciado a jangada, um Miranda. Este, em contato com o cônsul dos Estados Unidos do Norte, Halmilton Bennet conseguiu que os companheiros para lá seguissem em outra embarcação¹⁷⁷.

O destemido Cazumbá foi para a Filadélfia, rumo também de algum de seus companheiros de jornada. Sozinho ele não estava. Por quais caminhos ele mais seguiu a partir

¹⁷¹ Líder federalista ao lado de Frei Caneca, foi presidente da Junta Provisória, ainda que ligeiramente, tendo em vista a rejeição do reconhecimento imperial. Tal acontecimento foi uma das motivações para a eclosão da Confederação do Equador.

¹⁷² MELLO, Evaldo Cabral de. (org.) **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Editora 34. 2001.

¹⁷³ VILAR, Gilberto. **Frei Caneca: Gesta da Liberdade (1779-1825)**. MAUAD. Ed. 1. 2004. p. 127.

¹⁷⁴ Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Ano XIV. 3º e 4º trimestres de 1900.

¹⁷⁵ Anais Pernambucanos, 1824.v.9.p.95

¹⁷⁶ Brasil – Estados Unidos, 1824-1829. / Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

¹⁷⁷ Almanach de Pernambuco para o anno de 1909 com a biografia de José da Natividade Saldanha. Livraria contemporânea: Recife, 1908. Disponível na Hemeroteca da biblioteca nacional.

dali? Qual a relação do Brasil e Filadélfia naquela ocasião? Essas questões dariam outro trabalho. Sabemos, entretanto, que em 1831 já teria o capitão falecido.

3.2.3 Da herança liberal e do nome: a prole do Cazumbá

Com tendência a republicanismos, Emílio Cazumbá aparece pela primeira vez nas documentações averiguadas em 1831. Neste ano, homens ricos da província, sobretudo políticos, proprietários, comerciantes e militares, com o desígnio de amenizar as arestas entre grupos opostos (moderados e exaltados), criaram a Sociedade Patriótica Harmonizadora. Nomes conhecidos pela historiografia pernambucana estão listados enquanto idealizadores. Gervásio Pires Ferreira, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Vigário Virgínio Rodrigues Campelo e José Alexandre Ferreira compunham o elenco. Na listagem destes nomes o que os unia era a incerteza. A abdicação do trono pelo Imperador deixava ares de temor acerca das posições de poder, do prelúdio de um regime republicano e do fim da escravidão. Era muito para eles. Melhor foi eufemizar diferenças e constituir discursos apaziguadores.

Entre algumas das proposições uma era a não perseguição a pessoas de partidos políticos opostos. Outra, foi a reparação e pareceres com destino ao reconhecimento de filhos menores de pais que lutaram a favor da liberdade nos anos 1817 e 1824 para que fossem concedidos beneméritos pernambucanos.

Desta feita, nos defrontamos com Emílio, quando criança, recebendo indenização junto com familiares pela participação militante do pai na Confederação do Equador (1824), em 1831.

7.º - que se dê a Maria Joaquina do Rêgo, viúva do capitão José Gomes do Rêgo Cazumbá, a quantia de 10\$000 mensais para ajudar a sustentação de seus filhos José Gomes do Rêgo e Emiliano¹⁷⁸ Americano do Rêgo¹⁷⁹.

Emílio Americano do Rêgo Cazumbá, na época com 5 anos, José Gomes do Rêgo, seu irmão com 8 anos e Maria Joaquina do Rêgo, a mãe das crianças, foram reparados pela comissão. Anos depois, os dois irmãos aparecem nas documentações. E agora, com o Cazumbá no sobrenome.

¹⁷⁸ Possível erro de grafia. Nas outras documentações o nome é grifado Emílio.

¹⁷⁹ COSTA, Pereira da. ANAIS PERNAMBUCANOS. 1831.v.9.p.417.

José Gomes do Rego Cazumbá, um dos filhos do finado de mesmo nome, morador da rua do livramento¹⁸⁰ até pelo menos 1843, surgiu em 1848 aderente a manifestações. Seu nome consta em um longo abaixo assinado com destino à Assembleia provincial. O assunto em formato de queixa era o incômodo causado pela presença portuguesa. Segundo os requerentes (que se viam negados ao exercício de seus vínculos empregatícios, maiormente no comércio¹⁸¹), os portugueses em domínio da língua, da religião e costumes roubavam as oportunidades empregatícias dos nativos, sobretudo em condição de liberdade.

Ainda em 1848 ocorreu um dos maiores mata-marinheiros¹⁸² da província de Recife e adjacências. A intenção era expulsar os portugueses solteiros bem como proibir deles seus negócios de caixeiro de comércio e casas de comércio a varejo, como afirmou Bruno Câmara¹⁸³. Será que este filho, diferente do irmão, optou por não seguir o ofício castrense e abriu um negócio próprio por Santo Antônio ou São José? Talvez sim, pois seu nome em vida ou morte foi pouco referenciado nos jornais, diferentes dos que tiveram relações com militarismo. A última vez que o avistamos até o momento foi em 1877. Enquanto elencado para participar a festa de se São Gonçalo de Amarante, em Santo Amaro.

Essa família gostava de repetir nomes. O irmão Emílio é um exemplo de tal prática. Pelo que consta nas fontes, ele teve dois filhos homens. Um de igual nome, Emílio Americano do Rego Cazumbá e outro Antônio Emílio Americano do Rego Cazumbá¹⁸⁴.

O pai Emílio fora cadete do segundo batalhão de artilharia e como o capitão Cazumbá, seu pai, esteve ligado a um movimento repercutido na sociedade pernambucana. Seu nome se fez presente em jornais da província. Ele foi preso pelo crime de rebelião e deserção, em 24 de setembro de 1849. Ao que indica, é provável que tenha participado da revolução praieira. A pena recaída sobre ele, seguida ao seu companheiro Maximiliano Henriques da Silva Santiago, foi aplicável ao artigo 110 do código criminal¹⁸⁵. Este julgava o cometimento de crime, a

¹⁸⁰ Encontramos o lugar onde José Gomes do Rego residia a partir de um anúncio do Diário de Pernambuco na intenção do achamento de alguns de seus bens desaparecidos em um *bauzinho de pao* na ocasião do desembarque do porto das canoas do bairro de Santo Antônio no dia 01 de dezembro de 1843. 176 anos depois voltamos ao mesmo endereço indicado no anúncio (rua do Livramento n.22) e descobrimos que o mesmo já não existe mais. Diário de Pernambuco (PE) 2.12.1843.

¹⁸¹ Diário de Pernambuco. 01.07.1848, n.143.

¹⁸² Motins anti-lusitanos na província de Recife a partir entre 1840 e 1848.

¹⁸³ CÂMARA, Bruno. Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História.2005.

¹⁸⁴ Antônio trabalhou no ministério da agricultura como engenheiro diretor das obras de conservação do Porto e foi primeiro secretário do Instituto Literário Olindense. Residente em São José, morreu jovem, aos 25 anos de inflamação no fígado.

¹⁸⁵ Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI de 16 de dezembro de 1830 Leis, Código Criminal do Império do Brasil,1830, capítulos II e IV.

reunião de um grande contingente de povoação para mais de 20 mil almas, que praticassem desregramentos correlacionados ao artigo 68 e 69; 85 a 89; 91 e 92. Todos os artigos diziam respeito à crime contra o Império, a pessoa do imperador e afronta à constituição vigente. A pena aplicável para os “cabeças” a este tipo de transgressão era de no máximo prisão perpétua ou 20 anos com trabalho e mínimo 10 anos. Emílio foi condenado a 10 anos, mas foi absolvido pois ele mesmo se entregou e confirmou delinquência.

Teria Emílio conhecimentos das leis e optou por jogar a seu favor entregando-se no intuito de diminuir sua pena? Um fator de influência para tal esquiva poderia ter sido as redes de clientelismo. Naquela hierárquica sociedade, muitas vezes baseada em trocas e favores, ser um pobre bem relacionado já era uma subida na escada da ascensão social. A parte da vida de Emílio a qual detemos nossos estudos é marcada por isso. Emílio esteve, como seu pai, rodeado de pessoas influentes que podem ter facilitado o acesso em espaços de poderes, em troca de fidelidade e luta em prol de interesses que não representavam a maioria quantitativa, ou seja, o povo. Se pela vontade do embate ou se forçado a se rebelar pelas tropas praieiras, Emílio pode ter enveredado por este ramo de política devido a acesso a alguns privilégios para si e família.

Anos depois, em meados de 1860, encontramos um Emílio liberal (que pode ter sido o pai ou o filho) em uma Recife conturbada. A dicotomia conservadora versus liberal era ferrenha e em meados de 1860 o discurso da segunda ganhava mais adeptos. Neste ano, o presidente da província era Doutor Ambrósio Leitão e Cunha. As fontes do período chamavam a situação da província de canibalismo oligárquico¹⁸⁶ ou oligarquia familiar perpetuada através da violência e silenciamento. Parecia haver pelos diferentes cantos, ares de revolta por parte dos populares em relação às elites locais detentoras históricas do poder. Outrossim, era a parte oposta da elite, de viés emancipacionista e distanciada naquele momento do controle político, proclamava pela anulação da primeira em detrimento dela própria.

Houve consecutivamente no bairro de São José eleições para Juízes de paz e vereadores. Em ambas, Emílio Cazumbá foi mesário e testemunhou bate-bocas generalizados. A primeira votação foi em 8 de setembro de 1860. A fonte é um Processo de Responsabilidade contra o chefe da polícia Tristão Alencar Araripe. A queixa foi feita por Joaquim Manoel de Carvalho.

Em resumo, de acordo com o suplicante havia um homem da freguesia da Boa Vista tentando votar em São José. Alguns presentes incluindo o próprio Emílio denotaram tal situação e protestaram. A confusão estava feita. O Juiz de paz e alguns membros da mesa ordenaram com o apoio das forças armadas para que os votantes se retirassem e aos poucos fossem

¹⁸⁶ Diário do Rio de Janeiro. 22 de janeiro de 1861. Ano XLI. n.22.

entrando na Igreja do Terço. Joaquim prostrou-se à porta para ajudar durante a convocação dos nomes. Todavia, o pandemônio piorou quando da chegada da cavalaria. Esta fez uso de cassetetes e pancadaria. O chefe da polícia respondeu agressivamente, deu voz de prisão ao queixoso supracitado bem como mais outro eleitor. A eleição foi anulada. A votação passou para o dia seguinte. O tumulto igualmente.

O chefe da polícia, ao que tudo indica, influente e conhecedor das leis, defendeu-se com coerência e tinha muita gente “importante”, como o próprio presidente da província, para testemunhar no auto de perguntas o quão eficiente fora sua atuação. A afirmativa foi que ele estava ali porque foi chamado a fazer seu dever.

Nas diferentes declarações dos favoráveis às ações policiais, é marcante a ressalva que entre os pivôs do tal acontecimento estiveram as populações dos sobrados. Segundo eles, a população *agrediu*¹⁸⁷ as autoridades castrenses com pedras, pedaços de garrafas e gritos de “*abaixo o subdelegado de polícia*” e “*fora a cavalaria.*”

Tais assertivas nos podem indicar a participação política da massa para além dos instrumentos oficiais. Em sociedade hierárquica em que o ato de votar dizia respeito a ser cidadão de alguma categoria e ter poder monetário, gente comum exibia sua indignação em protesto por mudanças sociais. Vale ressaltar que o bairro de São José, tem uma trajetória de bairro pobre, e décadas antes, nem eleitores tinham¹⁸⁸. A grande maioria das pessoas que lá viviam eram pobres, pretas, mestiças e/ou egressas da escravidão¹⁸⁹.

Por outro lado, a maior parte das testemunhas, incluindo o mesário Emílio Cazumbá, conta a mesma narrativa sem, todavia, colocar a culpa na população ou no próprio queixoso. Salieta a violência das autoridades e a não conveniência do mandado de prisão¹⁹⁰.

Ainda no mesmo ano, mês de dezembro o idêntico chefe da polícia foi frisado. Em contínua formação de mesa paroquial para serem realizadas eleições, mais uma confusão decorrida no bairro de São José. Desta vez, uma pessoa durante a eleição, o Sr. capitão Joaquim Ferreira Esteves, pareceu introduzir na urna mais de uma cédula. Logo, Emílio Cazumbá interceptou-o. A confusão estava anunciada e o pior aconteceu. Um sujeito aparentemente não protagonista da confusão, de nome Alexandre Francisco Regis foi morto. Segundo a coluna

¹⁸⁷ PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. Processo de Responsabilidade Contra o Chefe da Polícia de Pernambuco. Recife. TYP. do Jornal do Recife. 1861

¹⁸⁸ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). Recife: EdUFPE, 1998.

¹⁸⁹ Cf. COSTA, Valéria Gomes. Trajetórias Negras: Os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890). **Tese de Doutorado**. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. 2013.

¹⁹⁰ Tal processo foi concluído em sessão de 23 de abril de 1861. A queixa foi considerada improcedente pelo tribunal da relação.

“notícias do interior”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*¹⁹¹, essas ações tinham a ver com o mandato conservador e violento de Tristão Alencar Araripe, o chefe da polícia. Alguns anos depois, temos o Emílio estava como candidato pelo partido liberal, em 1864.

Cinco anos depois, o Emílio filho do capitão Cazumbá, casado com Leopoldina do Rego Cazumbá e funcionário da Contadoria da Câmara Municipal foi afastado em setembro por doença e faleceu aos 43 anos de gastro hepatite.

No que tange ao filho homônimo, até meados de 70 o encontramos chegando e saindo de vapores em direção a norte e sul do país. Ele se tornara 1º cadete e segundo sargento.

Após a análise cuidadosa dos eventos para não perdermos de vista nossos protagonistas é pertinente ressaltarmos uma questão: os interesses e representações do termo Cazumbá no nome. Emílio, bem como seu irmão, quando criança não carregavam o termo no sobrenome, entretanto quando adultos aprecem ambos com o termo sinalizado no último nome. O pai, José Gomes ou capitão Cazumbá, aparentemente tinha o Cazumbá enquanto apelido e depois da morte teve este inserido no documento da Sociedade Patriótica Harmonizadora como sobrenome.

Levantemos então algumas possibilidades. Uma hipótese é que os filhos escolheram agregar o apelido do pai aos seus sobrenomes de família. Talvez pela popularidade circulada entorno do Cazumbá no comando das tropas da Confederação. O indício é que a repetição de tal termo funciona como signo de identidade para um grupo de pessoas que talvez não nascidos em berço de ouro encontraram no ofício castrense e serviço público uma alternativa de vida e manutenção de algum privilégio.

A experiência liberal do antepassado José Gomes Cazumbá influenciou o capital simbólico da família que a partir do pertencimento a categoria militar distinguiu-se dos demais indivíduos. No desenrolar dos anos, o nome desta família continuou a circular nos jornais pelo bairro de São José. Missas para celebrar aniversários e mortes, denúncias de casamento, questões de pertença de mobílias denotam intenção dos membros por possuírem status social de prestígio. É evidente que as pessoas citadas a seguir sejam da família do capitão Cazumbá, entretanto a fonte não nos deixa apontar o grau exato de parentesco entre eles (Ver apêndice C deste trabalho).

Em 1895, encontramos uma Estephania Carolina do Rego Cazumbá¹⁹², irmã de Maria Leopoldina do Rego Cazumbá e Anunciada Emília do Rego Cazumbá¹⁹³ na matriz de São José

¹⁹¹ Diário do Rio de Janeiro (RJ), 22 de janeiro de 1861. Ano XLI. n.22.

¹⁹² Depois de casada, Esthephania Carolina de Araújo Mello faleceu em 1919.

¹⁹³ Casou com Joaquim José Ramos.

citada em denúncia de casamento. Estava a oficializar casamento com o tenente Luiz Correa de Araújo Mello. Tinham dois filhos: Beatriz Josepha de Araújo Mello e Emílio Americano de Araújo Mello.

Emílio Americano de Araújo Mello faleceu aos 16 anos. Beatriz passou a portar o nome de casada Beatriz de Araújo Silva, pois casou com o capitão Augusto Cardoso de Albuquerque Silva. Quando Augusto morreu em 1962, o casal já não mais existia. Estavam “desquitados”. Na certidão de óbito dele diz que deixou cinco filhos: Iracema, Moacyr, Sebastião, Iracy e Irecê. Até o momento sabemos ter sido Moacyr fruto de outra relação. Seriam os outros filhos de Beatriz? Teria algum o sobrenome Cazumbá?

A tradição de mulheres acrescentarem o sobrenome do marido influi decididamente na perseguição de genealogias familiares a partir do nome. O termo Cazumbá nesta família que parece ter fincado como sobrenome a partir de apelido ancestral, gradativamente diminuiu devido a opção pela sua retirada. Apesar disso, encontramos um grande grupo entre Chã-Grande e Vitória que nos indicam elos com a prole do destemido capitão Cazumbá.

4 CAZUMBÁS CONTEMPORÂNEOS: GENEALOGIAS, PARENTESCO E EXPERIÊNCIAS

*“A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu.”
(Lazzo Matumbi – 14 de maio)*

Entre tantos etnônimos tornados nomes de origem africana que chegaram ao solo brasileiro, poucos restam em sobrenomes familiares em Pernambuco. Até agora apenas Cazumbá, Zumba e Mulungu estão manifestos.

Há alguns motivos para tal ocorrência. O primeiro deles é que ao longo do XIX e pós-abolição as identidades sociais tendiam a ser manipuladas de acordo com as especificidades contemporâneas. Imagine que historicamente toda uma descendência foi negada a ter sobrenomes. Ainda que escravizados optassem pela escolha de usar seus etnônimos em seus sobrenomes ou algum termo que remetesse à África, muitos outros não queriam estar estigmatizados com alusões africanas no nome.

Ser africano, negro ou demonstrar alguma ascendência com o continente era sinônimo de experiência escrava. Em sociedade marcada por patriarcalismo e eurocentrismo, ainda que a qualidade¹⁹⁴ da nobreza não pudesse ser agregada a pessoas que exerciam trabalho mecânico, a condição de liberdade podia somar-se a outras atribuições positivadas socialmente, como ter sustento, trabalho, moradia e não ser negro. Um sobrenome de peso era capital simbólico. E um sobrenome africano não tinha este “requisite¹⁹⁵”. Além disso, a escolha do nome também tem a ver com afeto, lembrança, homenagem. Muitas vezes pessoas denominavam os seus com homônimos de familiares ou pessoas próximas, que pelos anos de onomástica ocidental seriam majormente de origem europeia.

Assim, algumas das táticas dos egressos do escravismo no Brasil foi desde adotar o sobrenome da família do ex-dono, nome engenho trabalhado ou nomes de grandes comerciantes

¹⁹⁴ Marcus explica bem apropriadamente os conceitos de qualidade e condição para o XIX em Pernambuco. Cf. CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. Recife: Editora da UFPE, 1998

¹⁹⁵ Isto porém não foi uma regra. Pesquisas de Hebrard bem como Truzzi e Palma, principalmente a partir da inquirição de registros paroquiais de casamento, demonstram que alguns sujeitos optaram por agregar sobrenomes de parentes (quando nos referimos a parentes demarcamos as possibilidades das famílias constituídas no processo escravista, de separações forçadas) como um marcador de parentesco e filiação. Em Salvador no pós-abolição, Hebrard notou que alguns egressos ainda que carregassem sobrenomes europeus optaram por desvinculá-lo dos seus antigos donos.

da região aos seus sobrenomes¹⁹⁶ bem como eleger nomes de comparses. A liberdade trouxe a demanda da individualização e da complexidade a nomes até então propositalmente econômicos.

Um ponto a ser evidenciado é a quantidade de sobrenomes por nome. No pós-abolição brasileiro¹⁹⁷, não houve muitas barreiras para a população egressa da escravidão adotar sobrenomes dos ex-senhores ou até nomes dos engenhos trabalhados. Geralmente as famílias ricas tinham muitos sobrenomes agregados, continuando a haver uma marca de distinção social por causa disto. Levando o fato em consideração, tendemos a observar também a relação entre a existência ou não de outros sobrenomes agregados ao sobrenome cazumbá e quando possível inferir questões de condição social.

Outra tática de diferenciação utilizada para as renomeações no início do pós-abolição foi diferenciar aspectos da grafia dos sobrenomes aderidos pela população egressa do escravismo quando faziam referência ao do dono. Como por exemplo, “Lira” ao invés de “Lyra”. Entretanto, isso não foi uma regra. Aconteceu principalmente nos países que obrigavam esta diferenciação por lei, como Cuba¹⁹⁸.

Outra possibilidade coexistente para o termo no sobrenome é que algum dono ou ex-dono de escravo tinha por algum motivo o termo cazumbá no nome. Pesquisas tem indicado como famílias da aristocracia adotavam nomes nativos para marcar uma pertença territorial. Nomes de frutas famosas na região, árvores, espaços da geografia e nesse caso um africanismo de algum significado para a época pode ter influenciado a escolha de sujeito abastado inseri-lo ao seu nome.

Há diferentes caminhos para decifrar genealogicamente os grupos familiares contemporâneos que carregam este vocábulo no nome. As misturas com outros nomes de família, os casamentos e a diminuta existência de fontes para o início do XIX, nos fazem buscar pistas que liguem os Cazumbás contemporâneos aos do XIX a partir de “ligações nominativas das fontes”, usando um termo de Slenes¹⁹⁹.

Dados encontrados na Family Search esbarram com similaridades espaciais entre os Cazumbás encontrados nos jornais. Entre mortos e vivos, estão registrados na plataforma 170

¹⁹⁶ Era possível que mesmo depois de libertos, os egressos mantessem elos de trabalho e apadrinhamento com seus ex-donos.

¹⁹⁷ Diferente foi na Martinica onde existiram leis que barravam a população egressa do escravismo a adotar “nome de branco” e em Cuba que havia lei que proibia mais de um sobrenome para ex-escravos

¹⁹⁸ PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no pós-abolição. **DADOS– Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 61, no 2, 2018, pp. 311 a 340.

¹⁹⁹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Cazumbás em Pernambuco.²⁰⁰ Do XIX até o presente, observamos principalmente três maiores genealogias dos Cazumbás pernambucanos. A prole do capitão Cazumbá, Cazumbás Lyra/Lira e Cazumbás de Vicência (Ver tentativas genealógicas para estas famílias em apêndice C deste trabalho). Além disto, destacamos o grupo de pessoas em Lagoa de Itaenga que tem membros da geração passada apelidados de Cazumbá e que são assim rememorados.

4.1 CAZUMBÁS LYRA/LIRA/DE LIRA E O CASO DE CHÃ GRANDE

A mais remota Cazumba de Lira é Felipa. Nascida no Brasil em aproximadamente 1881²⁰¹, de profissão e filiação ignorada e de cor parda. Na certidão de óbito de 1956, consta que Felipa Cazumba de Lira casou com Joaquim Cordeiro de Lira. Moravam em Apipucos. Quando ela faleceu já estava viúva. Teve quatro filhos na época já adultos: Maria, Amélia, Maria Margarida e Dora. É muito provável que os antepassados de Felipa tenham tido experiência escrava, quando ela nasceu já estava em vigor a Lei do ventre livre²⁰². Judicialmente ela não podia ser escravizada, mas se tinha relação de trabalho com alguém de posse de escravizados viveu sob tutela (leia-se servidão) deles até 21 anos.

Em similar temporalidade encontramos um conhecido fazendeiro, chamado José Paz de Lyra/ José Cazumba Paes de Lyra com alcunha Cazumbá. Ele tinha seu nome circulando pelos jornais do Recife e sua propriedade ficava em Afogados da Ingazeira. Também nesta redondeza (Apipucos/ Casa Forte) em temporalidade similar encontramos um sujeito apontado nos jornais enquanto um dos maiores negociantes da freguesia chamado de Cazumbá²⁰³ (não sabemos se como nome ou apelido).

Deparamos com personagem literário chamado Cazumbá em peça abolicionista pernambucana, de 1884. Em “*Córa, a filha de Agar*”, de José Cavalcanti Ribeiro da Silva, Cazumbá era um coronel dono da fazenda fictícia Matta Verde²⁰⁴. Na mesma peça tinha um Zumba enquanto escravizado. Tais pistas nos conduzem a desenhar a existência de um

²⁰⁰ Na plataforma há repetições de nomes, tendo em vista que para um mesmo nome pode parecer registro de nascimento, de filhos, casamento ou óbito. Essa quantidade se refere ao número de nomes sem repetições. Para finais de 1800 tem-se apenas quatro indivíduos registrados. Para os anos 1900 tem-se 140 e anos 2000, 17.

²⁰¹ Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D1V7-4F?cc=2016195&wc=31C9-L2C%3A1052587901%2C1054353801%2C1054486701> : 14 March 2019), Recife > Recife > Óbitos 1956, Jan-1958, Fev, Vol. 44 > image 92 of 310; Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife.

²⁰² Lei promulgada em 28 de setembro de 1871, estabelecia que filhos de escravizadas estariam livres a partir desta data. Entretanto, eles estariam condicionados a tutela do dono da mãe até 21 anos de idade.

²⁰³ **A época: órgão do Partido Conservador (PE)**, 9 de janeiro de 1890.

²⁰⁴ SILVA, José Cavalcanti Ribeiro da. **Córa, a filha de Agar**: drama abolicionista em 4 atos. Recife: Editora A fabrica Apollo, 1884.

Cazumbá famoso por ser fazendeiro e conhecido em Pernambuco por suas terras no XIX. Bem como a evidência de etnônimo africano em nomes, tanto de pessoas na condição de escravizadas quanto em indivíduos representantes de poder.

Enquanto a Felipa, se foi escravizada, o termo cazumba de Lira em seu nome e o de Lira do marido podiam ser uma referência ao passado a partir do apelido ou do sobrenome do antigo dono, talvez até um desses famosos Cazumbá “comerciantes” “fazendeiros” ou leiamos também, senhores de escravos.

Em 1930 Amaro Cazumba de Lyra, morador de Vitória foi chamado a servir ao exército em Campo Grande do Norte. Apontado como comunista pelo comandante, se tornou alvo obrigado a sair do exército e deixar o estado de Pernambuco. Seguiu para São Paulo de navio durante 12 dias acompanhado da esposa Josephina, na altura grávida de um menino, mais os filhos Nair, Thereza e Eduardo. Josephina deu luz, mas não resistiu. Passando por muitas dificuldades, o pai colocou 3 filhos em orfanato e criou Eduardo. Houve desencontros. Quando o pai procurou os filhos no mesmo orfanato disseram que o recém-nascido faleceu. As duas meninas foram adotadas por famílias diferentes. Um tempo passou e Amaro conheceu outra senhora, já viúva, em São José dos Campos. Tiveram mais cinco filhos. Viveram em Ivaiaporã, no Paraná. Lá ele faleceu no sonho de reencontrar os filhos e provar também sua afirmação de que todos Cazumbás são parentes.

A parte da família de Amaro do sul tem muito interesse em saber da ancestralidade do avô que é a sua própria também.

Tentemos.

Os pais de Amaro foram Joaquim Cazumba de Lyra e Joana Ferreira de Lyra. Segundo a narrativa familiar de Amaro, quando ele e sua família estavam a deixar Pernambuco, Amaro foi despedir-se da mãe. Ao longe viu que a casa estava a ser bombardeada. Não pôde voltar para conferir.

Encontramos pessoas com o nome familiar de Amaro na região onde ele nasceu. O primeiro foi seu pai, Joaquim Cazumba de Lyra que em 1895 participou de um abaixo-assinado no engenho Progresso (Ribeirão-PE)²⁰⁵. Depois encontramos um homônimo do pai de Amaro. Joaquim Cazumba de Lira. Primeiro pensamos ser a mesma pessoa em formação de nova família. Mas algo não bateu. O avô de Amaro foi Manoel Cazumba Lyra²⁰⁶ e o pai deste

²⁰⁵ Diário de Pernambuco.12.10.1895

²⁰⁶ Dado colhido em entrevista com familiar de Amaro bem como disponível em carteira de trabalho do indivíduo.

Joaquim que encontramos foi João Cazumba Lyra²⁰⁷. Possivelmente Manoel e João foram irmãos ou parentes próximos, tendo em vista que a trajetória de vida e morte de membros da família também circundaram o espaço em que Amaro nasceu. Chã Grande, Vitória, Gravatá (para genealogias desta família ver apêndice C deste trabalho).

O tal parente de Amaro, Joaquim Cazumba de Lira casou com Paulina Bezerra de Araújo. Tiveram cinco filhos²⁰⁸: Elpídia, Maria José, Manoel, Taurino e Emiliano Cazumbá de Lira. A maioria deles levou a vida de agricultores. Faleceram entre 1997 e 2000. Temos algumas pistas sobre os filhos de Manoel e Emiliano. Um dos oito filhos de Manoel²⁰⁹ foi Severino Cazumbá de Lira, nascido em Chã Grande. Severino, teve Paulo Severino Cazumba de Lyra que tem atualmente 29 anos, mora onde Amaro um dia nasceu, Vitória de Santo Antão, e tem familiares no sul do Brasil talvez ainda não apresentados.

A história dos membros foi marcada pela relação de trabalho com a terra. A maioria dos homens foram e continuam sendo agricultores. As mulheres, donas de casa. Quando a cor consta nas documentações, os filhos de Joaquim Cazumba de Lira são citados como brancos, sua descendência, entre registros de nascimentos e óbitos, está como de cor parda ou cor de indígena²¹⁰. A família conta que Amaro dizia ser seu avô português.

Minha mãe casou muito jovem e não se lembra muito do que o pai dela contava. tenho a impressão que não se tinha muito diálogo. Mas ao juntar uma fala ali outra lá... tenho a seguinte história. Meu avô veio de uma família de posse. Ele falava que os seus avôs eram portugueses²¹¹.

²⁰⁷ Dado disponível em certidão de nascimento de Manoel Cazumba de Lira, filho de Joaquim. Brazil, Pernambuco, Chã Grande, registros civis. Nascimentos, Livro 26-A, 1975 maio-1976 ago. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSH5-L9L1-S?cc=2016195> acesso em: 14.jan.2020.

²⁰⁸ Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/portrait/MYWF-X8R> acesso em: 14.jan.2020.

²⁰⁹ O mesmo Manoel Cazumba de Lira, filho de Joaquim, possível parente de Amaro ou um homônimo morador da mesma região teve os seguintes filhos com Maria Amélia da Conceição: Antônia Cazumba de Lira e Julio Coimbra de Lira, Severino Cazumba Lira. Com Amélia Francisca da Costa, teve Angelina Cazumba Coimbra. Em registro de óbito consta que Manoel teve 08 filhos. Civilmente ele casou com Maria Teresa da Conceição. "Brazil, Pernambuco, Chã Grande, registros civis Óbitos, Livro C-03, 1994 Dez-2009 Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSH7-VJ8?i=187&cc=2016195&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQ2H4-ML65> acesso em: 08.08.2019.

²¹⁰ Dados acessados em diferentes documentos na plataforma do Family Search: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:QP3WC1ZV?surname=Cazumba%20Lyra&count=20&offset=0>. Acesso em: 15.07.2019

²¹¹ NCazumbá, Paraná, 2016.

Figura 11 - Amaro Cazumbá Lyra



Fonte: acervo familiar

Depois de averiguar o relato de uma descendente de Cazumba Lyra que vive atualmente no sul do Brasil e cruzar com as documentações disponíveis da família Cazumba de Lira acabamos por supor que são presentes elos familiares entre ambas. Em continuidade investigativa, procuramos alguns de seus jovens entes de uma rede social (*Instagram*) a partir de nomes e datas inquiridos na plataforma *Family search*. Achamos três pessoas. Enviamos mensagens, entretanto não tivemos retorno. Seguimos então por outro caminho: notamos que um mesmo endereço se repetia ao longo dos anos e supomos que poderia ser uma casa própria da família. Fomos até Chã Grande e realmente no endereço da fonte encontramos a casa do que atualmente é o mais idoso Cazumba em Chã-Grande. José Cazumba Lira, atualmente com 76 anos, é neto de Joaquim e Josefa²¹².

Ao chegarmos em sua residência, fomos atendidos por sua esposa Severina, de 72 anos, e pela notícia de sua ausência²¹³. Conversamos com a senhora e alguns pontos altos da conversa assinalados por ela foram: 1. Já houve um grande contingente de pessoas com sobrenome

²¹² Olhar apêndice C deste trabalho e rever ligações genealógicas.

²¹³ José estava no sítio Mumbucas, bem como 2 de seus filhos eu também vivem em Chã Grande, e só retornaria no horário do almoço ou findar do dia. Severina nos alertou que o sítio era distante dali e grande demais para encontrarmos-lo, apesar disso tentamos e como bem sabia Severina não o encontramos diante daquela vastidão de terras e plantações de frutas.

Cazumba naquela região. Muitos migraram para outros estados do Brasil, muitos morreram e a geração atual apesar de serem conhecidos como Cazumba tem retirado o sobrenome do nome de batismo. 2. Não há conhecimento da parte dos entes de Chã Grande sobre parentesco com Cazumbás de Vicência. Ressaltam-se os entes de Vitória e Gravatá. 3. A origem e trajetória humilde e agrícola é ratificada bem como uma narrativa de possível descendência miscigenada entre o que Severina chamou de “um povo diferente” e portugueses.

Figura 12 - Esposa de José Cazumba de Chã Grande



Fonte: fotografia registrada pela autora.

A análise da família Cazumba em Chã-Grande nos sinaliza que precisamos continuar as investigações. O primeiro rastro deste grupo nos conduz a meados de 1865 quando da evidência de união entre os pais de Joaquim (João e Josefa). De onde essas pessoas vieram e se elas tinham relações parentais ou de trabalho com fazendeiro alcunhado Cazumbá, os motivos pelos quais eles são Cazumba Lira em contraposição ou não aos Cazumba Lyra, bem como se eles não tem realmente parentesco com os Cazumbás de Vicência são questões que continuaremos a perseguir.

Perguntamos a membro Cazumbá de Vicência (morador de Recife, mas faz parte do núcleo familiar que tem raízes por Vicência) sobre o conhecimento e parentesco com os Cazumbás Lira/Lyra.

Ele respondeu certa vez conhecer um sujeito que disse haver em Chã Grande, muitos Cazumbás. A partir da ideia de parentesco disse que eles seriam primos. Entretanto, não foi demonstrado ainda nas falas relações conscientes (que nos indiquem para além do elo do nome algum membro do presente ou do passado conhecido) entre o grupo familiar Cazumbá de Chã Grande e o de Vicência.

Chã Grande tem uma pessoa que eu conheci, engraçado, eu conheci de uma forma inusitada. Eu era vigilante da Liserve e trabalhei muito tempo ali no lixão da Muribeca. Tomando conta da estação de tratamento da Muribeca. E tinha Roni, um vigilante que trabalhou que disse: olha, tu é primo da minha mulher. – E teu nome é Cazumbá? (perguntou FCazumbá) – Minha mulher é Cazumbá, mas só que ela tem meu nome agora. Mas ela tem o parente dela lá de Chã Grande, João Cazumbá. Inclusive, tem muito Cazumbá lá em Chã Grande, seus primos.²¹⁴

4.2 LAGOA DE APELIDADOS: CAZUMBÁS EM LAGOA DE ITAENGA

Em Lagoa de Itaenga encontramos caso representativo. Entre 1920 e anos 2000 um grupo de homens entre cortadores de cana e de coco, motorista de caminhão e agricultores, todos integrantes de mesmo grupo familiar, foram apelidados pelo termo cazumba. Pedro Inácio da Silva, Antônio Claudino Constante, Francisco, José, Severino e Manoel todos já falecidos até hoje lembrados pelas suas alcunhas. Conversamos com a filha e neta de Antônio bem como a nora de Pedro. A fala de ambas coaduna com as origens simples dos personagens e a dúvidas tanto sobre suas filiações parentais bem como documentação cartorial que evidencie se o termo realmente não constava no sobrenome de nenhum deles. De Antônio, que nasceu em São Lourenço da Mata, com boa parentela em Carpina e formação de família em Lagoa do Itaenga, verificamos em certidão de nascimento que realmente o termo não foi um dos oficialmente eleitos, nem pertencia a sua mãe.

Para além de ter sido somente apelido ou sobrenome em ancestral remoto, o que mais chama atenção é a proximidade da circulação espacial do termo (municípios da Zona da Mata pernambucana) e a coincidência experiencial das pessoas que vivem/ viveram nesta região, a reforçar, ligação com o mundo rural e o trabalho agrícola.

²¹⁴ FCazumbá, Areias, 2019.

Eu não sei das primeiras partes de onde vinham. De outro estado, não sei não, sei dizer não. O Zé cazumba trabalhava na roça mesmo, o seu chico era motorista, o meu sogro era tirador de coco e mané eu vi ele poucas vezes morreu por fora e Severino morreu solteiro era doente não podia trabalhar não... Esse cazumba do meu sogro veio do pai. O nome dele (do sogro) era Pedro Inácio da Silva, mas só chamavam seu Cazumba, seu Cazumba²¹⁵.

Figura 13 - Nora de Pedro Cazumba e prole feminina



Fonte: acervo pessoal do professor orientador desta pesquisa

Figura 14 - Antônio Claudino Constante ou Antônio Cazumba, filha e neta.



Fonte: acervo familiar

²¹⁵ MSilva, Lagoa de Itaenga, 2011.

4.3 VICÊNCIA, “O BERÇO DOS CAZUMBÁS” DE PERNAMBUCO

Vinte e cinco anos depois da dita abolição da escravatura, nascia na Paraíba no dia 13 de maio de 1913, Ernesto Joaquim Cazumbá. Filho de Joaquim Mendes Cazumbá e Maria Lourenço da Silva. Então jovem, entre 11 e 15 anos de idade, deixou o lugar de morada, Coxixola-PB²¹⁶ ou Patos-PB (um dos sobrinhos disse que eles partiram de Patos enquanto um dos netos afirmou que saíram de Coxixola), e foi com os pais para Pernambuco.

O pai era feitor de engenho e foi “tomar conta” de um em Nazaré da Mata. Joaquim, filho de Ireno Mendes Cazumbá e Tereza Francisca da Conceição, teve mais oito filhos além de Ernesto Joaquim. Francisco Joaquim, Joaquim Ernesto, Alcides Joaquim, Isaura, Iolanda, Maria Helena, Jardilina e Joana. Todos Cazumbás e alguns irmãos apenas pela parte do pai, no caso as três últimas meninas.²¹⁷ Sobre a condição familiar um dos netos de Joaquim afirmou:

Porque, veja bem, a nossa família, a que eu conheço, a que eu tenho lembrança dos meus pais para cá, a gente era família pobre, a família nunca teve. Mas, existe os outros irmãos do meu pai, porque meu avô foi casado duas vezes, que sejam do outro lado, do outro casamento, mas permanece o Cazumbá porque o pai era o mesmo. Então, o meu pai nunca falou que tiveram condição financeira boa, não pobre, como a gente chamava de trabalhador rural, um nomezinho que se aplicava no engenho... E meu avô era, como eu acabei de dizer, era administrador, não era o trabalhador braçal. Então, o que a gente soube é que ele nunca teve boa situação financeira, mas o outro lado da família... Pode ser... Que alastrou-se para o outro lado, não é?²¹⁸

Joaquim anos depois, mudou-se para Vicência quando ainda era freguesia de Nazaré. Fora exercer cargo similar no engenho Vicencinha. Engenho que, a partir daí assumiria papel experiencial importante para a família Cazumbá. Não temos tantas informações sobre a vida de Joaquim. Segundo seu neto, que não chegou a conhecê-lo, não era costumeiro naquele tempo ter-se muitas conversas do passado com os pais. Ele afirma que era sinal de respeito crianças não se envolverem em conversas de adultos.

Os filhos seguiram o caminho do pai. Desde cedo o ajudavam no roçado familiar e também trabalharam no engenho Vicencinha. Ernesto Joaquim Cazumbá foi carreiro chefe no

²¹⁶ Segundo *ICazumbá* era como chamavam uma pequena cidade na Paraíba que naquele tempo era vila, povoado de poucas casas. Alguns dos parentes de Joaquim que continuaram na Paraíba, em Nossa Senhora das Dores foram Bento, Manoel e Pedro Mendes Cazumbá conforme documentação disponível na Family Search.

²¹⁷ Quase nada sabemos desta outra parte familiar. Helena, que morou em Olinda e faleceu em 1991, em Recife, tinha mãe chamada Maria da Conceição Cazumba.

²¹⁸ *ICazumbá*, Camaragibe, 2013

engenho. Assumiu a casa aos 18 anos. Teve uma filha e seis filhos. De acordo com um deles fora muito respeitado naquelas redondezas. “Meu pai era o carreiro do engenho, ele tinha essas tradições, andava com o facão do lado, peiturá grande de couro e um chapéu de couro, meu pai era assim”.

Em 17 de junho de 1950, ele compareceu ao cartório e registrou-se. Talvez ele não tivesse certidão de nascimento até esta data e adquiriu o entendimento do quão importante são as provas de que existimos nesta sociedade. E a existência dele foi tão notada ali que em 12 de dezembro de 1990 foi sancionada uma rua²¹⁹ em Vicência chamada Ernesto Joaquim Cazumbá. Ele faleceu em 1986, aos 73 anos.

De acordo com um de seus netos, a vida de Ernesto esteve tão ligada ao engenho que ele morreu praticamente trabalhando. Os proprietários tinham com ele e sua esposa Maria uma relação que se misturava entre servidão e apadrinhamento. Anos se passaram e muitas terras do engenho foram vendidas para usinas. Outras foram passadas para os trabalhadores do engenho. Até hoje ruas específicas de Vicência e Angélicas tem integrantes da família Cazumbá e lembram a arquitetura de casas de engenhos. Sobre o que Ernesto e Maria falavam sobre os proprietários de grandes terras, PCazumbá disse:

Seu Luiz Gomes Maranhão, era um senhor de engenho muito respeitado, foi prefeito da cidade três vezes, praticamente todos os engenhos da região eram dele. Tinha fazendas na Paraíba, em outros estados, o major Lula, bastante respeitado, andava em cima de um cavalo, mas quando ele passava aqui na rua em cima do seu cavalo, ele cumprimentava meu avô, se rendia ao meu avô, porque sabia que meu avô tinha ficado doente pelo trabalho dele, carregando os bois dele, tomando conta da cocheira, tomando conta do engenho, ele tinha essa gratidão ao meu avô [...]E seu Lula sempre estava aqui conversando com minha avó, meu avô não ia lá porque não tinha condições, era um semiparalítico, mas sempre que podia, ele vinha pra cá²²⁰.

E ela falava muito de major Lula Maranhão, que foi um proprietário de terra muito rico da região, dono de todos os engenhos, foi prefeito da cidade por três vezes. Todas as histórias que meu avô contava, até por ter sido empregado dele na época, sempre tinha que ter o major Lula, e ainda o chamava de major, inclusive meu avô era reverenciado pelo próprio major Lula, porque ele adoeceu dos ossos por conta do trabalho dele, porque de sol a chuva ele estava lá cuidando dos bois de seu Lula. Então ele pegou um reumatismo crônico, mas só se aposentou na idade certa. Quando eu conheci meu avô ele já era aposentado pelo INPS, que na época se chamava assim, tomava muito [butarzona], não sei nem se existe ainda, trabalhei treze anos em farmácia e não sei nem se existe ainda, era um comprimido que servia para dor, a dor dele só passava com butarzona²²¹.

²¹⁹ Disponível em: http://camaravicencia.pe.gov.br/download/leis/1990/LEI_No_953-1990.pdf

²²⁰ PCazumbá, Vicência, 2013.

²²¹ PCazumbá, Vicência, 2013.

O filho mais velho, que assumiu as responsabilidades aos 18 anos trabalhou como carreiro e seus irmãos aprenderam o ofício de motorista. Foi nesta geração, segundo PCazumbá, que os engenhos em Vicência passaram a ser usinas. O Vicencinha tornou-se usina Laranjeiras.

Meu avô trabalhou a vida todo no Vicencinha, do major Lula. Agora passou a ser usina laranjeiras, porque não existem mais senhores de engenhos aqui em Vicência, a usina absorveu tudo. E quem está nos engenhos não vivem só do engenho, tem outras atividades, porque a cana de açúcar caiu muito. Mas na época era o ouro verde daqui da região. Esse Lula Maranhão era muito influente²²².

Figura 15 - Antigo engenho Vicencinha



Fonte: foto registrada por José Bento Rosa da Silva.

A partir dessa realidade, enquanto alguns irmãos optaram por formar famílias e permanecerem naquelas regiões da Zona da Mata Norte (Vertentes, Vicência, Angélicas, Nazaré) outros, como o mais velho, mudou-se para Camaragibe e trabalhou como motorista de caminhão durante longos anos.

²²² Pcazumbá, Vicência, 2013.

Figura 16 - Casamento de Ernesto Joaquim Cazumbá



Fonte: acervo de família

Um dos irmãos que teve entre uma das profissões a de eletricista, trabalhou como motorneiro em bondes do Recife em meados do XX. O referido “mulato Cazumbá” nos jornais ficou famoso por conseguir saltar entre bondes e continuar ileso. Suas aventuras foram evidenciadas no livro *“No tempo do bonde elétrico: história sócio-pitoresca dos antigos bondes do Recife”*²²³. O seu filho nos contou que de tanto que leu o livro lembrava dos dizeres: “O mulato cazumbá por sua destreza era o único que sabia pular de um bonde para o outro sem se acidentar, enquanto muitos que iam fazer o que ele fazia quebravam uma perna ou saíam machucados ou morriam”²²⁴.

²²³ ALVES DA MOTA, Bartolomeu. *No tempo do bonde elétrico: história sócio-pitoresca dos antigos bondes do Recife*. 2. ed. Recife: Celpe, 1985.

²²⁴ FCazumbá, Areias, 2019.

Figura 17 – Bondes na praça da independência seguindo para Derby e Casa Amarela.



Fonte: Coleção Allen Morrison²²⁵

Figura 18– Francisco Joaquim Cazumbá, o homem dos bondes



Fonte: acervo de família

²²⁵ Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2015/06/11/quando-o-recife-viajava-de-bonde/>

Figura 19– Filhos e sobrinhos de Ernesto Joaquim Cazumbá



Fonte: foto registrada pela autora

Aos netos de Ernesto, que nasceram numa época de diferentes condições foram oportunizados os estudos como prioridade. Um deles nos contou sobre os flashes das Histórias familiares ouvidas pelo avô. A convivência e a proximidade geográfica entre os familiares fez desde cedo alguns dos jovens se interessarem pela história da família Cazumbá e a origem deste nome.

Mas, essa rua aqui, moravam cinco famílias, tudo Cazumbá, só meu tio morava aqui pertinho, esse que mora em Vertentes, e outro que morava perto do centro da cidade, onde hoje funciona um frigorífico. Então, todos os Cazumbás de Vicência moravam no raio de 500m. Então, essa rua era bastante animada na época, todo mundo diz hoje: "Acabou-se a alegria da rua", porque Seu Ernesto e Dona Maria se foram e os tempos mudaram²²⁶.

Para as relações de trabalho dos ancestrais apresentamos algumas hipóteses. As terras e engenhos de Luiz Gomes Maranhão se estendiam por diferentes territorialidades, incluindo Paraíba. Isso nos diz que seus engenhos eram negócios de família. Possivelmente no tempo em que Joaquim Mendes Cazumbá trabalhou no Vicencinha o proprietário fosse algum parente de Luiz Gomes Maranhão, inclusive talvez exista parentesco entre tal Luiz Maranhão e os Albuquerque Maranhão, família de poder em Pernambuco desde os tempos das capitâncias hereditárias. Jerônimo Albuquerque Maranhão foi cunhado de Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco. Essa família esteve ligada ao domínio do Maranhão, de

²²⁶ Pcazumbá, Vicência, 2013.

Natal e estavam associados aos engenhos, trabalho escravo e ofícios militares. Luiz Gomes Maranhão era major. Pode ser que Joaquim Mendes Cazumbá e sua família já tivessem uma relação de trabalho com esta família para que exercesse cargo de confiança no engenho. Ele migrou sabendo o que iria fazer.

Retomemos um fato: Joaquim saiu da Paraíba e foi trabalhar em engenho em Nazaré da Mata. Evidenciamos a existência de propriedade em Nazaré da Mata chamada fazenda Cazumbá. Percebemos ao analisar o documento²²⁷ de sua partilha entre os herdeiros do agricultor Eulino Nilo de Freitas e sua esposa Etelvina Machado de Freitas que esta fora uma propriedade pequena e parece não ter sido um engenho.

Algo, porém, chamou atenção. A certidão de ônus referencia que em torno da fazenda Cazumbá existem terras de mesmo nome pertencentes a Orestes de Andrade Moraes Pinheiro e Manoel João Manoel, herdeiros de João de Andrade de Lima Neto. Não achamos um engenho de nome Cazumbá em posse desta família. É possível que o nome cazumbá tenha sido dado aquelas terras por alguma outra motivação e não necessariamente pela existência de um engenho com este nome. Encontramos relacionado a eles o engenho Caciculé em Nazaré da Mata e pertencente a Orestes.

Ainda não sabemos onde Joaquim trabalhou ao chegar em Pernambuco. Se a relação com os Gomes Maranhão vinha da Paraíba ou se pai e filho trabalharam para famílias diferentes. Essa documentação da certidão de ônus da propriedade Cazumbá é de 1963 o que dificulta um pouco o olhar sobre como era no século anterior. Há intenção de verificar inventários e outras bibliografias sobre essas famílias de fazendeiros e/ou ex-senhores de escravos para continuarmos nossa busca sobre essas origens da família cazumbá da Zona da Mata Norte inclusive buscando rastros que indiquem elos com a parte Mendes Cazumbá da Paraíba.

Em processos historicamente coloniais e escravistas o silêncio aumenta à medida do retroceder dos anos. Nas famílias com histórias de servidão, a possibilidade da experiência escrava é presumível. Roubaram-se memórias, histórias e poderes. Ao fazer genealogias de senhores de engenhos pernambucanos é possível chegar a nomes contemporâneos de políticos de destaque. Vários sobrenomes iguais aos deles podem até existir, o que os diferenciam é a produção de fontes. Eles tiveram e tem o que a cultura chama de poder, por isso, são constantemente lembrados.

²²⁷ Certidão de ônus. In: Cartório único de Nazaré de Mata. Comarca de Nazaré da Mata. Serviços Notariais e Registrais. Certidão de Ônus da Propriedade Cazumbá. Transmitente: espólio de Etelvina Machado de Freitas e Eulino Nilo de Freitas. Matrícula: 3343, as fls.84 do livro 2-AF,18.02.1963.

Podemos denotar que os Cazumbás estiveram numa relação verticalizada de servidão com os proprietários dos engenhos, apesar de ocuparem cargos de destaque, como o ofício de feitor e carreiro. O primeiro requeria confiança e algum elo emocional entre o proprietário o trabalhador, o segundo dava distinção a quem o fizesse. Naquele período nem todos sabiam carrear bois e estavam ainda chegando no Brasil veículos de motor.

Com os dados colhidos até o momento não podemos afirmar que seus ancestrais foram escravizados ou eram descendentes diretos de africanos. Ireno Mendes Cazumbá, pai de Joaquim, é até agora o patriarca mais velho desta família, provavelmente nascido em meados de 1800. Quem terá sido?

Em uma das primeiras hipóteses acerca dos grupos familiares cazumbás contemporâneos, supomos que seus antepassados fossem egressos do escravismo. Assim, uma das possibilidades para a permanência de seus nomes poderia estar relacionada tanto ao carregamento do etnônimo de procedência, quanto ao acréscimo do nome do engenho trabalhado ao sobrenome até então inexistente. Prática corrente no momento da liberdade e já apresentada pela historiografia²²⁸. Carregar o nome do engenho trabalhado, ainda mais se conhecido o proprietário, poderia soar como compadrio, proteção, afinidade.

Pensamos, de imediato, em um famoso engenho baiano, no recôncavo (Santo Amaro da Purificação) de nome Cazumbá ou Santo Antônio das Almas²²⁹. Esse engenho foi citado como um dos importantes do século XVIII em obra de Stuart Schwartz²³⁰.

Seu proprietário inicial fora José Pires de Carvalho e Albuquerque (?- 1808), um homem que se tornou poderoso e influente na Bahia. Proprietários de outros engenhos, tais como São Miguel, Rosário, Nossa Senhora da Conceição e Passagem, ele também comprou o cargo vitalício de secretário do Estado do governo do Brasil e foi proprietário da Casa da torre²³¹.

A história de seus antepassados nos indica elos com Pernambuco. Neto de Domingos Pires de Carvalho, natural de Portugal e de poucas posses casou com Teresa Cavalcanti de Albuquerque, mulher de família pernambucana de senhores de engenhos sobretudo em Alagoas e Pernambuco. A partir desta união a vida financeira da família deu impulsos de mudança. Entre

²²⁸ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550- 1835**. SP: Cia. das Letras, 1988. SILVA, José Bento Rosa da. **Caetanos & Caetanos**: tradição oral e história (em preto e branco). 1a. ed. Blumenau: Nova Letra, 2008. v. 01. 144p. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto, o seu mundo e os outros**. Salvador: Corrupio, 1988. HÉBRARD, Jean. **Esclavage et dénomination : imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIX Siècle**.

²²⁹ Interessante a correspondência deste nome mesmo cristão, com a similaridade etimológica da palavra cazumbá, como vimos em sessões anterior.

²³⁰ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. Op.cit.

²³¹ Valim, Patrícia. José Pires de Carvalho e Albuquerque, Secretário de Estado e Governo do Brasil: poder, elites e contestação na Bahia de 1798. **Revista Caros Amigos**: "Delação premiada" na Conjuração Baiana de 1798.

relações estratégicas relacionadas à política, matrimônios, cargos vitalícios e investimentos comerciais o patamar familiar ascendeu.

José Bento Rosa da Silva em investigação do grupo familiar cazumbá na Bahia investigou essa questão. Ao deparar com o inventário de José Pires de Carvalho e Albuquerque não encontrou o engenho Cazumbá entre os bens inventariados. Percebeu que o engenho foi vendido para o coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira, um dos mais ricos baianos do XIX, residente na então vila de Feira de Santana. Em seu inventário encontrou informações acerca do engenho e seus escravizados (ofícios, laços familiares, fugas, nomes) porém ainda não foram encontradas relações mais claras que possa ser uma afirmativa de que os grupos familiares cazumbás tiveram relação com este engenho.

Ao fim do XIX, o engenho transmutou-se em usinas São Carlos e Passagem através da junção de engenhos Velho Botelho, Passagem, Cazumbá e Subaé. Tal fato pode ter dificultado ainda mais o acesso na memória dos mais velhos a um passado que a cultura do país quis fingir não ter acontecido²³².

Mesmo os Cazumbás do recôncavo baiano não referenciando tal engenho nos relatos orais, tem-se alguns indícios a mais de elos entre eles e experiência escrava. A memória da ascendência de seus entes alude para um passado no recôncavo baiano (em área de antigos engenhos escravistas). Ademais, a maioria dos entrevistados rememoram a um passado afrodescendente e afirmam explicitamente que seus antepassados foram de africanos a pretos distintos.

Em Pernambuco, a questão se torna mais diversa. O termo cazumbá não foi somente utilizado como sobrenome de família. Enquanto alcunha perpassou por indivíduos variados e alguns manifestamente nem foram ou tiveram ancestralidade ligada a experiência escrava, como parecera à primeira vista. Tais constatações tem feito com que infirmos que os Cazumbás de Pernambuco listados nesse trabalho não são todos pertencentes ao mesmo núcleo familiar. Entre os cazumbás mais dispersos nas fontes sobretudo os Josés apelidados e de sobrenome bem como os aquilombados, não temos referência familiar para eles. Enquanto grupo familiar apontamos três tentativas genealógicas.

²³² Um ano depois da assinada a lei para abolição da escravatura, o hino da república diz: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”. Denota-se daí uma tentativa de manipulação identitária. O que deve ser lembrado ou esquecido, em um país que nega que tenha havido escravidão, subalterniza a presença africana e faz do racismo velado uma das principais mazelas para constituição e manutenção das hierarquias. Cf: NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, 2006, 17(1), 89-98.

A família do capitão Cazumbá parece ter carregado o termo como sobrenome por causa do apelido do pai. Um de seus netos apareceu na documentação como branco. Integrantes dos Cazumbás Lyra/Lira afirmaram ter entre seus antepassados portugueses e “povos diferentes”. Enquanto os Cazumbás de Vicência mesclaram afirmações entre um possível passado indígena ou africano.

A categoria militar do capitão e de filho que também enveredou no ofício similar era maiormente ocupada por pessoas de pouco recurso financeiro ou de cor. A fonte que chama o neto do Cazumbá de branco é uma notícia de jornal quando da sua morte precoce. Nessa época, o capitão já era mito e seus familiares são citados nos jornais como pessoas de bens. Há a possibilidade de que esses cazumbás tenham tido alguma ascendência europeia e fossem pobres inicialmente. À medida que foram ascendendo tornaram-se cada vez mais brancos, inclusive talvez optando por excluir do sobrenome uma referência que podia causar estranheza social. Acompanhamos o rastro desta família até o início do XX por ausência de fontes e do corrente sumiço do sobrenome. O que nos chamou atenção foi o deparamento décadas depois (em 2000) com sujeito em Chã-Grande portando nome muito similar a um dos filhos do capitão. Algo a se considerar é que tanto o Emiliano Cazumbá de Lira quanto o Emílio Americano do Rego Cazumbá apareceram como brancos nas documentações.

Os Cazumbás de Vicência até o momento não apresentam relações que indiquem parentesco com a prole do capitão Cazumbá. A história mais passada deles está ligada aos Mendes Cazumbás que ficaram na Paraíba. Quando questionado sobre uma pressuposta ancestralidade PCazumbá disse:

Mas minha tia diz que o pai dela, meu avô, sempre contava na questão indígena, ele falava que o pai dele havia tido contato com os índios. Então, aqui na região, apesar de termos uma influência muito forte africana, por conta dos engenhos de açúcar, Poço Comprido, como é conhecido internacionalmente, Engenho de Guape, que fica próximo ao Poço Comprido, essa área aqui é toda cercada de engenhos. A cidade, além de transpassada por um rio, é toda cercada de engenhos. Nós tivemos uma comunidade aqui, Murupé, que segundo uma historiadora é de origem indígena. Então, quem sabe, o pai do meu avô não teve contato com essa índia a partir desse povoado aqui próximo²³³.

Essa miscigenação, tenho a impressão que os Cazumbás tem a pele morena, puxando para o negro. Mas aqui e acolá, por conta da mistura, aparece um galeguinho. O meu segundo filho é galego. Minha avó era branca, minha avó

²³³ Pcazumbá, Vicência, 2013.

materna era branca também. Sempre aparece esses Cazumbás, mas a maioria tem os traços indígenas, mestiços mesmo²³⁴.

Figura 20- Baobá em Engenho Poço Comprido, Vicência



Fonte: Wikipédia²³⁵.

Índios ou negros? Nas entrevistas orais realizadas antes de contatos mais estreitos entre Cazumbás pernambucanos e baianos não houve suposição acerca de ascendência africana ou trabalho escravo no passado, mesmo a partir do conhecimento que etimologicamente o nome e seus significados culturais vem de África, como ressaltou PCazumbá:

[...]E aí a gente remonta, inclusive, aos escravos a questão de Zumbi, de Zumba, que é uma entidade africana, uma entidade espírita conhecida dentro do candomblé, remete a isso. Inclusive, eu procurei com alguns historiadores, pessoas estudiosas da África, e eles relataram o não conhecimento desse sobrenome Cazumbá. Eles diziam que existe uma entidade africana, até cultuada, chamada Zumba, a partir daí vem Zumbi, que o Zumbi que a gente conhece aqui é os espíritos dos animais. E meu avô contava muitas histórias de fantasmas, de zumbi, de assombração, e a gente ia dormir com aquele medo, tudo encolhidinho[...]²³⁶

Enquanto entre Cazumbás da Bahia houve relatos que corroboravam o passado familiar com experiência escrava, entre os pernambucanos tal assertiva tem sido mais evidenciada nas

²³⁴ Pcazumbá, Idem.

²³⁵ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Baoba_Poco_Comprido.JPG Acesso em: março de 2018.

²³⁶ Pcazumbá, Vicência, 2013.

últimas entrevistas²³⁷. Sugerimos que o contato entre os Cazumbás pernambucanos, baianos e a existência de historiadores a pesquisar percursos históricos das famílias tem aflorado o interesse dos integrantes em questionamentos acerca de entes que ultrapassem a geração dos avós ou bisavós.

É compreensível o silenciamento de identidades negras mesmo por afrodescendentes. O nome Cazumbá veio do avô e sobre como eram fisicamente os pais deles não se comenta. Possivelmente nem se saiba.

Uma vez que referenciais acerca da cultura negra foram histórica e massivamente subjugados, muitos entraves foram se constituindo mental, social e/ou experiencialmente desde a dificuldade de uma vida agradável e justa para população negra no que concerne à saúde, moradia, renda até o impasse de os próprios negros quererem assumir esta identidade constantemente relacionada a coisas ruins (disseminadas pelo Estado, escola, meios de comunicação) em uma amplitude de aspectos. Sem contar o fato de negro ser para muitos sinônimo de escravizado, como se o grupo que passou por esta experiência não tivesse História antes de tal fato como também não a tivesse criado durante e depois. A palavras do professor Kabengele Munanga refletem um pouco da angústia de alguém que de repente nota a injustiça com tudo que se refere aos africanos e afrodescendentes:

A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devido à temperatura excessivamente quente.²³⁸

As feridas psíquicas do racismo são tantas que muitas pessoas negras optam por fugir da temática “negro”. Algumas proclamam a falácia da democracia racial brasileira, que conforme Lélia Gonzalez²³⁹, só escamoteia aquilo que está explícito na realidade, que é o racismo estrutural em todos os níveis da sociedade, outros fogem do assunto porque ainda que

²³⁷ O baiano Gonçalo Cazumbá disse em entrevista com José Bento: “Este povo Cazumbá é uma família grande, porque trouxeram muitos negros da África para cá, para o Brasil. Meus avós eram Cardoso Cazumbá, mas assinavam só como Cazumbá. Meu avô dizia que era Cardoso Cazumbá, não estão levando o Cardoso, mas é Cardoso Cazumbá, é um povo muito grande. Quando eles vieram para o Brasil, quem trouxe este povo foram os portugueses”. Gonçalo Cazumbá, 84 anos, na cidade de S. Gonçalo (BA) em: 17.11.2014 e 21.12.2014. Cf: SILVA, José Bento Rosa da. **Família Cazumbá: as peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição** [Recôncavo da Bahia – c.1879 – 2015] – Itajaí, SC: Casa Aberta; Recife: ED. UFPE, 2018.

²³⁸ MUNANGA, K. **Negritude: Usos e Sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

²³⁹ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, pp. 223-1983.

se vejam negros não querem se associar a esta categoria, porque não significa nada bom, logo a opção é ser o mais próximo do grupo de poder: branco. Então trata-se de embranquecer. A assertiva não é uma regra, mas uma ocorrência social frequente sobretudo entre muitos idosos que ouviram e aprenderam pelos grupos dominantes absurdos sobre a cultura negra. Quando se pergunta sobre a história de seus avós, de onde eles vieram ou quais eram nomes, muitos mudam de assunto, dizem não saber ou são até assertivos ao sugerir uma mudança rápida de assunto.

Dentre diferentes motivos que fazem pessoas tomar escolhas, alguns membros da família Cazumbá de Vicência optaram por tirar o termo do sobrenome. Em Angélicas, distrito de Vicência muitos optaram por não carregar o sobrenome. As assertivas variavam desde o agregamento do sobrenome do marido e anulação do seu, a achar feio, estranho ou dizer que terceiros não entendiam e por isso zombavam ou falavam uma palavra diferente. Esses dois últimos aspectos chamam atenção.

[...] As pessoas até mangavam, eu tenho um primo que quando estava fazendo a quarta série primária no primeiro dia de aula e a professora perguntou o nome dele Antônio Ernesto "Cazulalalba", e a professora não entendendo, perguntou de novo, como é? E ele choroso: "Antônio Ernesto Cazumbá", e tome a chorar, porque os meninos mangavam quando chamavam esse nome Cazumbá²⁴⁰.

[...] Ela dizia que na época da escola o pessoal ficava tirando onda, porque o professor tem a mania de chamar o primeiro nome e o último, ai ela dizia que não gostava, que ficava constrangida, e por isso, achava que eu ficaria também²⁴¹.

O que é estranho ou feio em uma sociedade eurocêntrica é aquilo que culturalmente ela mesma construiu como seu oposto. A África e qualquer coisa que a diga respeito. Apresentar alguma característica negra para o mundo e ter o entusiasmo amputado, como outrora refletiu Frantz Fanon²⁴², foi algo ocorrente por mais que as pessoas que carregassem essa característica não necessariamente se identificassem com ela enquanto de África. Presumivelmente nomes europeus ocorrentes e peculiares no Brasil como: Niemeyer, Hermann, Montagner, Tornaghi não seriam tão alvos de piadas e anulações como Cazumbá, Zulu, Zumba ou Mulungu.

Apesar disto, principalmente este século tem trazido mudanças positivas. Negro já não é sinônimo de escravo e finalmente a África é considerada um continente histórico²⁴³. A atuação

²⁴⁰ Pcazumbá, Vicência, 2013.

²⁴¹ Pcazumbá, Vicência, 2013.

²⁴² Cf. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

²⁴³ Esse debate é grande e repleto de referências. Para uma boa escatologia dessas lutas no Brasil indicamos **BRASÍLIA**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação

de movimentos sociais e acadêmicos negros a pressionarem instituições governamentais; leis a nível mundial contra crime de racismo; novas narrativas sobre a África, sobretudo a central, e sobre afrodescendentes (inclusive estamos na década afrodescendente 2015-2024) tem favorecido a identificação e afirmação de identidades negras.

[..] Mas, hoje em dia não, os alunos na escola me chamam de professor Cazumbá, na rádio é Cazumbá, dentro da campanha política que fazemos aqui é Cazumbá [...] Para mim é questão de tradição manter esse sobrenome. ²⁴⁴

Estão havendo fenômenos de busca pela conexão que um dia a cultura tentou romper. O antropólogo norueguês Fredrik Barth afirma²⁴⁵ que os processos de afirmação de identidade étnica tendem a ser mais fortes nas gerações recentes de um grupo. O fato pode ser explicado porque existe uma conjuntura social propícia para que determinados aspectos fortaleçam quando no passado não necessariamente havia.

Identidade é um tema perpetuamente em aberto, pois envolve idas e vindas do poder e da cultura. Ora sujeitos escolhem fazer referência pelo nome a célebres sujeitos negros, divindades africanas ou até mesmo oficializar o nome concedido quando “se faz a cabeça” numa religião de matriz africana; ora adotam nomes incorporados ao léxico cultural da diáspora ou simplesmente podem ser escolhidos depois de uma pesquisa. Tais fenômenos indicam além de experiências de ressignificações de identidades, uma circunstância que torna permanente a circulação de nomes africanos na diáspora.

Cazumbás, Zulus, Zaharas, Nzuris, Nzingas Mwalis, Babatundés, Mulungus, Dandaras, são nomes e sobrenomes africanos e afro-brasileiros que continuam a circular a despeito de uma cultura escravista que reverbera suas mazelas até presentemente.

Não se pode dizer que no passado afrodescendentes livres ao se rebatizarem ou batizarem sua prole não se identificavam com África pelo fato de não optarem por carregar nomes ou sobrenomes africanos. Outras formas de identidade poderiam existir. Nos meandros de uma sociedade racista, silenciar aspectos e afirmar outros mais aceitos pode também ser um ato de sobrevivência.

anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.2005.

²⁴⁴ PCazumbá, Vicência, 2013.

²⁴⁵ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: contra capa livraria, 2000.

A ascendência africana do grupo familiar de Vicência até o dado momento só pode ser afirmada no que diz respeito ao nome. Se seus antepassados tiveram experiência escrava, as evidências históricas tanto apontam para tal possibilidade como também para outras. Estes Cazumbás podem ter sido de alguma descendência mestiça e de menor condição financeira que mesclou entre descendentes de europeus pobres, egressos do escravismo e indígenas.

A questão de como este termo foi apropriado ao sobrenome do grupo ainda está em aberto. Ainda que achássemos um engenho com escravizados que se nomeassem com o termo cazumbá por causa dele, não temos fontes de que a inserção do termo cazumbá no nome em parcela de indivíduos em Pernambuco se deu por isso. Quem sabe um ancestral de Ireno tinha nome Cazumbá como apelido e passou o termo para família? Ou um ancestral fora escravizado e tinha o termo como etnônimo e ao receber a liberdade optou por carregar no nome? Ou um determinado senhor de engenho tinha este termo no nome (apelido ou sobrenome) e seus escravizados agregaram? Até o momento parece que este nome não está dividindo grupos entre escravizados que incorporam nome de senhores/engenho e senhores que o detém. Preferimos continuar nos questionando com hipóteses mais prováveis a partir das evidências colhidas até o momento do que criar um enunciado que não equivale ao acontecido. O apego a ideia de origens pode ser problemático se não ponderado. A busca por ela quando não levado em consideração os processos polissêmicos e ambivalentes da cultura incorrem em generalizações exacerbadas que dificultam a aproximação da realidade do passado.

Uma coisa é certa. O carregamento incentivou elos afetivos e de identidade entre os membros. A família Cazumbá de Vicência celebra sua existência, rememora os ancestrais e fomenta uma constituição comunitária em que se objetiva grande encontro entre os Cazumbás do Brasil.

4.4 IDENTIDADES CAZUMBÁ: “SOMOS TODOS PARENTES”

Figura 21– Pannel de fotografias familiares em encontro de Vicência, 2017



Fonte: imagem registrada pela autora

Em fevereiro de 2019 um membro Cazumbá pernambucano escreveu na rede social que conta com mais usuários no Brasil:

Família bom dia hoje agradeço a Deus por esta família linda vou atualizar, mas estamos chegando a 380 membros.

Quero começar a preparar o nosso encontro nacional a partir do segundo semestre concordam quem concordar diz sim.

Desde inícios dos anos 2000 que membros Cazumbás do Brasil se contatam através das redes. Maiormente novas gerações que acham e ouvem dizer da singularidade do nome que carregam. Primeiro com *Orkut* e agora *Facebook* há uma facilidade em encontrar pessoas distantes. Cazumbás dos diferentes estados divulgam filiações e pequenas trajetórias familiares na busca de uma origem comum que ligue a todos.

As páginas iniciais contavam de 150 a 235 pessoas. A atual do *facebook* tem sido a mais acessada dentre todas e conta com maior número de Cazumbás dispostos a reconstituírem histórias familiares e promoverem um encontro nacional. Uma breve procura em banco de

dados online que estima a quantidade de pessoas que carregam determinado sobrenome por país nos diz que em 2014 havia 558 Cazumbas/Cazumbás no Brasil²⁴⁶.

Apesar dos Cazumbás de Bahia e Pernambuco terem desencontros argumentativos no que tange às possíveis origens étnicas-culturais, ninguém até o presente momento duvida do parentesco. Em entrevista com um dos membros da família Cazumbá de Pernambuco ele contava-nos uma situação em que questionou uma prima sobre determinado acontecimento (o lançamento do livro de Bento). Perguntamos o nome da prima e onde ele residia. Ele nos respondeu que na Bahia. Percebemos então que o pernambucano estava a se referir a uma prima ainda não vista pessoalmente. Denotamos que comumente os Cazumbás das redes sociais tem assim chamado uns aos outros.

Eu disse: “Prima, foi o lançamento do livro do professor Bento aí na Bahia. Foi até o nosso primo o que é poeta, declamou lá é... Antônio. Foi Antônio, foi o grupo das irmãs da irmandade da boa morte [...]”²⁴⁷.

Construir esses elos genealógicos pode parecer um tanto complexo tendo em vista que a grande parte dos usuários descrevem em suas genealogias os avós como parentes mais ancestrais. O que chama atenção é que as pessoas que vivem em outros estados relatam histórias de migração dos estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia. Até o momento não evidenciamos, nessa e na pesquisa de José Bento, Cazumbás que não tenham relação de ancestrais com um desses três estados.

Uma coincidência entre os Cazumbás do Recôncavo baiano e da Zona da Mata Norte de Pernambuco é a relação entre os ofícios de seus ancestrais com a terra. Em pesquisas futuras uma análise comparativa entre a trajetória desses indivíduos aliada a escutas, leituras de experiências vividas e o confronto de mais fontes documentais pode clarificar talvez pequenos detalhes que devam estar passando despercebidos. Em suma, a questão “será que todos os Cazumbás do Brasil são parentes?” continua nos instigando.

A pesquisa impulsionada por José Bento Rosa da Silva aliada a pessoa agregadora e amistosa do intelectual tem conquistado a visibilidade nacional da empreitada. As famílias Cazumbás que já sabiam ser peculiares demonstram interesse e disposição em estarem e construir juntos esses caminhos.

²⁴⁶ Disponível em: <https://forebears.io/surnames/cazumb%C3%A1>. Acesso em: 20.10.2018

²⁴⁷ FCazumbá, Areias, 2019.

4.5 ENCONTROS EM VICÊNCIA

Enquanto o encontro nacional não chega, anualmente tem ocorrido celebrações pernambucanas da família Cazumbá vicenciana. Perguntados pelas motivações, alguns dizem que é tempo de reunir mais a família, que de quando em vez se afasta por motivos correntes do dia-a-dia, tais como trabalho e mudança de cidade. Desde 2017, quando um ente Cazumbá querido faleceu aos 88 anos, foi decidido que teria um encontro dos Cazumbás em Vicência, na casa do patriarca Ernesto Joaquim Cazumbá.

No mesmo ano, em novembro se deu o encontro. Lá estivemos e percebemos o quanto a intenção comum por uma memória e o sentido de unidade fortifica laços identitários entre um grupo. Entre conversas, declarações públicas, vivências, reencontros, destacamos:

Esse é o nosso primeiro. Não vai ser o primeiro e único não. Qual a nossa intenção, nosso pensamento?! É que daqui a 20 anos, lá, lá na frente, os nossos netos, os nossos bisnetos possam continuar com esse encontro. Por isso também que pensamos no nosso caderno que foi ali assinado, para que haja realmente essa continuidade dos nossos encontros²⁴⁸.

Figura 22 – Família Cazumbá reunida em Vicência



Fonte: imagem registrada pela autora

No caderno, entre Cazumbás e convidados compareceram aproximadamente 80 pessoas. Como um dia, a rua estava repleta de intenções de alegria e unidade.

²⁴⁸ ACazumbá, novembro de 2017, Vicência.

Quando a gente fazia festa aqui nessa avenida, parava tudo. O que me consola é isto. Que meu pai era essa alegria que a gente tá vivendo aqui. É isso que a gente vai guardar. A gente não esperava dia de pai de mãe para tá junto²⁴⁹.

²⁴⁹ DCazumbá, novembro de 2017, Vicência.

5 CONSIDERAÇÕES

No percurso até aqui tivemos um termo kimbundu no centro do nosso debate. Para buscar as origens etimológicas fomos guiados à região da África central. Entre nomes para pessoas desde o XV, topônimos e significados simbólicos similares ao da diáspora, confirmamos que a palavra cazumbá, originalmente kazumba, está majoritariamente presente em República Democrática do Congo, Malawi e Zâmbia.

A partir de uma hipótese sobre como se deu sua incorporação no Brasil suspeitamos que as práticas nominativas em escravizados influenciaram heteroidentificações e autoidentificações com etnônimos de procedência muitas vezes integrados aos nomes próprios ou apelidos de africanos na diáspora. O termo ‘casumba’ foi sinalizado como etnônimo corrente no Brasil para africanos da região centro-oriental. Este pode ter sido o motivo pelo qual aquilombados, escravizados procurados e até mesmo egressos do escravismo tenham incorporado por si ou por outros o termo ao nome.

Do mesmo modo, a grande circulação de etnônimos africanos no campo da cultura da época, como na literatura, cosmogonias religiosas e cotidiano, pôde ter sido a principal responsável pela sua plasticidade. O verbete cazumbá tornou-se africanismo. Pessoas e contextos que não necessariamente tinham relação genealógica com a África nomearam coisas e pessoas com ele. Tal fato explica indivíduos serem apelidados de Cazumbá sobretudo Josés²⁵⁰, bem como engenhos e fazendas com nome Cazumbá e mais recentemente manifestações, pontos de cultura e espaços geográficos com este nome no Brasil.

No século XIX, indivíduos de lugares sociais variados carregavam o cazumbá no sobrenome ou apelido. Traficante de gente, comerciantes conhecidos, escravizados(as), militares, funcionários públicos, gatunos. A partir do findar do século, as fontes analisadas demonstram uma decadência do termo como apelido, principalmente quando indicado como “vulgo”. Apesar disso, ainda em Lagoa de Itaenga²⁵¹ encontramos um grupo familiar contemporâneo conhecido por Cazumbá devido um ancestral ter sido assim apelidado.

No período supradito vão sendo desenhadas famílias ligadas pelo termo e de extensão grande que circundam espaços similares. Ora pelo fato da prole de alguém apelidado ter aderido o termo enquanto sobrenome (no caso do capitão Cazumbá), ora por ser realmente um

²⁵⁰ O porquê ainda não sabemos. Do mesmo modo que até hoje não se sabe por que Biu é apelido para Severina e Severina.

²⁵¹ Município do Estado de Pernambuco na Zona da Mata Norte.

sobrenome de família pré-existente. O que tem nos chamado atenção é o seguinte: as pessoas mais abastadas arroladas na investigação tinham o termo inicialmente como apelido ou usaram o termo para nomear terras, engenhos e fazendas²⁵². Além disso, esses indivíduos estão ligados a nomes tradicionais da oligarquia nordestina. E mais: pessoas que com sobrenome Cazumbá apresentam relações ancestrais trabalhistas com a terra tiveram de alguma forma uma suposta relação de trabalho com estas famílias.

Os Cazumbás de Lyra/ de Lira/Lira parecem ter tido relações espaciais com o fazendeiro José Paes de Lyra, apelidado de Cazumbá. Tal evidência nos indica a provável relação de servidão ou de parentesco. Nos dois haveres é sugerido que eles ou foram trabalhadores para este homem ou parentes da ala de menos recursos.

Os Cazumbás de Vicência tem história ligada a engenhos desde a Paraíba, de onde achamos um remoto patriarca da família. Chegando em Pernambuco, tudo indica que ele trabalhou em terras denominadas Cazumbá, em Nazaré da Mata antes de com a família ir para o engenho Vicencinha.

Nomes como José Gomes do Rego, José Paes Lyra, José Pires de Carvalho e Albuquerque, Orestes de Andrade Moraes Pinheiro, Manoel João Manoel, João de Andrade de Lima Neto e Luiz Gomes Maranhão precisam ser averiguados com mais afinco, por exemplo, na busca por inventários, para inferimos melhor sobre relação desse pessoal com a Paraíba e engenhos, bem como os possíveis graus de ligação entre o grupo familiar Cazumbá de Lyra/de Lira/Lira e Cazumbás de Vicência.

Outro item é: dos três precisos grupos familiares, os dois citados acima mais o do capitão Cazumbá, consta que alguns dos sujeitos eram não-negros. O que isto sugere? Que a experiência da escravidão tenha ficado cada vez mais remota ou nem atingido todos os grupos.

José Gomes do Rego e sua família aparecem para nós como os mais antigos Cazumbás em Pernambuco, datando de 1823. Eles parecem ter sido uma família de classe média que ascendeu a partir de redes de contato, setor castrense e cargos públicos. A partir daí foram se tornando cada vez mais brancos. No correr de 1900 seus nomes vão desaparecendo gradualmente dos jornais pernambucanos. Talvez por que decaíram financeiramente ou optaram por tirar do nome o termo cazumbá. Apesar disto, encontramos em 2000 registro de óbito de um senhor em Chã-Grande com um nome parecido ao de um dos filhos do capitão. Emiliano Cazumbá de Lira. Cabe investigação sobre uma possível ligação entre esses dois

²⁵² A fazenda Cazumbá de Nazaré da Mata que atualmente pertence a uma prole de pequenos agricultores está situada nas terras que um dia se chamaram Cazumbá. É bem possível que esses agricultores tenham tido relações de servidão com os proprietários das terras e no pós-abolição conseguiram arrendar um pedaço para si e família.

grupos. Presumimos que a escravidão possa não ter sido vivida por estes grupos e que eles tenham sido um resultado de miscigenações entre portugueses e afrodescendentes.

Os Cazumbás de Vicência ou remotamente Mendes Cazumbás é a família que mais temos contato oral na contemporaneidade. Entretanto, não temos dados para a trajetória familiar entre meios e inícios do XIX e as relações dos trabalhos nos engenhos paraibanos. Pergunto-me: por que o Mendes saiu do nome e o nome Ernesto foi substituído para nomear segundos nomes desta descendência? Seria uma desvinculação ao nome Mendes e celebração aos nomes do sempre lembrado Ernesto Joaquim? Seguimos a busca de como o termo foi incorporado ao nome da família.

Enquanto isso, os Cazumbás do presente se identificam cada vez mais com seus nomes e pleiteiam por sua memória. Tem sido desenhada uma afirmação identitária a partir do sobrenome Cazumbá entre as pessoas espalhadas pelo Brasil. Encontros anuais da família Cazumbá, em Vicência, páginas de rede social que promove um grande encontro Cazumbá e principalmente a afirmação pelos membros de que todos fazem parte de uma mesma parentela tem fortalecido pessoas que tem o nome como elo.

Essa pesquisa tem demonstrado o quão complexo é reconstruir genealogias de populações que historicamente passaram por processos de colonialidade. Ainda que não possamos afirmar que os antepassados desses grupos familiares pernambucanos foram escravizados nota-se que a violência simbólica com as populações mais pobres independentemente de onde vieram as nega o acesso à História, memória e conseqüentemente ao poder. Alguns Cazumbás apontados neste trabalho como escravizados, aquilombados, dito gatunos ou vulgos se tornam ainda mais difíceis de serem encontrados em registros históricos oficiais.

Apesar disto, este é o tempo em que grupos minoritários de poder protagonizam embates por melhores condições de vida e de direitos. A escrita da História e de outras áreas das ciências humanas tem o compromisso de registrar esse nosso tempo ambíguo e possível.

Seguindo para o fim, é importante só mais uma vez lembrar que Cazumbá é uma palavra africana. Várias foram as tentativas de acabado o escravismo apagar os rastros de África na diáspora. Pelo viés da negação, silenciamento ou subalternidade, coisas que remetem África chegaram ao senso comum como não importantes ou fortes o suficiente. Esse trabalho entre outras intenções também teve a de demonstrar a falácia deste discurso.

O termo Cazumbá, como diversos do grupo banto, são diariamente falados, escritos. Ainda que tentassem apagar nomes de África, identidades africanas foram e continuam sendo

reconstituídas na diáspora, por afrodescendentes ou não. O termo cazumbá não só nomeou e nomeia gente, ele está em diferentes espaços da cultura e natureza geográfica. Estamos falando aqui de mais um legado da cultura africana. A depender dos que carregam o sobrenome Cazumbá é bem difícil que suma de seus descendentes.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2004 (a). v.1.
- AGOSTINI, Camilla. Africanos e a formação das identidades no além-mar: um estudo de etnicidade na experiência africano no Rio de Janeiro do século XIX. **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): 241-259, jul.dez.2008.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 29, 63, 353.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravo de Pernambuco e a glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/ São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 43.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: contra capa livraria, 2000.
- BATOMA, Atoma. African Ethnonyms and Toponyms: An Annotated Bibliography. **Electronic Journal of Africana Bibliography**, Iowa Research Online: vol.10, 2006.
- CABRAL, Flávio José Gomes. **Paraíso Terreal**: a rebelião sebastianista na serra do rodeador – Pernambuco – 1820. São Paulo: Annablume, 2004.
- CÂMARA, Bruno. Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. 2005.
- CARVALHO, Marcus J. M. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, vol. 18, n. 36, 1998.
- CARVALHO, Marcus J. M. De cativo a famoso artilheiro da Confederação do Equador: O caso do africano Francisco, 1824-1828. **VARIA HISTÓRIA**, nº 27.2002.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). Recife: EdUFPE, 1998.
- CHANSON, Philippe. **La blessure du nom**: une anthropologie d’uneséquelle de l’esclavage aux Antilles-Guyane. Louvaine: Bruyalaant- Academia S.A., 2008.
- CHATELAIN, Heli. **Grammatica elementar do kimbundu ou língua de Angola**. Genebra, typ.de Charles Schuchardt. 1888-1889.
- COSTA, Valéria Gomes. Trajetórias Negras: Os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890). **Tese de Doutorado**. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. 2013.

DANTAS, Leonardo. **Alguns Documentos Para a História da Escravidão**. Recife, Massangana, 1988.

FITZPATRICK, Liseli. African Names and Naming Practices: The Impact Slavery and European Domination had on the African Psyche, Identity and Protest. Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Master of Arts in the Graduate School of The Ohio State University. The Ohio State University **THESIS**.2012.

FRANÇA, Wanderson Édipo. O Serviço das Armas, As gentes do Povo e os Escravizados: Pernambuco na época da Independência (1817 – 1824). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. 2014.

GINZBURG, Carlo e PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. SP, Cia das Letras, 1990.

HALL. Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas: restaurando os elos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

HALL, Stuart. Da Diáspora: **Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HÉBRARD, Esclave et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIX siècle. **Cahiers du Brésil Contemporain**, 2003, n° 53/54, p. 31-92.

HÉBRARD, Jean M. e SCOTT, Rebecca J. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Campinas [SP]: Ed. Unicamp, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, p.51.2013

LODY, Raul. **Dicionário de Arte Sacra e Técnicas Afro-brasileiras**. Pallas Editora, Rio de Janeiro, 2003.

LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto Do Brasil**. Pallas Editora, Rio de Janeiro, 2003.

RAMOS, Arthur. **Introdução à antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Brasileiros da CEB. Ed. da casa do estudante, 1943.

LOPES. Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Autêntica, Belo Horizonte, 2011, p.96.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996. [1934]. 2005.

MATTOS, Regiane Augusto de. De Cassange, mina, benguela a gentio da guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo. Universidade de São

- Paulo. Programa de Pós-graduação em História social. **Dissertação de mestrado**. São Paulo, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. (org.) **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Editora 34. 2001.
- MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002. 246p.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- MILLER, Joseph C. Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização de na África e face à escravidão no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, jan./jun. 2011, p.39.
- MUNANGA, K. Negritude: **Usos e Sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. Quem eram os negros da Guiné? A origem dos africanos na Bahia. **Afro-Ásia** n.19/20, 1997.
- PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (orgs.). **África e Brasil no Mundo Moderno**. São Paulo: Anablumme, 2012.
- PALMA, Rogério da; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no pós-abolição. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 61, no 2, 2018, pp. 311 a 340.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. Etnônimos africanos e formas ocorrentes no Brasil. **Afro-Ásia**, n.6-7, Universidade Federal da Bahia.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Falares africanos na Bahia**. Um vocabulário afro-brasileiro, 2ªed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Topbooks Editora, 2005.
- REIS, João José. Da “história global” à “história em migalhas”: o que se perde, o que se ganha. In: Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos; et al. (orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- REVEL, Jacques (Org.). Microanálise e a construção social. In. **Jogos de Escala: A experiência da microanálise**. RJ: FGV, 1998
- RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo/Brasília, Editora Nacional/ Editora da Universidade de Brasília, 1933.
- SAMAKI. **African Names: Reclaim Your Heritage**. Cape Town, South Africa: Struik Publishers, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** :cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. SP: Cia. das Letras, 1988

SERRANO, Carlos e Waldman, Maurício. **Memória D`áfrica**: a temática em Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Bento Rosa da. **Caetanos & Caetanos**: tradição oral e história (em preto e branco). 1a.. ed. Blumenau: Nova Letra, 2008. v. 01. 144p.

SILVA, José Bento Rosa da. **Família Cazumbá**: as peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição [Recôncavo da Bahia – c.1879 – 2015] – Itajaí, SC: Casa Aberta; Recife: ED. UFPE,2018.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor** :Esperança e Recordações da Família Escrava (Brasil, Sudeste, Séc. XIX). RJ: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza Carvalho de. Índícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Baía do Benim, século XVIII. In: **Rotas atlânticas da diáspora africana**. Niterói: EdUFF,2000.

TAVARES, José Lourenço. **Gramática da Língua Congo (Kikongo)**. Governo Geral da Província de Angola, 1915.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680-c. 1830. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

VILAR, Gilberto. **Frei Caneca**: Gesta da Liberdade (1779-1825). MAUAD.Ed.1.2004. p.127.

WEIMER, Rodrigo. Os nomes da liberdade. Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em História. **Dissertação de Mestrado**. 2007.

OUTROS

ATWOOD, Margaret. **A História da Aia**. São Paulo: editora marco zero, 1985.

CALDAS, Barbosa; MOREIRA, Antonio Leal Moreira. **A vingança da cigana** : drama joco serio de hum só acto, para ser representar no Real Theatro de São Carlos pela Companhia Italiana, oferecido ao público por Domingos Caporalini no dia do seu beneficio – Anno de 1794.

Gilberto Gil, Baba Alapalá, **Refavela**,1977.

Jorge Bem Jor, Zumbi, **A Tábua de Esmeralda**, 1974.

SILVA, José Cavalcanti Ribeiro da. **Córa, a filha de Ágar**: drama abolicionista em 4 atos. Recife: Editora A fabrica Apollo, 1884.

APÊNDICE A – FONTES DE PESQUISA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

Anais Pernambucanos. 1831.v.9.

Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834). Transcrição Paleográfica de Acácio José Lopes Catarino e Hercy Laís de Oliveira. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco; CEPE, 1997. v.2. v1.

Juízes de Fora – volume 02 (1817-1834), fl. 359.

Processo de Responsabilidade Contra o Chefe da Polícia de Pernambuco. Recife. TYP. do Jornal do Recife. 1861.

Arquivo Público de Alagoas

Arquivo Público de Alagoas. Secretaria de Polícia de Alagoas. Livro de Registro de Passaportes, Maceió, 1866-1870. Caixa xxxx, 98 fls.

Cartório de Nazaré da Mata

Certidão de ônus. In: Cartório único de Nazaré de Mata. Comarca de Nazaré da Mata. Serviços Notariais e Registrais. Certidão de Ônus da Propriedade Cazumbá. Transmittente: espólio de Etelvina Machado de Freitas e Eulino Nilo de Freitas. Matrícula: 3343, fls.84, livro 2-AF,18.02.1963.

FONTES DISPONÍVEIS ONLINE

Transcrição dos documentos da missão de José Maria Rebello

Brasil – Estados Unidos, 1824-1829. / Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/592-Brasil_-_Estados_Unidos_1824-1829_v.1.pdf

Revista Trimensal do Instituto do Ceará do 3º e 4º trimestres de 1900. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/144843/per144843_1900_00003-00004.pdf

Family Search - Registros de nascimento, casamento e óbito

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q2H4-M5QR> : 15 March 2019), Joaquim Cazumba de Lira in entry for Emiliano Cazumba de Lira, Death 22 Oct 2000; citing p. , reference , Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QLWH-N3XM> : 14 March 2018), Joaquim Mendes Cazumbá in entry for Alcides Joaquim Cazumbá and Beatriz Cavalcanti Silva, 19 May 1976;

Marriage, Recife, Pernambuco, Brasil, 19 May 1976, Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q2HW-T64T> : 15 March 2019), Joaquim Mendes Cazumba in entry for Alcides Joaquim Cazumba, Death 27 Dec 2008; citing p. , reference , Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QLWH-N36Y> : 14 March 2018), Alcides Joaquim Cazumbá and Beatriz Cavalcanti Silva, 19 May 1976; Marriage, Recife, Pernambuco, Brasil, 19 May 1976, Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm .

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q2H4-MLXM> : 15 March 2019), Joaquim Cazumba de Lira in entry for Manoel Cazumba de Lira, Death 14 Oct 1999; citing p. , reference , Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q2H4-M5Q5> : 15 March 2019), Emiliano Cazumba de Lira, Death 22 Oct 2000; citing p. , reference , Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm .

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGD1-36HG> : 20 March 2019), Ernesto Joaquim Cazumba, 13 May 1913; Birth Registration, Vicência, Pernambuco, Brasil, 13 May 1913, Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife.

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGD1-J46M> : 20 March 2019), Ivanildo Ernesto Cazumbá, 10 Nov 1936; Birth Registration, Vicência, Pernambuco, Brasil, 10 Nov 1936, Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife.

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q2Q9-MC8K> : 14 March 2019), Felipa Cazumba de Lira, Death 3 Aug 1956; citing p. , reference , Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm 2,076,048.

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q2Q9-7L3K> : 14 March 2019), Manoel Cazumba de Lira in entry for Angelina Cazumba Coimbra, Death 30 Aug 1982; citing p. , reference , Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm 2,123,652

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:Q2HW-XGBC> : 20 March 2019), Manoel Cazumba de Lira in entry for Antonia Cazumba de Lyra, Death 7 Nov 1963;

citing p. , reference , Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife; FHL microfilm .

“Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016”, database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGYX-1G3C> : 15 March 2019), Alcides Antonio Cazumbá in entry for José Antonio Cazumbá, .

“Brasil Casamentos, 1730-1955,” database, *FamilySearch*(<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XXKT-84N> : 9 March 2018), Bento Mendes Cazumba and Maria Ervilia, 19 Oct 1901; citing Nossa Senhora Das Dores, Monteiro, Paraíba, Brazil, index based upon data collected by the Genealogical Society of Utah, Salt Lake City; FHL microfilm 1,365,816.

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QLW2-CGRZ> : 19 March 2019), Manoel Mendes Cazumba in entry for Maria Helena Martins de Melo, Birth Mar 1934; citing p. 284, reference , Corregedoria Geral da Justiça, Recife (Inspector General of Justice, Recife); FHL microfilm .

"Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QP3G-GZ54> : 20 March 2019), João Cazumba de Lira in entry for Alessandra Cazumba de Lira, ; Birth Registration, Gravatá, Gravatá, Pernambuco, Brasil, , Corregedoria Geral da Justiça (Inspector General of Justice), Recife.

“Brazil, Pernambuco, Chã Grande, registros civis. Óbitos, Livro C-03, 1994 Dez-2009” Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSH7-VJ8?i=187&cc=2016195&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQ2H4-ML65>

Jornais e Periódicos do XIX e XX disponíveis na Hemeroteca Digital

A Epocha: órgão do partido conservador

A Província: órgão do partido liberal – 1872-1919

Almanack do Estado de Pernambuco (PE) – 1894

Diário da Junta do Governo – 1823

Diário de Pernambuco (PE) 1860 – 1979

Diário do Rio do Janeiro – novembro de 1841

Jornal do Recife (PE) 1838-1858

Jornal Gazeta Pernambucana – 1823

O Diário Novo – 1842- 1848

O Liberal Pernambucano – 1852-1858

Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros (PE)

DATABASES ONLINE

The Trans-Atlantic Slave Trade Database

<https://www.slavevoyages.org/>

Forebears: Names & Genealogy Resources

<https://forebears.io/>

GeoNames

<https://www.geonames.org/>

Family Search

<https://www.familysearch.org/>

FONTES MANUSCRITAS EM LIVROS

DANTAS, Leonardo. Documentos dos Quilombos de Goiana- Catucás **Alguns Documentos Para a História da Escravidão**. Recife, Massangana, 1988. p.71-92.

MELLO, Evaldo Cabral de. (org.) **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Editora 34. 2001. p.572

Segunda Representação lida na sessão ordinária da Assembleia Provincial, no dia 28 de junho de 1848.

CÂMARA, Bruno. Trabalho Livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História.2005.

Tal documento também consta no Diário de Pernambuco, 01.07.1848 e em O Lidador, 15.07.1848,

FONTES ORAIS

Angélica Lira Araújo, realizada através de e-mail. Recife/ Paraná, 2016.

Fábio Luiz Cazumbá 48 anos, realizada no bairro de Areias, 2019.

Ivanildo Ernesto Cazumbá, 80 anos, realizada na cidade de Camaragibe, 2013.

Maria Lúcia Claudina dos Reis, 70 anos, realizada na cidade de Lagoa de Itaenga, 04 de maio de 2019.

Luzia Cazumbá realizada na cidade de Vicência (Encontro da Família Cazumbá), novembro de 2017.

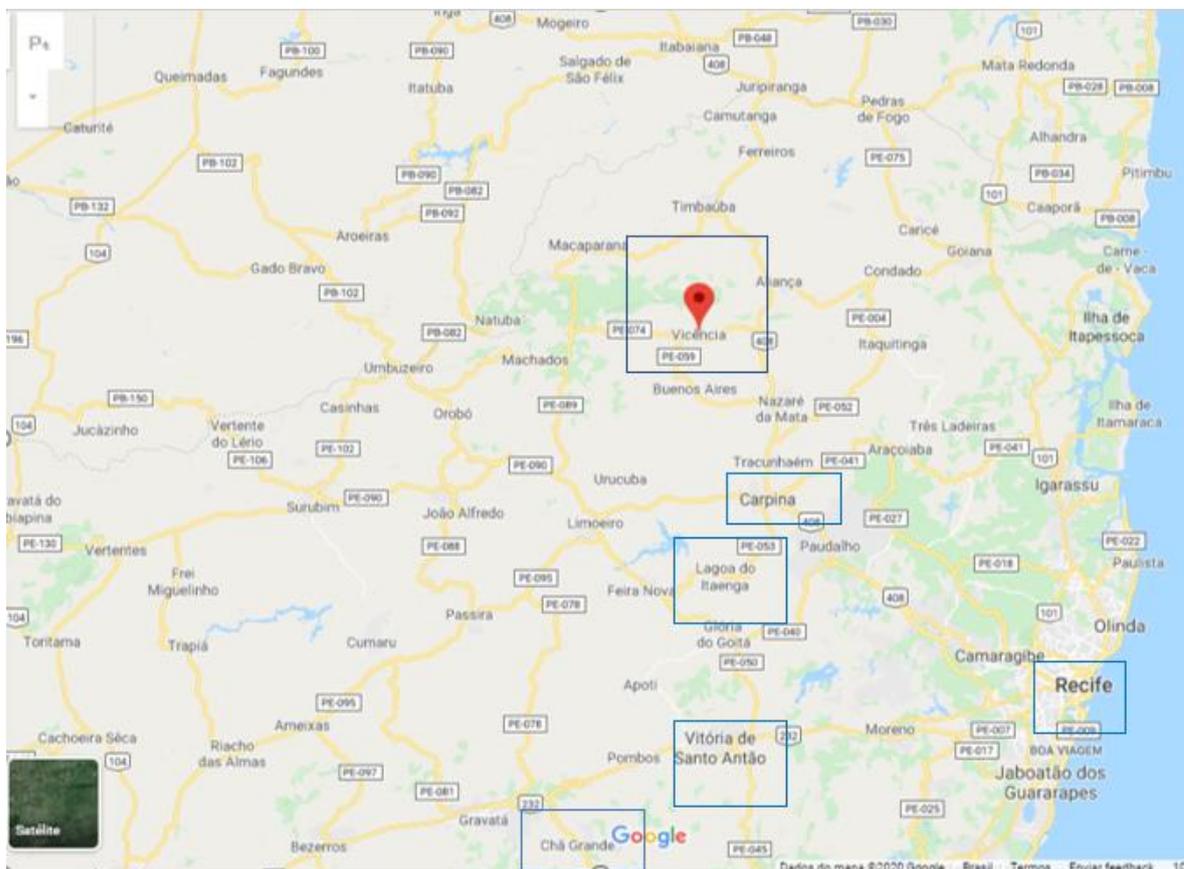
Maria Luiza da Silva, 73 anos, realizada na cidade de Lagoa de Itaenga, 2011.

Saleta Cazumbá realizada na cidade de Vicência (Encontro da Família Cazumbá), novembro de 2017.

Samuel Santana Cazumbá , 47 anos, realizada na cidade de Vicência, 2013.

Severina Maria da Conceição Lira, 72 anos, realizada no município de Chã Grande, 2020.

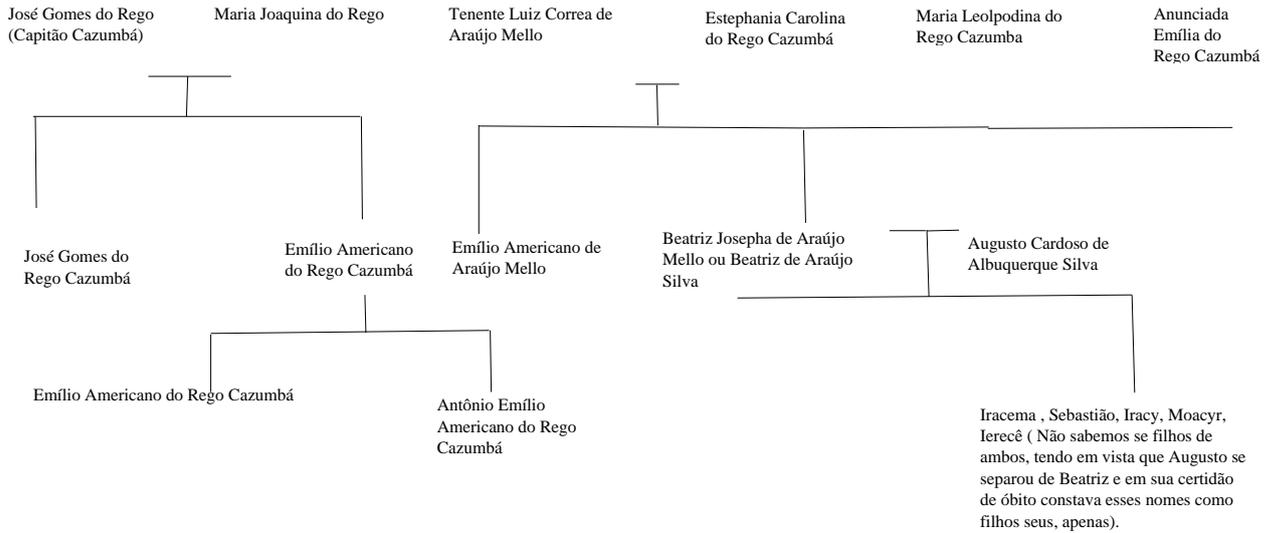
APÊNDICE B – MUNICÍPIOS EM QUE FORAM MAJORITARIAMENTE IDENTIFICADOS CAZUMBÁS A PARTIR DO SÉCULO XIX²⁵³



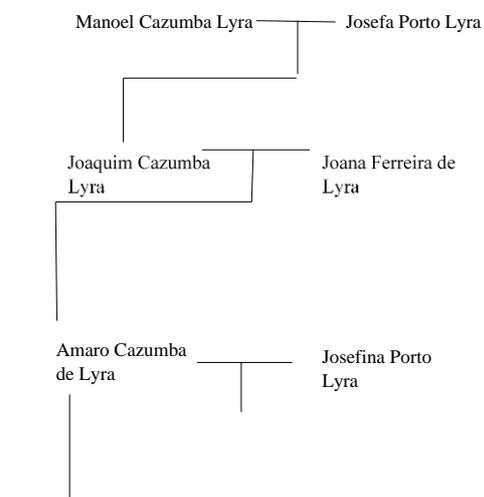
²⁵³ Aqui nos referimos não aos municípios da região metropolitana do Recife em que na contemporaneidade vivem muitos Cazumbás sobretudo os com História familiar relacionada à Vicência, mas sim a cidades em que temos indícios um pouco mais remotos de Cazumbás (seja por sobrenome ou apelido), ou seja, século XIX e que nos dizem sobre *origem* pernambucana dos Cazumbás até o momento. Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Vic%C3%Aancia,+PE,+55850-000/@-7.7766512,-35.6588288,10z/data=!4m5!3m4!1s0x7ab84baaf3a80e3:0xaa62749dad5e7c3a!8m2!3d-7.6582571!4d-35.3223725>. Acesso em: 25.08.2019

APÊNDICE C - TENTATIVAS GENEALÓGICAS DE TRÊS GRUPOS FAMILIARES CAZUMBÁS ENTRE SÉCULO XIX E MEIOS DO SÉCULO XX

Prole do Capitão Cazumbá (Centro do Recife, alguns rastros genealógicos entre 1823 e metade do século XX)

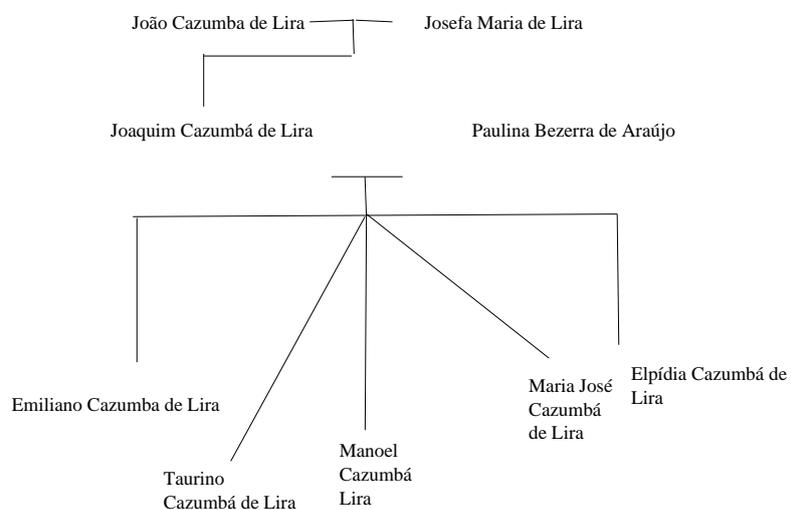


Cazumbás Lyra/Lira (Vitória e Chã Grande. Alguns rastros genealógicos entre 1865 e anos 2000)



1 menino, Nair, Tereza e Eduardo.

Posteriormente, em outra união teve mais cinco filhos.



Família Cazumbá (Ancestrais da grande prole familiar que atualmente vive entre Vicência e região metropolitana do Recife a partir de meados de 1860 desde a Paraíba)

